

Município de Cantanhede

Relatório de Gestão

ano financeiro 2011



volume 1

ÍNDICE

I – APRESENTAÇÃO	3
II – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	6
III – INTRODUÇÃO	7
IV – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	8
4.1 – Controlo Orçamental da Receita e da Despesa	8
4.1.1 – Aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2011	11
4.1.2 - Execução Orçamental da Receita	15
4.1.3 - Execução Orçamental da Despesa	26
4.2 – Poupança	41
4.3 – Evolução do Endividamento	42
4.4 – Prazo Médio de Pagamentos (PMP) para 2011	56
4.5. – Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano de 2011	57
V – SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	65
5.1 – Análise do Balanço	66
5.1.1– Imobilizado.....	66
5.1.2 – Circulante	68
5.1.3 – Acréscimos e Diferimentos.....	70
5.1.4 – Fundos Próprios	71
5.1.5 – Passivo.....	72
5.2 – Análise da Demonstração de Resultados	80
VI – RÁCIOS FINANCEIROS	82
VII – CONTABILIDADE DE CUSTOS	83
VIII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	85
IX – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E PARECER SOBRE AS CONTAS	85

I – Apresentação

Ex.mos Senhores
Membros da Assembleia Municipal de Cantanhede

Impõe o preceituado no n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a devida articulação do previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo n.º 53.º, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que o órgão deliberativo do Município aprecie e vote os documentos de prestação de contas relativas a cada ano económico.

Nesse sentido, o executivo camarário vem deste modo apresentar as contas e o respetivo relatório de gestão de 2011, documento que foi elaborado nos termos do ponto n.º 13 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, dando cabal observância à demais legislação complementar aplicável. A orientação de base que lhe está subjacente visa facilitar a análise exaustiva e detalhada de toda a atividade desenvolvida pelo Município de Cantanhede, bem como a avaliação rigorosa e pormenorizada dos níveis de execução orçamental reportados ao ano de 2011.

Efetivamente, houve a preocupação de adotar perspetivas de análise que permitem demonstrar de forma clara e inequívoca tanto os indicadores económico-financeiros relevantes e respetiva evolução como os níveis de execução orçamental no período sujeito a análise.

À semelhança do que aconteceu em anos transatos, o presente documento inclui uma área específica reservada à consolidação de contas da Autarquia, na qual consta apenas a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede - EEM e o comprovativo da respetiva certificação legal de contas e parecer do Revisor Oficial de Contas.

Finalmente, a última nota deste enquadramento geral é para chamar a atenção para o fato de as contas de 2011 só poderem ser apreciadas e comparadas com as de 2010 depois se ter procedido à devida expurgação do financiamento de longo prazo no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro obtido pelo Município de Cantanhede em finais de 2009.

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR:

(Valores em Euros)

-Em documentos.....	0,00	
- Em numerário:		
- de dotação orçamental.....	117.808,81	
- de operações de tesouraria...	670.512,38	788.321,19
RECEITA:		
- Orçamental.....	20.694.060,61	
- Operações de Tesouraria.....	1.172.316,77	
- Virtual liquidada.....	0,00	
		22.654.698,57
DESPESA:		
- Orçamental.....	19.275.775,39	
- Operações de Tesouraria.....	1.305.321,71	
- Virtual cobrada.....	0,00	
- Virtual anulada.....	0,00	
		20.581.097,10
SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE:		
- Em documentos.....	0,00	
- Em numerário:		
- Orçamental.....	1.536.094,03	
- Operações de Tesouraria....	537.507,44	
		2.073.601,47

A receita orçamental cobrada no ano de 2011 ascendeu ao montante de 20.811.869,42 euros (inclui o saldo da gerência anterior) e a sua origem é a seguinte:

- Receita corrente	14.834.143,59
- Receita de capital	5.858.048,52
- Receita Outras	1.868,50

No que diz respeito à despesa orçamental paga, o seu valor totalizou 19.275.775,39 euros, montante que foi aplicado nos termos que se seguem:

- Despesa corrente	11.839.466,63
- Despesa de capital	7.436.308,76

CANTANHEDE, 5 de Abril de 2012

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(João Pais de Moura)

II – Enquadramento Macroeconómico

Tal como refere o último Boletim do Banco de Portugal, «a evolução da economia portuguesa em 2011 foi decisivamente marcada pela interrupção do acesso a financiamento de mercado e pelo início da aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF)», programa esse que «fornece um quadro de financiamento estável para o período 2011-2014 e uma estratégia de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa e de aumento do seu potencial de crescimento».

Segundo aquela publicação, «o processo de ajustamento dos desequilíbrios acumulados na economia portuguesa traduziu-se, em 2011, numa queda de 1,6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), o que reflete uma contração de todas as componentes da procura interna, parcialmente compensada por um crescimento robusto das exportações de bens e serviços».

Foi neste contexto que as autarquias locais se viram a braços com a necessidade de também elas procederem a reajustamentos da sua atividade, em função da situação económico-financeira em que se encontram, processo que envolve em muitos casos alterações nas respetivas estruturas orgânicas. No que diz respeito ao Município de Cantanhede, esse tipo de medidas haviam já sido antecipadas num período bastante anterior às situações que vieram a precipitar o pedido de assistência financeira do anterior Governo e o desfecho da crise política que emergiu subsequentemente.

Isso mesmo resulta da leitura do presente relatório de gestão, onde vários indicadores dão conta do esforço realizado no sentido de adaptar o funcionamento da instituição às circunstâncias particularmente difíceis que os municípios começaram a enfrentar antes de 2011 no âmbito de uma conjuntura internacional muito adversa.

Entretanto, o novo Governo encetou o inevitável processo de consolidação orçamental com recurso ao aumento da taxa de IVA de diversos bens e serviços, à redução de alguns benefícios fiscais em sede de IRS e IRC, bem como ao agravamento da tributação dos rendimentos empresariais, entre outros aspetos, ao mesmo tempo que se assistia a uma contração da atividade económica e a um crescimento do desemprego para uma taxa sem precedentes (14,6%).

Em todo o caso, esta realidade não foi surpreendente para ninguém que acompanhe, mesmo que à distância, a evolução da situação económica do país. A verdade é que o diagnóstico estava feito, as previsões foram efetuadas com o maior rigor e as medidas, essas, foram anunciadas desde que o *Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF)* foi assinado.

O Município de Cantanhede chegou ao final de 2011 no rescaldo de um Plano de Saneamento Financeiro e prosseguindo numa linha de rumo que exige perseverança no esforço que está a ser feito para reforçar a consolidação das finanças municipais iniciada em 2009. Efetivamente, 2011 fica indelevelmente marcado pela adoção de importantes medidas de consolidação financeira, nomeadamente com um controlo apertado da despesa, adequando-a aos efetivos recursos financeiros disponíveis, e levando tão longe quanto possível o investimento em infraestruturas e equipamentos coletivos.

III – Introdução

Conforme se referiu anteriormente, a análise das contas do Município deve ser feita segundo várias perspetivas, dando igualmente conta dos níveis de execução financeira e económica. A este respeito, o ponto dois das considerações técnicas do POCAL impõe a apresentação dos seguintes documentos:

- * Balanço;
- * Demonstração de resultados;
- * Mapas de execução orçamental;
- * Anexos às demonstrações financeiras;
- * Relatório de gestão.

O relatório de gestão é o instrumento de demonstração de maior relevo, pois resume de forma clara e precisa a situação económica e financeira devidamente reportada a 31 de dezembro de 2011, evidenciando os indicadores mais significativos para uma correta análise dessa situação, nomeadamente os seguintes:

- Os níveis de execução financeira alcançados numa perspetiva orçamental, tanto para o lado da arrecadação da receita como para o da realização da despesa, bem como os respetivos desvios verificados, seja a partir da análise da sua natureza seja pela análise da sua função; quanto às despesas realizadas, esta parte é também analisada segundo o grau de concretização das Grandes Opções do Plano, estas constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelas Atividades mais Relevantes;

- A análise da situação económica do Município relativa ao exercício sujeito a apreciação;

- A análise à evolução do passivo da Autarquia reportado aos últimos três exercícios, segregando as dívidas de curto, médio e longo prazo de e a terceiros;

- A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício;

- A referência a fatos considerados relevantes e que possam ter ocorrido depois do termo do exercício.

Por outro lado, é igualmente apresentado, em documento próprio, o relatório anual demonstrativo do grau de cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, conforme o disposto no n.º 7 da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, também conhecida por Lei das Finanças Locais.

Uma última nota para dar conta da imposição prevista no n.º 1 do artigo 46.º da referida Lei das Finanças Locais, nomeadamente a que estabelece que as Autarquias devem publicar as contas consolidadas dos serviços municipalizados ou de entidades do sector empresarial local cujo capital detenham na totalidade, a par das contas individuais do Município. Dando cumprimento a essa norma, serão apresentadas, também em documento próprio, as contas consolidadas do Município e da INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EEM.

IV – Execução Orçamental

4.1 – Controlo Orçamental da Receita e da Despesa

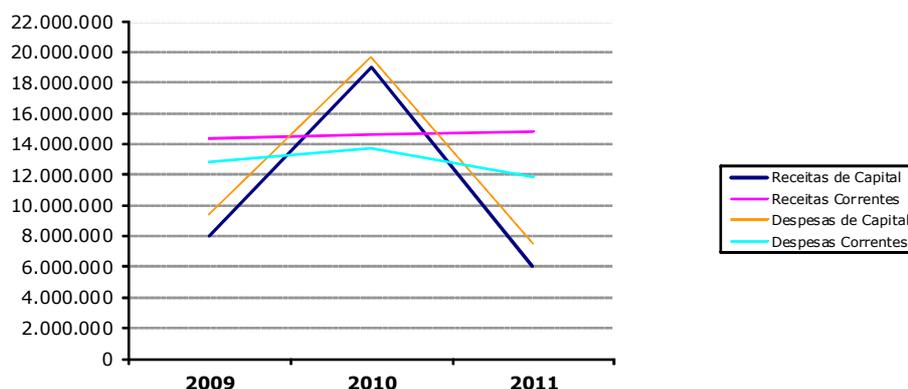
A análise aos documentos de base orçamental utilizados nas autarquias continua a ter aqui um enfoque particular, não obstante algumas lacunas de que ainda padecem, lacunas essas que são devidamente colmatadas com a introdução do sistema de gestão patrimonial. De facto, através dele é possível obter conclusões muito rápidas e elucidativas quanto à forma como é gerida a Autarquia, tal como facilmente se consegue aferir sobre a sua situação financeira de curto prazo.

Assim, os quadros que se seguem pretendem demonstrar, sob diferentes perspetivas, os níveis de execução orçamental obtidos pela Autarquia em 2011.

QUADRO 1
VARIAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

	2009	2010	2011
Receitas de Capital	7.966.015,31	18.961.670,20	5.977.725,83
Receitas Correntes	14.330.755,82	14.604.747,93	14.834.143,59
Despesas de Capital	9.327.773,84	19.664.665,74	7.436.308,76
Despesas Correntes	12.852.987,74	13.783.943,58	11.839.466,63

Gráfico da Variação das Receitas e Despesas



QUADRO 2

Un: (Euros)

RELAÇÃO ENTRE AS RECEITAS COBRADAS BRUTAS E AS DESPESAS CORRENTES E AS RECEITAS COBRADAS BRUTAS E AS DESPESAS DE CAPITAL			ANO FINANCEIRO DE 2011		
DESIGNAÇÃO	VALOR	%	DESIGNAÇÃO	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES:			DESPESAS CORRENTES:		
01 - Impostos diretos	5.406.260,97	25,98	01 - Pessoal	5.358.421,86	27,80
02 - Impostos indiretos	236.767,34	1,14	02 - Aq. de bens e serviços correntes	3.905.522,11	20,26
04 - Taxas, multas e outras penalidades	361.619,93	1,74	03 - Juros e outros encargos	824.136,05	4,28
05 - Rendimentos de propriedade	1.112.911,14	5,35	04 - Transferências correntes	482.207,08	2,50
06 - Transferências correntes	6.845.554,84	32,89	05 - Subsídios	666.385,00	3,46
07 - Venda de bens e serviços correntes	825.063,77	3,96	06 - Outras despesas correntes	602.794,53	3,13
08 - Outras receitas correntes	45.965,60	0,23			
Total das receitas correntes	14.834.143,59	71,28	Total das despesas correntes	11.839.466,63	61,42
RECEITAS DE CAPITAL:			DESPESAS DE CAPITAL		
09 - Venda de bens de investimento	87.415,52	0,42	07 - Aq. de bens de capital	3.526.181,07	18,29
10 - Transferências de capital	4.068.661,48	19,55	08 - Transferências de capital	1.471.344,92	7,63
11 - Ativos financeiros	0,00	0,00	09 - Ativos financeiros	675.500,00	3,50
12 - Passivos financeiros	1.700.000,00	8,17	10 - Passivos financeiros	1.763.282,77	9,15
13 - Outras receitas de capital	1.971,52	0,01	11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00
15 - Reposições não abatidas nos pagamentos	1.868,50	0,00			
16 - Saldo da Gerência Anterior	117.808,81	0,57			
17 - Operação Extraorçamentais	0,00	0,00			
Total das receitas de capital	5.977.725,83	28,72	Total das despesas de capital	7.436.308,76	38,58
TOTAL GERAL DA RECEITA	20.811.869,42	100,00	TOTAL GERAL DA DESPESA	19.275.775,39	100,00

QUADRO 3

Un: (Euros)

DESVIOS ENTRE AS RECEITAS COBRADAS BRUTAS E DESPESAS

PREVISTAS E REALIZADAS					
Ano Financeiro 2011					
DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS	PREVISÃO		EXECUÇÃO/COBRANÇA (3)	DIFERENÇAS	
	Inicial (1)	Final (2)		Valor (4)=(3)-(2)	Percentagem (5)=(4)/(2)
RECEITAS CORRENTES					
<i>Impostos diretos:</i>					
Contribuição Autárquica/IMI	3.117.684,00	3.117.684,00	3.360.661,05	242.977,05	7,8%
Imposto sobre veículos/IUC	524.567,00	524.567,00	595.394,51	70.827,51	13,5%
Sisa/IMT	832.712,00	832.712,00	714.140,90	-118.571,10	-14,2%
Derrama	464.290,00	464.290,00	736.064,51	271.774,51	58,5%
Outros impostos abolidos	20,00	20,00	0,00	-20,00	-100,0%
Imposto diretos diversos	20,00	20,00	0,00	-20,00	-100,0%
<i>Impostos indiretos</i>					
Taxas, multas e outras penalidades	303.743,00	303.743,00	236.767,34	-66.975,66	-22,1%
Rendimentos da propriedade	241.037,00	241.037,00	361.619,93	120.582,93	50,0%
Transferências correntes:	1.136.953,00	1.136.953,00	1.112.911,14	-24.041,86	-2,1%
FEF/FSM/PARTICIPAÇÃO FIXA IRS	6.058.076,00	6.058.076,00	6.058.076,00	0,00	0,0%
Outras	1.190.069,00	1.190.069,00	787.478,84	-402.590,16	-33,8%
Venda de bens e serviços correntes	833.102,00	833.102,00	825.063,77	-8.038,23	-1,0%
Outras receitas correntes	58.257,00	58.257,00	45.965,60	-12.291,40	-21,1%
TOTAL	14.760.530,00	14.760.530,00	14.834.143,59	73.613,59	0,5%
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal	5.999.036,00	5.860.960,00	5.358.421,86	-502.538,14	-8,6%
Aquisição de bens e serviços	5.070.769,00	5.281.938,00	3.905.522,11	-1.376.415,89	-26,1%
Juros e outros encargos	963.304,00	899.985,81	824.136,05	-75.849,76	-8,4%
<i>Transferências correntes:</i>					
Para Sociedades não financeiras	9.743,00	9.743,00	0,00	-9.743,00	-100,0%
Para a administração central	56.051,00	84.226,00	51.189,20	-33.036,80	-39,2%
Para a administração local	138.874,00	151.779,00	111.473,56	-40.305,44	-26,6%
Para Instituições sem fins Lucrativos	375.115,00	392.618,00	297.930,27	-94.687,73	-24,1%
Outras	53.195,00	44.149,00	21.614,05	-22.534,95	-51,0%
Subsídios	666.388,00	666.388,00	666.385,00	-3,00	0,0%
Outras despesas correntes	658.365,00	716.862,00	602.794,53	-114.067,47	-15,9%
TOTAL	13.990.840,00	14.108.648,81	11.839.466,63	-2.269.182,18	-16,1%
RECEITAS DE CAPITAL					
Venda de bens de investimento	8.422.264,00	8.422.264,00	87.415,52	-8.334.848,48	-99,0%
<i>Transferências de capital:</i>					
FEF	3.196.013,00	3.196.013,00	3.196.013,00	0,00	0,0%
Outras	3.887.709,00	3.887.709,00	872.648,48	-3.015.060,52	-77,6%
<i>Ativos Financeiros:</i>					
Outros	5,00	5,00	0,00	-5,00	-100,0%
<i>Passivos financeiros:</i>					
Empréstimos curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Empréstimos a médio e longo prazo	2.000.000,00	2.000.000,00	1.700.000,00	-300.000,00	-15,0%
Outras receitas de capital	540,00	540,00	1.971,52	1.431,52	265,1%
Reposições não abatidas nos pagamentos	4.449,00	4.449,00	1.868,50	-2.580,50	-58,0%
Saldo da gerência anterior		117.808,81	117.808,81	0,00	0,0%
Total	17.510.980,00	17.628.788,81	5.977.725,83	-11.651.062,98	-66,1%
DESPESAS DE CAPITAL					
<i>Investimentos:</i>					
Terrenos	430.955,00	580.623,00	103.352,19	-477.270,81	-82,2%
Habitacões	3,00	3,00	0,00	-3,00	-100,0%
Edifícios	5.998.912,00	5.509.660,00	1.298.870,56	-4.210.789,44	-76,4%
Construções diversas	5.977.366,00	5.544.730,00	1.472.667,50	-4.072.062,50	-73,4%
Material de transporte	13.840,00	13.840,00	9.966,69	-3.873,31	-28,0%
Equipamento de Informática	78.233,00	88.126,00	33.333,83	-54.792,17	-62,2%
Software Informático	155.683,00	155.683,00	82.616,11	-73.066,89	-46,9%
Equipamento administrativo	152.428,00	134.366,00	33.673,24	-100.692,76	-74,9%
Equipamento Básico	461.915,00	504.590,00	186.892,20	-317.697,80	-63,0%
Ferramentas e utensílios	6.152,00	6.152,00	1.522,09	-4.803,91	-75,9%
Artigos e objetos de valor	35.500,00	35.500,00	42,50	-35.457,50	-99,9%
Outros investimentos	276.346,00	539.767,00	104.818,15	-434.948,85	-80,6%
Locação Financeira	354.471,00	354.471,00	198.426,01	-156.044,99	-44,0%
<i>Transferências de capital:</i>					
Para sociedades não financeiras	419.816,00	594.306,00	471.185,97	-123.120,03	-20,7%
Para a administração central	3,00	3,00	0,00	-3,00	-100,0%
Para a administração local	728.834,00	780.034,00	627.233,40	-152.800,60	-19,6%
Para Instituições sem fins lucrativos	476.931,00	499.842,00	360.425,55	-139.416,45	-27,9%
Outras	50.002,00	50.002,00	12.500,00	-37.502,00	-75,0%
<i>Ativos Financeiros:</i>					
Concessão de empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Outros	900.014,00	1.125.513,00	675.500,00	-450.013,00	-40,0%
<i>Passivos financeiros:</i>					
Amortização de empréstimos	1.763.265,00	1.763.284,00	1.763.282,77	-1,23	0,0%
Outras despesas capital	1,00	1,00	0,00	-1,00	-100,0%
TOTAL	18.280.670,00	18.280.670,00	7.436.308,76	-10.844.361,24	-59,3%

4.1.1 – Aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2011

Submetidos à aprovação do órgão deliberativo na fase final de cada exercício, para vigorarem no ano imediatamente a seguir, os documentos previsionais materializam-se em dois documentos distintos: o Orçamento propriamente dito, que resume as intenções económico-financeiras de curto prazo, e as Grandes Opções do Plano, que por sua vez contém dois segmentos diferentes, designadamente o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes. Ambos, em conjunto, traduzem as intenções de realização de investimentos e atividades entendidas como estruturantes e estratégicas para o desenvolvimento do Concelho, considerando-as por áreas de intervenção e num horizonte móvel de quatro anos.

O orçamento evidencia assim, em termos financeiros, as perspetivas de arrecadação das receitas e a planificação de como será feita a sua afetação segundo as intenções de quem pode decidir sobre esta matéria. Elaborado de acordo com as regras previsionais impostas pelo POCAL e respetivo reporte de informação de base histórica, o Orçamentos e as Grandes Opções do Plano para 2011 foram aprovados pelo órgão deliberativo em 22 de Dezembro de 2010.

Para que fossem contempladas todas as variáveis as inicialmente não consideradas ou eventualmente não planeadas em sede de aprovação dos documentos previsionais, foram efetuadas e aprovadas, ao longo do ano de 2011, 17 modificações ao Orçamento, das quais 14 se consubstanciaram em alterações orçamentais e as restantes três em revisões orçamentais. Destas três últimas, a primeira permitiu constatar um aumento do valor global do Orçamento em 117.808,81 euros, montante que é apenas o reflexo do saldo da gerência anterior.

Assim, do Orçamento do Município de Cantanhede inicialmente aprovado, no valor global de 32.271.510,00 euros, houve apenas uma oscilação positiva na verba correspondente ao saldo apurado da gerência anterior, ou seja, igual ao montante em caixa e seus equivalentes existentes a 31 de Dezembro de 2010.

Nos quadros que se seguem aparecem as modificações orçamentais efetuadas ao longo do ano: o quadro n.º 4 reporta-se às ocorridas no lado da receita, enquanto os n.º 5 e n.º 6 dizem respeito às realizadas na vertente da despesa. Da leitura de todos se percebe quais as oscilações efetuadas entres as diversas rubricas que compõem os documentos previsionais, oscilações essas que se resumem a meros ajustamentos entre rubricas, no sentido de se adequar a execução orçamental às reais necessidades de arrecadação de receita e realização da despesa.

QUADRO 4

Modificações Orçamentais da Receita do ano de 2011

Un: (Euros)

		Receitas Correntes		Receitas Capital		Total	
Orçamento Inicial		14.760.530,00		17.510.980,00		32.271.510,00	
N.º	Data	Reforços		Diminuições		Reforços	Diminuições
		Receitas Correntes	Receitas Capital	Receitas Correntes	Receitas Capital		
Rev.1	28-02-2011	0,00	117.858,81	0,00	50,00	117.858,81	50,00
TOTAL		0,00	117.858,81	0,00	50,00	117.858,81	50,00
Orçamento Final		14.760.530,00		17.628.788,81		32.389.318,81	

QUADRO 5

Modificações Orçamentais da Despesa do ano de 2011

Un: (Euros)

		Despesas Correntes		Despesas Capital			
Orçamento Inicial		13.990.840,00		18.280.670,00		32.271.510,00	
N.º	Data	Reforços		Diminuições		Total	
		Despesas Correntes	Despesas Capital	Despesas Correntes	Despesas Capital	Reforços	Diminuições
Alt. 1	21-01-2011	296.267,00	115.102,00	296.267,00	115.102,00	411.369,00	411.369,00
Alt. 2	23-02-2011	21.903,00	60.112,00	21.903,00	60.112,00	82.015,00	82.015,00
Rev. 1	23-03-2011	117.808,81	2,00	0,00	2,00	117.810,81	2,00
Alt. 3	23-03-2011	201.810,00	210.065,00	201.810,00	210.065,00	411.875,00	411.875,00
Alt. 4	19-04-2011	31.293,00	328.527,00	31.293,00	328.527,00	359.820,00	359.820,00
Rev. 2	28-04-2011	1.988,00	0,00	1.988,00	0,00	1.988,00	1.988,00
Alt. 5	17-05-2011	45.124,00	113.644,00	45.124,00	113.644,00	158.768,00	158.768,00
Alt. 6	16-06-2011	35.745,00	24.383,00	35.745,00	24.383,00	60.128,00	60.128,00
Rev. 3	27-06-2011	1.814,00	279.500,00	1.814,00	279.500,00	281.314,00	281.314,00
Alt. 7	15-07-2011	108.023,00	74.517,00	108.023,00	74.517,00	182.540,00	182.540,00
Alt. 8	16-08-2011	178.968,00	63.878,00	178.968,00	63.878,00	242.846,00	242.846,00
Alt. 9	21-09-2011	97.821,00	6.592,00	97.821,00	6.592,00	104.413,00	104.413,00
Alt. 10	18-10-2011	122.586,00	176.010,00	122.586,00	176.010,00	298.596,00	298.596,00
Alt. 11	14-11-2011	51.171,00	28.883,00	51.171,00	28.883,00	80.054,00	80.054,00
Alt. 12	02-12-2011	52.668,00	227.803,00	52.668,00	227.803,00	280.471,00	280.471,00
Alt. 13	20-12-2011	134.661,00	9.445,00	134.661,00	9.445,00	144.106,00	144.106,00
Alt. 14	30-12-2011	24.378,00	0,00	24.378,00	0,00	24.378,00	24.378,00
TOTAL		1.524.028,81	1.718.463,00	1.406.220,00	1.718.463,00	3.242.491,81	3.124.683,00
Orçamento Final		14.108.648,81		18.280.670,00		32.389.318,81	

QUADRO 6
Modificações Orçamentais das Grandes Opções do Plano 2011

Un: (Euros)

		PPI		AMR		GOP	
Orçamento Inicial		13.941.804,00		4.929.575,00		18.871.379,00	
N.º	DATA	REFORÇOS	DIMINUIÇÕES	REFORÇOS	DIMINUIÇÕES	REFORÇOS	DIMINUIÇÕES
Alt. 1	21-01-2011	115.102,00	115.102,00	205.086,00	0,00	320.188,00	115.102,00
Alt. 2	23-02-2011	60.112,00	60.112,00	4.532,00	0,00	64.644,00	60.112,00
Rev. 1	28-02-2011	2,00	2,00	800.640,00	0,00	800.642,00	2,00
Alt. 3	23-03-2011	210.065,00	210.065,00	181.244,00	0,00	391.309,00	210.065,00
Alt. 4	19-04-2011	328.527,00	328.527,00	6.600,00	0,00	335.127,00	328.527,00
Alt. 5	17-05-2011	90.733,00	113.644,00	26.909,00	0,00	117.642,00	113.644,00
Alt. 6	16-06-2011	24.383,00	24.383,00	1.500,00	0,00	25.883,00	24.383,00
Rev. 2	27-06-2011	54.001,00	279.500,00	225.499,00	0,00	279.500,00	279.500,00
Alt. 7	15-07-2011	54.817,00	74.517,00	37.200,00	0,00	92.017,00	74.517,00
Alt. 8	16-08-2011	33.859,00	63.878,00	100.000,00	0,00	133.859,00	63.878,00
Alt. 9	21-09-2011	29.092,00	30.592,00	28.671,00	19.150,00	57.763,00	49.742,00
Alt. 10	18-10-2011	1.520,00	176.010,00	185.183,00	0,00	186.703,00	176.010,00
Alt. 11	14-11-2011	28.883,00	28.883,00	5.000,00	0,00	33.883,00	28.883,00
Alt. 12	02-12-2011	227.803,00	227.803,00	28.625,00	24.567,00	256.428,00	252.370,00
Alt. 13	20-12-2011	470,00	470,00	8.975,00	8.975,00	9.445,00	9.445,00
Alt. 14	30-12-2011	0,00	0,00	10.759,00	10.759,00	10.759,00	10.759,00
TOTAL		1.259.369,00	1.733.488,00	1.856.423,00	63.451,00	3.115.792,00	1.796.939,00
Orçamento Final		13.467.685,00		6.722.547,00		20.190.232,00	

A análise às modificações efetuadas ao Orçamento, segundo a sua natureza económica, está devidamente plasmada nos quadros n.º 7 e n.º 8, os quais permitem aferir as principais variações ocorridas entre rubricas, sejam elas de índole corrente ou de capital. Conclui-se assim que entre as rubricas cujas dotações foram reduzidas estão as relacionadas com despesas de pessoal e com os encargos correntes da dívida. A justificação para o sucedido prende-se com a redução do número de colaboradores ao serviço do Município durante o ano de 2011 e, simultaneamente, com o fato de não se ter verificado nenhuma alteração em alta da Euribor. Estas circunstâncias permitiram compensar a necessidade de reforço das rubricas *outras despesas correntes*, *transferências correntes* e *aquisição de bens e serviços*. Verifica-se, por fim, que não houve grandes oscilações entre rubricas, situando-se as variações dos subtotais da despesa, corrente e de capital, em percentagens globais nunca superiores a 1%.

QUADRO 7

DISTRIBUIÇÃO DAS ALTERAÇÕES E REVISÕES ORÇAMENTAIS SEGUNDO A NATUREZA ECONÓMICA

Un: (Euros)

CAPÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL		ALTERAÇÕES E REVISÕES		DOTAÇÃO FINAL		VARIACÃO	
	VALOR	%	REFORÇOS	DEDUÇÕES	VALOR	%	VALOR	%
01 IMPOSTO DIRETOS	4.939.293,00	15,31%	0,00	0,00	4.939.293,00	15,25%	0,00	0,00%
02 IMPOSTOS INDIRETOS	303.743,00	0,94%	0,00	0,00	303.743,00	0,94%	0,00	0,00%
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	241.037,00	0,75%	0,00	0,00	241.037,00	0,74%	0,00	0,00%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.136.953,00	3,52%	0,00	0,00	1.136.953,00	3,51%	0,00	0,00%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.248.145,00	22,46%	0,00	0,00	7.248.145,00	22,38%	0,00	0,00%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	833.102,00	2,58%	0,00	0,00	833.102,00	2,57%	0,00	0,00%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	58.257,00	0,18%	0,00	0,00	58.257,00	0,18%	0,00	0,00%
RECEITAS CORRENTES	14.760.530,00	45,74%	0,00	0,00	14.760.530,00	45,57%	0,00	0,00%
09 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	8.422.264,00	26,10%	0,00	0,00	8.422.264,00	26,00%	0,00	0,00%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.083.722,00	21,95%	0,00	0,00	7.083.722,00	21,87%	0,00	0,00%
11 ATIVOS FINANCEIROS	5,00	0,00%	0,00	0,00	5,00	0,00%	0,00	0,00%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	2.000.000,00	6,20%	0,00	0,00	2.000.000,00	6,17%	0,00	0,00%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	540,00	0,00%	50,00	50,00	540,00	0,00%	0,00	0,00%
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	4.449,00	0,01%	0,00	0,00	4.449,00	0,01%	0,00	0,00%
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	0,00%	117.808,81	0,00	117.808,81	0,36%	117.808,81	
RECEITAS CAPITAL	17.510.980,00	54,26%	117.858,81	50,00	17.628.788,81	54,43%	117.808,81	0,67%
TOTAL	32.271.510,00	100,00%	117.858,81	50,00	32.389.318,81	100,00%	117.808,81	0,37%

QUADRO 8

DISTRIBUIÇÃO DAS ALTERAÇÕES E REVISÕES ORÇAMENTAIS SEGUNDO A NATUREZA ECONÓMICA

Un: (Euros)

CAPÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL		ALTERAÇÕES E REVISÕES		DOTAÇÃO FINAL		VARIACÃO	
	VALOR	%	REFORÇOS	DEDUÇÕES	VALOR	%	VALOR	%
01 PESSOAL	5.999.036,00	18,59%	426.436,00	564.512,00	5.860.960,00	18,10%	-138.076,00	-2,30%
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5.070.769,00	15,71%	990.366,00	779.197,00	5.281.938,00	16,31%	211.169,00	4,16%
03 ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA	963.304,00	2,98%	127.909,81	191.228,00	899.985,81	2,06%	-63.318,19	-6,57%
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	632.978,00	1,96%	106.909,00	57.372,00	682.515,00	2,11%	49.537,00	7,83%
05 SUBSÍDIOS	666.388,00	2,06%	0,00	0,00	666.388,00	2,06%	0,00	0,00%
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	658.365,00	2,04%	66.796,00	8.299,00	716.862,00	2,21%	58.497,00	8,89%
DESPESAS CORRENTES	13.990.840,00	43,35%	1.718.416,81	1.600.608,00	14.108.648,81	43,56%	117.808,81	0,84%
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO	13.941.804,00	43,20%	1.259.369,00	1.733.488,00	13.467.685,00	41,58%	-474.119,00	-3,40%
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.675.586,00	5,19%	257.576,00	8.975,00	1.924.187,00	5,94%	248.601,00	14,84%
09 ATIVOS FINANCEIROS	900.014,00	2,79%	225.499,00	0,00	1.125.513,00	3,47%	225.499,00	25,06%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.763.265,00	5,46%	19,00	0,00	1.763.284,00	5,44%	19,00	0,00%
11 OUTRAS DESPESAS CAPITAL	1,00	0,00%	0,00	0,00	1,00	0,41%	0,00	0,00%
DESPESAS CAPITAL	18.280.670,00	56,65%	1.742.463,00	1.742.463,00	18.280.670,00	56,44%	0,00	0,00%
TOTAL	32.271.510,00	100,00%	3.460.879,81	3.343.071,00	32.389.318,81	100,00%	117.808,81	0,37%

4.1.2 - Execução Orçamental da Receita

QUADRO 9

RELAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS BRUTAS

(valores em euros)

DESIGNAÇÃO	2009		2010		2011	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES						
Impostos Diretos	4.576.706,55	20,5	4.900.166,10	14,6	5.406.260,97	26,0
Impostos Indiretos	313.487,61	1,4	355.627,26	1,1	236.767,34	1,1
Taxas, multas e outras penalidades	206.478,70	0,9	223.437,10	0,7	361.619,93	1,7
Rendimentos de propriedade	1.051.778,56	4,7	1.049.887,55	3,1	1.112.911,14	5,3
Transferências Correntes	7.516.605,56	33,7	7.327.082,54	21,8	6.845.554,84	32,9
Venda de Bens e Serviços Correntes	619.065,08	2,8	670.011,23	2,0	825.063,77	4,0
Outras Receitas Correntes	46.633,76	0,2	78.536,15	0,2	45.965,60	0,2
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	14.330.755,82	64,3	14.604.747,93	43,5	14.834.143,59	71,3
RECEITAS DE CAPITAL						
Venda de Bens de Investimento	986.613,14	4,4	70.084,33	0,2	87.415,52	0,4
Transferências de Capital	4.974.387,81	22,3	4.467.596,28	13,3	4.068.661,48	19,5
Ativos Financeiros	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Passivos Financeiros	1.846.700,00	8,3	14.300.000,00	42,6	1.700.000,00	8,2
Outras Receitas de Capital	3.071,37	0,0	368,68	0,0	1.971,52	0,0
Reposições não abatidas nos pagamentos	55.725,04	0,2	7.611,36	0,0	1.868,50	0,0
Saldo da Gerência Anterior	99.517,95	0,4	116.009,55	0,3	117.808,81	0,6
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	7.966.015,31	35,73	18.961.670,20	56,49	5.977.725,83	28,7
TOTAL GERAL DA RECEITA	22.296.771,13	100,00	33.566.418,13	100,00	20.811.869,42	100,0
Receitas totais cobradas sem influência dos passivos financeiros						
Passivos Financeiros	1.846.700,00	8,3	14.300.000,00	42,6	1.700.000,00	8,2
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL SEM PASSIVOS FINANCEIROS	6.119.315,31	29,92	4.661.670,20	24,20	4.277.725,83	22,38
TOTAL GERAL DA RECEITA SEM PASSIVOS FINANCEIROS	20.450.071,13		19.266.418,13		19.111.869,42	

O quadro n.º 9 permite aferir o montante das receitas brutas cobradas ao longo dos últimos três anos. À semelhança do procedimento adotado no relatório de gestão precedente, mais uma vez se exclui, em nota de rodapé, a influência dos passivos financeiros no volume total das receitas cobradas, operação que facilita o cálculo dos níveis de arrecadação de receitas ao longo dos três últimos anos.

Recorde-se que os níveis de cobrança apurados em 2010 decorrem tão só da utilização do financiamento de longo prazo contratado no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro, na quantia global de 16 milhões de euros, dos quais 14,3 milhões de euros foram utilizados em 2010 e o restante em 2011.

Da análise do quadro n.º 9 resulta que a tendência de diminuição das receitas globais se mantém em 2011. O ano encerrou com uma arrecadação de 20.811.869,42 euros, mas que passa a ser de 19.111.869,42 euros quando àquele valor se expurga o montante de 1,7 milhões de euros arrecadados a título de empréstimos. Assim sendo, temos uma arrecadação de receita inferior à de 2010 em 154.548,71 euros. Apesar de esta diminuição poder ser entendida como residual, pois representa uma redução de apenas 0,8% face aos montantes arrecadados no ano anterior, certo é que se trata de um decréscimo motivado pelo corte nas transferências de verbas provenientes da Administração Central. Em 2011, esta rubrica, quando confrontada com o valor das transferências do ano anterior, desceu no montante de 880.462,50 euros, com a agravante de não ter sido compensada pelas verbas arrecadas através dos impostos diretos, já que estas, em comparação com 2010, subiram apenas 506.094,87 euros.

Em todo o caso, tendo em conta a conjuntura de forte crise que se tem vindo a fazer sentir no país, situação que afeta com apreciáveis efeitos negativos nos setores de atividade económica locais, o Município de Cantanhede tem conseguido manter uma certa estabilidade nos seus níveis de arrecadação da receita.

QUADRO 10

VARIAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS BRUTAS AO LONGO DOS ANOS

DESIGNAÇÃO	2009		2010		2011		
	VALOR	VALOR	△	%	VALOR	△	%
Un. (Euros)							
RECEITAS CORRENTES							
Impostos Diretos:							
Contribuição Autárquica/IMI	2.900.371,83	3.327.226,22	14,7		3.360.661,05	1,0	
Impostos Sobre Veículos/ IUC	503.729,95	552.562,93	9,7		595.394,51	7,8	
Sisa/IMT	1.172.604,77	1.020.376,95	-13,0		714.140,90	-30,0	
Derrama	0,00	0,00			736.064,51		
Impostos de Mais-Valias	0,00	0,00			0,00		
Outros	0,00	0,00			0,00		
Impostos Indiretos	313.487,61	355.627,26	13,4		236.767,34	-33,4	
Taxas, multas e outras penalidades	206.478,70	223.437,10	8,2		361.619,93	61,8	
Rendimentos de propriedade	1.051.778,56	1.049.887,55	-0,2		1.112.911,14	6,0	
Transferências Correntes:							
Transferências do Estado	7.417.171,03	7.314.775,88	-1,4		6.832.295,82	-6,6	
Outras	99.434,53	12.306,66	-87,6		13.259,02	7,7	
Venda de Bens e serviços correntes	619.065,08	670.011,23	8,2		825.063,77	23,1	
Outras Receitas Correntes	46.633,76	78.536,15	68,4		45.965,60	-41,5	
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	14.330.755,82	14.604.747,93	1,9		14.834.143,59	1,6	
RECEITA DE CAPITAL							
Venda de Bens de Investimento	986.613,14	70.084,33	-92,9		87.415,52	24,7	
Transferências de Capital:							
Transferências do Estado	3.330.018,93	3.377.457,00	1,4		3.196.013,00	-5,4	
Outras	1.644.368,88	1.090.139,28	-33,7		872.648,48	-20,0	
Ativos Financeiros	0,00	0,00			0,00		
Passivos Financeiros	1.846.700,00	14.300.000,00	674,4		1.700.000,00	-88,1	
Outras Receitas de Capital	3.071,37	368,68	-88,0		1.971,52	434,8	
Reposições não abatidas nos pagamentos	55.725,04	7.611,36	-86,3		1.868,50	-75,5	
Saldo da Gerência Anterior	99.517,95	116.009,55	16,6		117.808,81	1,6	
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	7.966.015,31	18.961.670,20	138,0		5.977.725,83	-68,5	
TOTAL GERAL DA RECEITA	22.296.771,13	33.566.418,13	50,5		20.811.869,42	-38,0	
Receitas totais cobradas sem influência dos passivos financeiros							
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	6.119.315,31	4.661.670,20	-23,8		4.277.725,83	-8,2	
TOTAL GERAL DA RECEITA	20.450.071,13	19.266.418,13	-5,8		19.111.869,42	-0,8	

O quadro n.º 10 permite avaliar a variação anual da receita segundo a sua natureza. A esse respeito, o que se constata é que o total das receitas correntes regista uma variação positiva de 1,6 pontos percentuais face aos valores arrecadados em 2010. A rubrica que mais contribuiu para este resultado foi a de *impostos diretos*, que encerrou em 2011 com uma variação positiva de 10,32% relativamente ao ano anterior. Isto apesar da descida acentuada da receita do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas, que sofreu uma queda de 30% face aos valores cobrados em 2010, embora essa queda tenha sido compensada pela cobrança da Derrama. Este imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, cobrado pela primeira vez em 2011, permitiu ao Município de Cantanhede encaixar 736.064,51 euros, contra os 464.290,00 euros previstos em sede de documentos previsionais (ver quadro n.º 3). De resto, é de salientar que os aumentos de 1% no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e de 7,8% no Imposto Único de Circulação (IUC), deverão ser considerados residuais, mesmo tendo em conta que, no conjunto, representam uma cobrança de 313.804,56 euros a mais ao inicialmente previsto (ver quadro n.º 3).

A leitura comparada das rubricas de *impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades*, permite concluir que em 2011 houve uma subida em relação a 2010, o que, em termos absolutos, representa a cobrança de mais 19.322,91 euros. Por outro lado, a descida de 33,4 % dos *impostos indiretos* (essencialmente taxas do setor do urbanismo) foi compensada pelo aumento de 61,8% das *taxas, multas e outras penalidades*. Ressalva-se, contudo, que a ligeiríssima subida dos níveis de cobrança alcançados neste âmbito (598.387,27 euros em 2011 contra os 579.064,36 euros em 2010) deve-se a uma situação de caráter extraordinário, nomeadamente a cobrança de juros de mora por atrasos no pagamento da Sisa (imposto abolido e substituído pelo o IMT), cujo valor ascendeu a 202.350,56 euros. Assim, se se subtrair este montante de receita extraordinária ao somatório das duas rubricas sujeitas a análise, verifica-se, muito claramente, que o produto das cobranças relacionadas com a área do urbanismo é cada vez mais baixo. Traduzindo esta conclusão em numerário, a receita efetivamente obtida nesse âmbito foi de 496.036,71 euros, valor bem elucidativo do efeito avassalador da conjuntura económica nesse setor de atividade, o que deixa pressupor a necessidade de se acentuarem as medidas de reajustamento da atividade da instituição à nova realidade.

Outro contributo positivo para o aumento da receita global de 2011 relativamente a 2010 situou-se nas cobranças sobre os *rendimentos de propriedade*. Estas subiram 6%, mas muito mais acentuado foi o acréscimo de 23,1% na rubrica *venda de bens e serviços correntes*, o que de algum modo dissimulou o impacto negativo dos cortes nas transferências da Administração Central. Se analisarmos essas mesmas rubricas numa perspetiva de desvio face aos montantes inicialmente previstos (quadro n.º 3), verifica-se que os desfasamentos negativos de 2,1% nas cobranças sobre os *rendimentos de propriedade* e de 1% nas de *venda de bens e serviços correntes* são percentagens praticamente negligenciáveis.

No que concerne às receitas de capital arrecadadas em 2011, o decréscimo nesta componente deveu-se, em grande medida, à redução do Fundo de Equilíbrio Financeiro transferido mensalmente dos cofres do Estado Central para o Município de Cantanhede, tendência que tem vindo a acentuar-se desde 2010, com tudo o que de negativo daí resulta em termos de disponibilidade financeira para cumprir o planeamento da atividade autárquica. Depois da redução efetiva de 383.275,00 euros em 2010, o Município de Cantanhede recebeu em 2011 menos 487.057,00 euros (corrente e capital) da Administração Central.

Mas as dificuldades não se ficaram por aqui, pois continuaram a fazer-se sentir-se muitos constrangimentos incompreensíveis na operacionalização do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). A verdade é que, embora o Município de Cantanhede tenha uma série de candidaturas aprovadas, a transferência dos respetivos fundos comunitários não se tem coadunado com o ritmo de execução das obras, o que, obviamente, afeta negativamente a atividade da autarquia e atrasa os benefícios expetáveis para as populações. Em função desses constrangimentos, o Município de Cantanhede apenas pôde arrecadar 825.433,40 euros por via das obras contratualizadas e comparticipadas no âmbito do QREN. Daí o esforço que a autarquia tem vindo a fazer para, além de pagar o correspondente à sua quota-parte dessas obras, suportar financeiramente a grande maioria dos investimentos enquanto continua a aguardar as verbas correspondentes aos fundos comunitários.

QUADRO 11
RESUMO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS 2 ANOS

Un: (Euros)

CÓD.	DESIGNAÇÃO	2010					2011				
		ORÇAMENTO	LIQUIDADADA	COBRADA	TAXA DE EXECUÇÃO		ORÇAMENTO	LIQUIDADADA	COBRADA	TAXA DE EXECUÇÃO	
		CORRIGIDO			LIQUIDADADA	COBRADA	LIQUIDADADA			COBRADA	
A	B	C	B/A	C/A	A	B	C	B/A	C/A		
RECEITA CORRENTE											
01	Impostos Diretos	4.204.408,00	4.900.166,10	4.900.166,10	116,55	116,55	4.939.293,00	5.406.260,97	5.406.260,97	109,45	109,45
02	Impostos Indiretos	760.334,00	355.907,45	355.627,26	46,81	46,77	303.743,00	305.043,70	236.767,34	100,43	77,95
04	Taxas, Multas e outras penalidades	479.301,00	223.437,10	223.437,10	46,62	46,62	241.037,00	361.619,93	361.619,93	150,03	150,03
05	Rendimentos de Propriedade	1.463.574,00	1.049.887,55	1.049.887,55	71,73	71,73	1.136.953,00	1.112.911,14	1.112.911,14	97,89	97,89
06	Transferências Correntes	7.937.201,00	7.331.892,07	7.327.082,54	92,37	92,31	7.248.145,00	6.840.745,31	6.845.554,84	94,38	94,45
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	929.810,00	701.846,92	670.011,23	75,48	72,06	833.102,00	896.407,87	825.063,77	107,60	99,04
08	Outras Receitas Correntes	341.672,00	41.157,45	78.536,15	12,05	22,99	58.257,00	45.482,01	45.965,60	78,07	78,90
	TOTAL	16.116.300,00	14.604.294,64	14.604.747,93	90,62	90,62	14.760.530,00	14.968.470,93	14.834.143,59	101,41	100,50
RECEITAS DE CAPITAL											
09	Venda de Bens de Investimento	8.215.760,00	69.804,88	70.084,33	0,85	0,85	8.422.264,00	87.415,52	87.415,52	1,04	1,04
10	Transferências de Capital	5.729.711,00	4.169.045,38	4.467.596,28	72,76	77,97	7.083.722,00	3.721.295,93	4.068.661,48	52,53	57,44
11	Ativos Financeiros	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Passivos Financeiros	16.000.000,00	14.300.000,00	14.300.000,00	89,38	89,38	2.000.000,00	1.700.000,00	1.700.000,00	85,00	85,00
13	Outras Receitas de Capital	4.451,00	368,68	368,68	8,28	8,28	540,00	1.971,52	1.971,52	365,10	365,10
	TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	29.949.927,00	18.539.218,94	18.838.049,29	61,90	62,90	17.506.531,00	5.510.682,97	5.858.048,52	31,48	33,46
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENT	70.883,00	7.611,36	7.611,36	10,74	10,74	4.449,00	1.868,50	1.868,50	42,00	42,00
16	SALDO GERÊNCIA ANTERIOR	116.009,55	116.009,55	116.009,55	100,00	100,00	117.808,81	117.808,81	117.808,81	100,00	100,00
17	OPERAÇÕES EXTRA -ORÇAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL GERAL	46.253.119,55	33.267.134,49	33.566.418,13	71,92	72,57	32.389.318,81	20.598.831,21	20.811.869,42	63,60	64,26
Receitas totais cobradas sem influência dos passivos financeiros											
12	Passivos Financeiros	16.000.000,00	14.300.000,00	14.300.000,00	89,38	89,38	2.000.000,00	1.700.000,00	1.700.000,00	85,00	85,00
	TOTAL RECEITAS DE CAPITAL SEM PASSIVOS FINANCEIROS	13.949.927,00	4.239.218,94	4.538.049,29	30,39	32,53	15.506.531,00	3.810.682,97	4.158.048,52	24,57	26,81
	TOTAL GERAL DA RECEITA SEM PASSIVOS FINANCEIROS	30.253.119,55	18.967.134,49	19.266.418,13	62,69	63,68	30.389.318,81	18.898.831,21	19.111.869,42	62,19	62,89

Sobre a forma como a receita foi executada ao longo do ano, o quadro n.º11 facilita uma visão global com o rigor e a fiabilidade exigidos pelas normas legalmente impostas. Sugere-se no entanto que a sua análise seja feita comparativamente com a leitura do quadro n.º 3, o qual permite apreciar os desvios verificados entre a execução orçamental corrigida e os níveis de execução que se vieram a concretizar durante o período sujeito a análise, tendo por base a sua natureza económica.

Analisando o quadro n.º 11, que apresenta o resumo da receita nos últimos dois anos nas suas várias fases de execução, liquidação e cobrança efetiva, verifica-se que o ano de 2011 encerrou com uma taxa de execução da receita cobrada corrente de 100,5%, o que representa uma subida de cerca de 10% em relação aos montantes apurados em 2010. Mais ainda: constata-se que a receita liquidada, por contraposição com a cobrada, obteve valores muito próximos, no que constitui mais uma demonstração do elevado nível de eficiência dos serviços na cobrança da receita. O quadro n.º 3 indica que foram cobrados mais 73.613,59 euros do que os valores inicialmente previstos em sede de aprovação dos documentos de gestão previsional, o que comprova igualmente o grau de fiabilidade dos documentos previsionais.

Ao nível da execução das receitas de capital, a cobrança efetiva situou-se nos 33,46% do que estava estimado. Esta realidade configura de algum modo um dado positivo, na medida em a diminuição se regista na componente "Passivos

Financeiros". Isto porque o financiamento obtido através do recurso ao Plano de Saneamento Financeiro teve impacto financeiro sobretudo em 2010, motivo pelo qual os níveis de execução das receitas de capital foram tão elevados nesse ano.

Por outro lado, aquele desvio está também intimamente relacionado com as dificuldades financeiras decorrentes dos elevados investimentos em infraestruturas sem que do lado da receita tenha havido o respetivo retorno, nomeadamente as verbas a que a autarquia tem direito em função das candidaturas aprovadas no âmbito do QREN, como de resto já foi referido. Como se calcula, os sucessivos atrasos na transferência dos fundos comunitários, por motivos a que o Município de Cantanhede é completamente alheio, tem reflexos muito negativos na tesouraria, circunstância que contraria de algum modo a ambição de investir o mais possível em obras e projetos com recurso a candidaturas ao QREN, conforme estava previsto nos documentos previsionais para 2011.

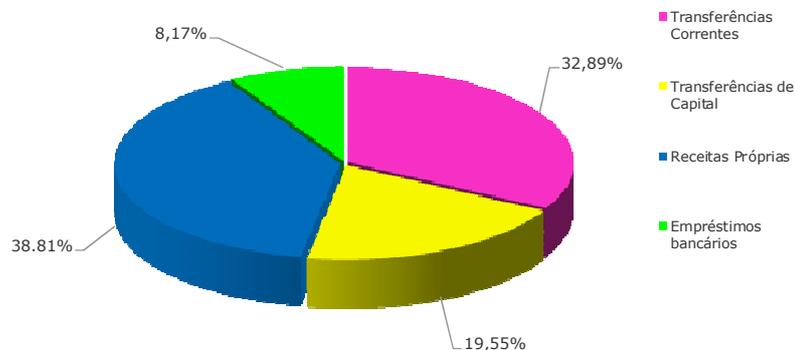
Apesar de o quadro n.º 11 patentear o grau de execução financeira das receitas efetivamente liquidadas e cobradas em determinado ano, convém notar que, quando se faz a comparação com o orçamento estimado corrigido, as percentagens indicadas devem ser analisadas com prudência, pois estas taxas variam na razão direta do orçamento estimado corrigido relativamente a cada um dos anos sujeitos a análise e isso pode tornar falaciosos os resultados do confronto entre anos. O confronto entre os montantes globais estimados no final de 2010 e de 2011, sem a influência da componente de passivos financeiros, permite a comparação dos níveis de execução entre os dois anos em causa. Neste caso, verifica-se ter havido apenas uma variação positiva de 136.199,26 euros, donde se conclui que ambos os anos encerraram com graus de execução da receita total muito próximos: 63,68% em 2010 e 62,89% em 2011.

QUADRO 12

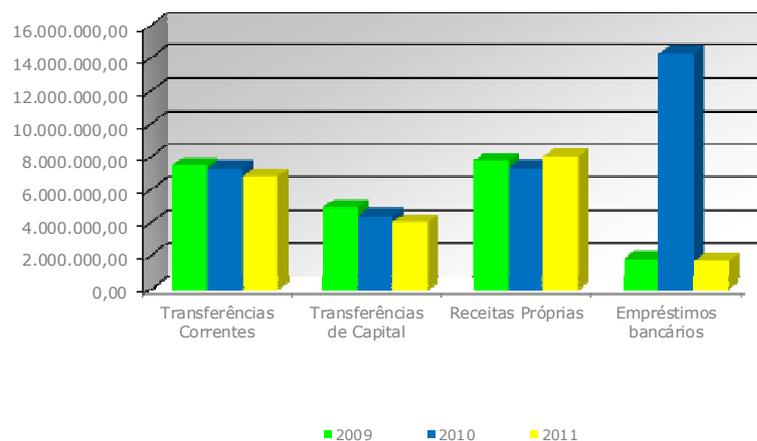
Principais Fontes de Financiamento do Município

DESCRIÇÃO	2009		2010		2011	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Transferências Correntes	7.516.605,56	33,71%	7.327.082,54	21,82%	6.845.554,84	32,89%
FGM/FCM/FBM - FEF/FSM/IRS	6.312.332,00		6.370.689,00		6.058.076,00	
Fundos Comunitários	91.143,72		7.698,24		7.225,04	
Contratos Programa	931.065,83		879.568,85		720.110,40	
Outras	182.064,01		69.126,45		60.143,40	
Transferências de Capital	4.974.387,81	22,3%	4.467.596,28	13,30%	4.068.661,48	19,55%
FGM/FCM/FBM - FEF	3.329.974,00		3.370.457,00		3.196.013,00	
Fundos Comunitários	1.620.278,14		1.079.932,67		825.433,40	
Contratos Programa	44,93		7.000,00		0,00	
Outras	24.090,74		10.206,61		47.215,08	
Receitas Próprias	7.803.834,77	34,9%	7.348.118,40	21,89%	8.077.975,79	38,81%
Empréstimos bancários	1.846.700,00	8,3%	14.300.000,00	42,60%	1.700.000,00	8,17%

FONTES FINANCIAMENTO ANO 2011



COMPARAÇÃO ANUAL FONTE FINANCIAMENTO



No quadro n.º 12 e figuras respetivas surgem quantificadas as principais fontes de financiamento da Autarquia, a partir das quais é possível aferir quer o grau de independência da organização face aos fatores externos quer a forma como as várias componentes da receita concorrem para a obtenção dos resultados globais dessa mesma entidade.

Um dado muito positivo pode desde já adiantar-se: a inversão da tendência de queda na capacidade do Município em incrementar o produto das suas receitas próprias, tendência essa que vinha a manter-se desde 2008. Efetivamente, em 2011, as receitas próprias do Município alcançam 38,81% das receitas totais, ou seja, mais 729.857,39 euros do que em 2010. Este aumento, de grande relevância quanto ao grau de autonomia financeira, serviu para contrabalançar a redução sentida ao nível das transferências correntes e de capital por parte da Administração Central, as quais decresceram 880.462,50 euros face a 2010.

A quantia recebida a título do recurso a empréstimos bancários, concretamente 1,7 milhões de euros, resulta apenas da última utilização do mútuo contratualizado com o sindicato constituído pela Caixa Geral de Depósitos, SA e pelo Banco BPI, SA, entidades adjudicatárias do empréstimo contraído pelo Município de Cantanhede ao abrigo do Plano de Saneamento Financeiro contratualizado em finais de 2009.

QUADRO 13

DESIGNAÇÃO DAS DÍVIDAS	DÍVIDAS DE TERCEIROS		ANO FINANCEIRO DE 2011			
	Dívida apurada em 31/12/2009	Dívida apurada em 31/12/2010	EVOLUÇÃO DURANTE O ANO DE 2011			Observações
	(2)	(2)	Diminuição da dívida anterior (3)	Novos encargos (4)	Dívida apurada em 31/12/2011 (5)	
I - DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZO:						
SOMA DE I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
II - DÍVIDAS A CURTO PRAZO:						
1. Clientes c/c						
1.1. Clientes c/c	96.112,96	44.341,66	323.660,05	318.007,66	38.689,27	
1.2. Clientes cobrança duvidosa	10.442,05	26.214,51	3.446,10	34.055,35	56.823,76	
SOMA II - 1	106.555,01	70.556,17	327.106,15	352.063,01	95.513,03	
2. Contribuintes e Utentes c/c						
2.1. Contribuintes C/C	368,81	680,14	680,14	68.960,18	68.960,18	
2.2. Utentes c/c	0,00	22.933,62	1.646.462,09	1.671.783,28	48.254,81	
SOMA II - 2	368,81	23.613,76	1.647.142,23	1.740.743,46	117.214,99	
3. Outros devedores						
3.1. Outros devedores (Estado e Fundos Comunitários)	1.249.556,86	942.418,87	837.873,51	478.067,85	582.613,21	
3.2. Adiantamento a Fornecedores de Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3. Devedores e credores por operações de permutas	14.293,00	14.293,00	0,00	0,00	14.293,00	
3.4. Devedores por encargos suportados pelo Município	0,00	6.975,16	39.561,43	50.924,68	18.338,41	
SOMA III - 3	1.263.849,86	963.687,03	877.434,94	528.992,53	615.244,62	
SOMA DE III	1.370.773,68	1.057.856,96	2.851.683,32	2.621.799,00	827.972,64	
TOTAL GERAL	1.370.773,68	1.057.856,96	2.851.683,32	2.621.799,00	827.972,64	

No quadro n.º 13 figura a decomposição das dívidas ao Município, o que, dito de outro modo, corresponde aos recebimentos em atraso, reportados à data de 31 de dezembro de 2011. Cumpre-se assim o preceituado no artigo n.º 15.º da Lei n.º 8, publicada a 21 de Fevereiro de 2012, segundo a qual as autarquias estão obrigadas a identificarem, individualizadamente, todos os recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior e a publicá-los no sítio da internet, bem como a fazer com que essa listagem conste dos documentos de prestação de contas.

Ora, a Câmara Municipal de Cantanhede já publicita desde há anos a relação das dívidas ao Município, vulgo recebimentos em atraso, só não o fazia de forma individualizada. Mas porque isso passou a ser exigido por lei, dos documentos de prestação de contas consta agora também, para além da listagem apresentada por tipologias de dívidas ou grupos de clientes, uma relação exaustiva de todos os devedores que tinham dívidas vencidas à data de 31 de dezembro de 2011.

De qualquer modo, convém notar que os valores indicados na referida lista não coincidem com os que agora se apresentam neste relatório, uma vez que estes demonstram as dívidas vencidas e vincendas, quantificadas num total de 226.719,46 euros, incluindo, por imposição do POCAL, as dívidas contabilizadas como sendo de cobrança duvidosa. Decompondo a dívida em função da tipologia de serviços prestados, temos:

- O Município tem dívidas a receber no valor de 63.828,43 euros pelo fornecimento de refeições escolares servidas aos alunos que frequentam o 1.º Ciclo de Ensino Básico e jardim-de-infância da rede pública e 17.813,71 euros pelo prolongamento de horário, o que perfaz o montante de 81.642,14 euros. Apesar das insistentes diligências efetuadas junto dos respetivos devedores, incluindo a possibilidade de pagamento a prestações, o certo é que essas dívidas se vão acumulando cada vez mais. E embora seja de admitir que algumas dessas situações se devem a dificuldades económicas dos devedores, nomeadamente os encarregados de educação que, devido aos efeitos da crise, não têm recursos para honrarem as suas obrigações, a autarquia não pode compactuar com aqueles que não pagam tendo meios para o fazer e que simplesmente esperam que a dívida caia no esquecimento. Reforça-se mais uma vez de que o Município tem a obrigatoriedade de reportar as dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2011, o que significa dizer que, à data em que este relatório é apresentado, muitos poderão ter entretanto regularizado a sua situação;

- Pela utilização de infraestruturas Municipais, concretamente do pavilhão “Os Marialvas” e das Piscinas Municipais, estão por cobrar 50.288,27 euros. Este valor, relativo a dívidas de coletividades concelhias, estão a ser pagas segundo a sua disponibilidade de tesouraria ou mediante plano de pagamento acordado entre ambas as partes;

- Pela compensação de encargos de funcionamento suportados pelo Município no que diz respeito à cedência e utilização de recursos humanos ou de equipamentos Municipais encontravam-se em dívida, a 31 de Dezembro de 2011, 21.854,41 euros.

- No âmbito de situações diversas foram igualmente apuradas dívidas de reduzido valor e que na globalidade totalizam 2.606,87 euros.

- Relativamente às Taxas de Publicidade, Ocupação da Via Pública e utilização de Terrados em Mercados e Feiras, estão por cobrar 70.328,08 euros.

Com oportunamente se referiu, grande parte das dívidas antes enunciadas já se encontram contabilizadas como sendo de cobrança duvidosa, nomeadamente as liquidadas em anos anteriores, num total de 56.823,76 euros, mas cuja cobrança ainda não se conseguiu realizar. Os 167.983,12 euros restantes dizem respeito a dívidas liquidadas durante o ano sujeito a apreciação e também ainda não cobradas à data de 31 de dezembro.

Por fim, resta fazer uma breve referência aos montantes reconhecidos como dívidas de terceiros por força de candidaturas submetidas e aprovadas ao abrigo do Mais Centro - Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do QREN, num total de 478.067,85 euros, em 31 de dezembro de 2011. Esta quantia diz respeito às seguintes candidaturas: Parque Urbano da Quinta de S. Mateus, Centro Educativo de Ançã e Construção da ER 335-1: Via Regional Cantanhede/IC 1 Tocha: Passagem Inferior e parcela 320.

Em dezembro de 2010, o Município de Cantanhede e a entidade gestora do Programa Operacional Regional do Centro acrescentaram ao contrato de financiamento aprovado e assinado entre as partes uma adenda tendente a permitir ao Município concretizar investimentos na ordem dos cinco milhões de euros. Os projetos constantes do referido protocolo e apresentados no quadro n.º 14 não foram lançados a concurso porque existe a forte expectativa de o acordo poder ser redimensionado em função de uma reavaliação muito criteriosa dos investimentos previstos. Com base neste enquadramento está a ser equacionada a construção do Museu do Colecionismo, que, para além do seu valor intrínseco como equipamento cultural de referência a nível nacional e, em função disso, um importante fator de atratividade, será um edifício estruturante no quadro da requalificação e dinamização do parque de exposições de Cantanhede. Para tal e assim que concretizada formalmente a estratégia de

reestruturação dos investimentos a considerar na referida candidatura, será solicitada à CCDRC a reprogramação financeira e temporal do financiamento aprovado no âmbito da parceria para a regeneração urbana da Cidade de Cantanhede.

Para já, os únicos projetos relativos a esta parceria com execução física e/ou financeira referem-se às seguintes candidaturas: Quinta de S. Mateus, Gabinete da Cidade e plataforma para a biotecnologia. Em fase final de execução estão as restantes candidaturas, de carácter imaterial, sob a gestão dos parceiros envolvidos.

QUADRO 14
Protocolo de Financiamento Parcerias para a Regeneração Urbana da Responsabilidade Financeiro do Município

Obra	Executor	Investimento Total	Custo Elegível	Comparticipação	Valor Faturado	Comparticipação Recebida	Comparticipação por receber	Comparticipação reconhecida 26823
Parque Urbano da Quinta de S. Mateus	Município de Cantanhede	1.151.400,51	1.151.400,15	913.489,54	1.119.219,86	875.064,09	38.425,45	38.425,45
Construção /Benef. Parque Exposições de Cantanhede (Park-Expo)	Município de Cantanhede		1.475.878,91	1.074.011,84				
Requalificação do Mercado Municipal de Cantanhede	Município de Cantanhede		711.616,46	517.850,41				
Construção do Auditório Municipal	Município de Cantanhede		2.838.814,85	2.065.842,80				
Plataforma Biotecnologia	Município de Cantanhede		110.000,00	80.048,10				
Plataforma para o Empreendedorismo	Associação Empresarial de Cantanhede		110.000,00	80.048,10				
Plataforma para a Qualidade de Vida	Associação de Solidariedade Social Sociedade Columbófila Cantanhedense		110.000,00	80.048,10				
Plataforma para a Cultura	INOVA, EM		60.500,00	44.026,46				
Gabinete para a Cidade	Município de Cantanhede		189.109,79	136.482,43		7.773,19	128.709,24	
Total Regeneração Urbana		1.151.400,51	6.757.320,16	4.991.847,77	1.119.219,86	882.837,28	167.134,69	38.425,45

Candidaturas Homologadas

Obra	Executor	Investimento Total	Custo Elegível	Comparticipação	Valor Faturado	Comparticipação Recebida	Comparticipação por receber	Comparticipação reconhecida 26823
Construção da ER 335-1: Via Regional Cantanhede/IC 1 Tocha:Passagem Inferior e Parcela 320	Município de Cantanhede	373.799,55	275.768,93	220.615,14	262.283,22	105.956,02	114.659,12	114.659,12
Centro Educativo de Anã	Município de Cantanhede	2.698.738,35	1.951.640,27	1.561.312,22	2.236.467,64	990.953,21	429.528,64	429.528,64
Centro Educativo de Cadima	Município de Cantanhede	1.441.819,13	1.219.471,49	975.577,49	279.748,00	0,00	975.577,49	
Economia Digital Sociedade do Conhecimento		50.525,88	29.760,00	22.320,00	5.514,09	3.967,46	18.352,54	
Total Outras Candidaturas		4.564.882,91	3.476.640,69	2.779.824,85	2.784.012,95	1.100.876,69	1.538.117,79	544.187,76
Total Geral		5.716.283,42	10.233.960,85	7.771.672,62	3.903.232,81	1.983.713,97	1.705.252,48	582.613,21

Projectos que aguardam Homologação

Obras	Data Submissão	Investimento Total	Investimento elegível	Comparticipação Estimada a 80%
Requalificação Urbana do Quintal da Fonte	09-12-2011	319.436,50	319.436,50	255.549,20
Rua 1º de Maio	07-11-2011	437.631,00	437.631,00	350.104,80
Construção Parque Lazer dasSete Fontes	08-12-2011	65.847,72	65.847,72	52.678,18
Requalificação Urbana no Concelho de Cantanhede - Rua da Azinhaga e do Calvário - Murtede	08-12-2011	118.104,70	118.104,70	94.483,76
Pavilhão Desportivo de Febres	08-12-2011	2.004.136,74	2.004.136,74	1.603.309,39
Total Geral		2.945.156,66	2.945.156,66	2.356.125,33

No concernente a esta temática é de referir ainda que, em finais de 2011, foram submetidas à Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e à Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego – CIM-BM as candidaturas constantes do quadro supra apresentado, as quais, até à data, se encontram em fase de análise. Apesar de o Município não ter indicações quanto à forma como a autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Centro irá ratear o montante disponível para afetar a todas as candidaturas que lhe foram submetidas, sujeitando-as a reapreciação, é expectável que as taxas de comparticipação venham a ser corrigidas para percentagens a rondar os 80%. O referido quadro com a lista das candidaturas do Município de Cantanhede é bastante elucidativo quanto ao impacto positivo dos valores a arrecadar neste âmbito, caso a taxa de comparticipação seja efetivamente de 80%. O encaixe de 2.356.125,33 euros permitiria libertar meios para a realização de outros investimentos, tanto mais que essas candidaturas dizem respeito a obras totalmente realizadas e pagas.

QUADRO 15

DÍVIDA DE TERCEIROS POR COBRAR A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Un: (Euros)

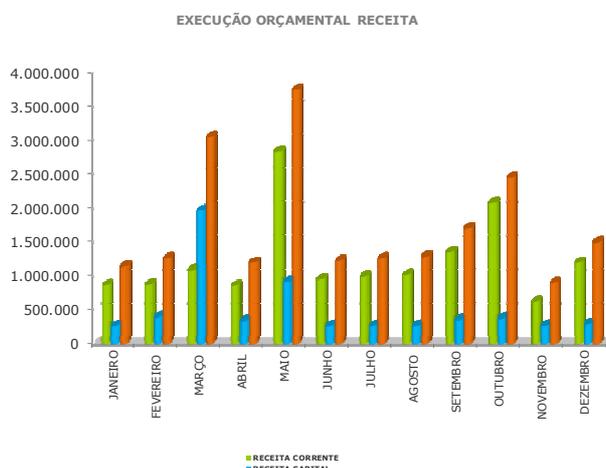
DESIGNAÇÃO		DÍVIDA DE TERCEIROS 2010	DÍVIDA DE TERCEIROS 2011
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	612,12	68.888,48
02020603	Ocupação da via pública	0,00	5.080,66
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	0,00	0,00
040201	Juros de mora		
02020699	Outros	0,00	63.162,59
0202069903	Serviço Metrologico	612,12	645,23
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.809,53	0,00
060306	Estado - Particip. Portuguesa projetos cofinanciados	4.809,53	0,00
06080102	Famílias-Comparticipação Forn Refeições Escolares	0,00	0,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	73.630,46	135.755,35
070106	Produtos agrícolas e pecuários	0,00	0,00
070107	Produtos alimentares e Bebidas	40.868,34	63.828,43
070108	Mercadorias	0,00	1.740,11
0702080402	Piscinas	0,00	22.058,40
0702080405	Pavilhão Clube de futebol "Os Marialvas"	9.828,50	28.229,87
07020906	Mercados e feiras	0,00	2.084,83
07020909	Prolongamento de Horário	22.933,62	17.813,71
070399	Outras		
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26.834,49	26.350,90
08019902	Indem. Estrag.prov.outrem viat.outr.equip.aut. Local	0,00	221,64
0801999901	Compensação encargos sup. Município c/ desp. Instal.	0,00	0,00
0801999902	Compensação encargos sup. Município c/ desp. Pessoal	22.559,33	10.179,05
0801999905	Gratificação proveniente de máquinas automáticas	0,00	11.675,05
0801999999	Diversas	4.275,16	4.275,16
09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
09040102	Maquinaria e equipamento	0,00	0,00
09011001	Para construção e alinhamento	0,00	0,00
100307	Estado - Part. Comunitária Projetos Co - Financiados	937.609,34	582.613,21
10030701	Porcentro -Comparticipação Feder -III QCA	0,00	0,00
10030704	Programa Leader "+"	0,00	0,00
10030706	FEOGA - Medida Agris	0,00	0,00
10030707	Comparticip.O.E. Contr. Prog. Pós-Conhecimento	0,00	0,00
10030708	Mais Centro - Comparticipação FEDER - QREN	937.609,34	582.613,21
SUB-TOTAL		1.043.495,94	813.607,94
TOTAL		1.043.495,94	813.607,94

O quadro n.º 15 reflete essa realidade: os 813.607,94 euros respeitam à receita liquidada mas não cobrada, ou melhor, dívidas de terceiros, o que não permitiu à instituição encerrar o ano com as suas dívidas saldadas. Os atrasos processuais verificados ao nível da arrecadação destas dívidas têm criado dificuldades ao nível da tesouraria, uma vez que, por sua vez, as dívidas a terceiros, a 31 de dezembro de 2011, estavam contabilizadas em 869.539,72 euros.

Da análise ao quadro n.º 16 percebe-se que a arrecadação da receita não é regular ao longo do período sujeito a análise, percepção que se torna particularmente útil para quem tem que adequar a agenda dos pagamentos a realizar em função dos influxos espectáveis. O referido quadro dá conta dos níveis de execução orçamental da receita em cada mês de 2011, verificando-se que os períodos em que há maiores entradas de verbas são os meses de cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis, ou seja, maio e outubro. O facto de em março ter havido uma receita superior ao que é normal nesse mês em outros anos, deve-se à entrada da última utilização do financiamento obtido ao abrigo do Plano de Saneamento Financeiro.

QUADRO 16
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NUMA PERSPECTIVA MENSAL DA RECEITA COBRADA LÍQUIDA

ANO 2011	RECEITA CORRENTE	VALOR ACUMULADO	RECEITA CAPITAL	VALOR ACUMULADO	RECEITA TOTAL COM PASSIVOS FINANCEIROS	VALOR ACUMULADO
JANEIRO	865.753,37	865.753,37	268.998,07	268.998,07	1.134.751,44	1.134.751,44
FEVEREIRO	871.502,93	1.737.256,30	393.239,08	662.237,15	1.264.742,01	2.399.493,45
MARÇO	1.085.718,13	2.822.974,43	1.967.174,34	2.629.411,49	3.052.892,47	5.452.385,92
ABRIL	857.569,04	3.680.543,47	340.227,83	2.969.639,32	1.197.796,87	6.650.182,79
MAIO	2.829.293,61	6.509.837,08	914.930,43	3.884.569,75	3.744.224,04	10.394.406,83
JUNHO	955.953,45	7.465.790,53	267.120,82	4.151.690,57	1.223.074,27	11.617.481,10
JULHO	995.260,62	8.461.051,15	267.813,24	4.419.503,81	1.263.073,86	12.880.554,96
AGOSTO	1.022.481,41	9.483.532,56	267.013,84	4.686.517,65	1.289.495,25	14.170.050,21
SETEMBRO	1.353.086,22	10.836.618,78	351.274,52	5.037.792,17	1.704.360,74	15.874.410,95
OUTUBRO	2.076.643,95	12.913.262,73	372.650,02	5.410.442,19	2.449.293,97	18.323.704,92
NOVEMBRO	626.255,07	13.539.517,80	271.396,50	5.681.838,69	897.651,57	19.221.356,49
DEZEMBRO	1.196.328,30	14.735.846,10	295.887,14	5.977.725,83	1.492.215,44	20.713.571,93
	14.735.846,10		5.977.725,83		20.713.571,93	



4.1.3 - Execução Orçamental da Despesa

Nos quadros que se seguem expõem-se os níveis de execução da despesa realizada pelo Município durante o ano de 2011, ou seja, o modo como foram aplicados os recursos da Autarquia no pagamento de custos de estrutura, na aquisição de bens e serviços ou em investimentos promotores de desenvolvimento sustentável do concelho. A análise ao grau de execução da despesa será apresentada sob diversas perspetivas, segundo a natureza da despesa, seja ela corrente ou de capital, e segundo a sua natureza funcional.

QUADRO 17

EVOLUÇÃO DA DESPESA

DESIGNAÇÃO	Un. (Euros)					
	2009		2010		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal	6.115.847,23	27,57	6.595.944,18	19,72	5.358.421,86	27,80
Bens duradouros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens não duradouros	1.090.686,04	4,92	1.338.394,92	4,00	1.069.006,83	5,55
Aquisição de serviços	2.741.552,74	12,36	3.268.338,06	9,77	2.836.515,28	14,72
Encargos financeiros	568.450,27	2,56	508.311,90	1,52	824.136,05	4,28
Transferências correntes:						
Para as Freguesias	151.654,14	0,68	114.761,47	0,34	109.475,06	0,57
Outras	787.926,48	3,55	678.352,87	2,03	372.732,02	1,93
Subsídios	619.155,44	2,79	676.796,86	2,02	666.385,00	3,46
Outras despesas correntes	777.715,40	3,51	603.043,32	1,80	602.794,53	3,13
Total da despesa Corrente	12.852.987,74	57,95	13.783.943,58	41,21	11.839.466,63	61,42
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos:						
Terrenos e recursos naturais	243.517,06	1,10	452.527,79	1,35	103.352,19	0,54
Habituação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros edifícios	1.303.864,66	5,88	3.849.258,42	11,51	1.298.870,56	6,74
Construções diversas	3.156.846,26	14,23	9.149.208,02	27,35	1.472.667,50	7,64
Material de transporte	13.624,92	0,06	0,00	0,00	9.966,69	0,05
Maquinaria e equipamento	398.865,47	1,80	555.939,61	1,66	442.398,12	2,30
Outros	14.809,98	0,07	53.172,43	0,16	500,00	0,00
Locação Financeira	121.734,67	0,55	122.342,81	0,37	198.426,01	1,03
Transferências de capital:						
Para as Freguesias	689.728,60	3,11	653.191,07	1,95	627.233,40	3,25
Outras	714.450,94	3,22	569.426,17	1,70	844.111,52	4,38
Ativos Financeiros:						
Concessão de empréstimos						
Outros	100.000,00	0,45	1.200.000,00	3,59	675.500,00	3,50
Passivos financeiros:						
Amortização de empréstimos	2.561.174,85	11,55	3.059.599,42	9,15	1.763.282,77	9,15
Outros						
Outras despesas de capital	9.156,43	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da despesa de Capital	9.327.773,84	42,05	19.664.665,74	58,79	7.436.308,76	38,58
TOTAL DA DESPESA	22.180.761,58	100,00	33.448.609,32	100,00	19.275.775,39	100,00

QUADRO 18

VARIAÇÃO DA DESPESA AO LONGO DOS ANOS

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO	2009		2010		2011	
	Valor	Valor	△	Valor	△	
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal	6.115.847,23	6.595.944,18	7,9	5.358.421,86	-18,8	
Bens duradouros						
Bens não duradouros	1.090.686,04	1.338.394,92	22,7	1.069.006,83	-20,1	
Aquisição de serviços	2.741.552,74	3.268.338,06	19,2	2.836.515,28	-13,2	
Encargos financeiros	568.450,27	508.311,90	-10,6	824.136,05	62,1	
Transferências correntes:						
Para as Freguesias	151.654,14	114.761,47	-24,3	109.475,06	-4,6	
Outras	787.926,48	678.352,87	-13,9	372.732,02	-45,1	
Subsídios	619.155,44	676.796,86	9,3	666.385,00	-1,5	
Outras despesas correntes	777.715,40	603.043,32	-22,5	602.794,53	0,0	
Total da despesa Corrente	12.852.987,74	13.783.943,58	7,2	11.839.466,63	-14,1	
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos:						
Terrenos e recursos naturais	243.517,06	452.527,79	85,8	103.352,19	-77,2	
Habituação	0,00	0,00		0,00		
Outros edifícios	1.303.864,66	3.849.258,42	195,2	1.298.870,56	-66,3	
Construções diversas	3.156.846,26	9.149.208,02	189,8	1.472.667,50	-83,9	
Material de transporte	13.624,92	0,00	-100,0	9.966,69		
Maquinaria e equipamento	398.865,47	555.939,61	39,4	442.398,12	-20,4	
Outros	14.809,98	53.172,43	259,0	500,00	-99,1	
Locação Financeira	121.734,67	122.342,81	0,5	198.426,01	62,2	
Transferências de capital:						
Para as Freguesias	689.728,60	653.191,07	-5,3	627.233,40	-4,0	
Outras	714.450,94	569.426,17	-20,3	844.111,52	48,2	
Ativos Financeiros:						
Concessão de empréstimos						
Outros	100.000,00	1.200.000,00	1100,0	675.500,00	-43,7	
Passivos financeiros:						
Amortização de empréstimos	2.561.174,85	3.059.599,42	19,5	1.763.282,77	-42,4	
Outros						
Outras despesas de capital	9.156,43	0,00	-100,0	0,00		
Total da despesa de Capital	9.327.773,84	19.664.665,74	110,82	7.436.308,76	-62,18	
TOTAL DA DESPESA	22.180.761,58	33.448.609,32	50,80	19.275.775,39	-42,37	

Proporcional aos níveis de execução da receita cobrada, a realização da despesa paga durante o ano de 2011 totalizou 19.275.775,39 euros. Recorde-se que a descida de 42,37% da taxa de execução da despesa, quando comparada com o seu período homólogo, não deverá ser relevada nem sequer comparada, porquanto se trata de um ano excecional. Isto porque o volume de despesa alcançado resultou de um avolumar de despesas relativas a exercícios anteriores, tendo culminado na regularização definitiva deste passivo de curto prazo através do Plano de Saneamento Financeiro a que o Município de Cantanhede recorreu.

Centrando então a nossa análise nos níveis de execução verificados em 2011, conclui-se que 61,42%, das despesas totais são de natureza corrente e 38,58% de capital. Por outro lado, confrontando os valores explanados no quadro n.º 18, nota-se que o nível da despesa corrente desceu em 14,1% em relação a 2010. Este indicador é de extrema importância, pois releva o grande esforço de contenção de despesa, exercício que na atual conjuntura é indispensável para o equilíbrio financeiro das contas municipais. Apesar de não ser comparável, a variação negativa que em relação a 2010 se registou ao nível das despesas de capital (62,18%), deixa perceber também que o Município, para além de ter controlado fortemente os níveis de despesa corrente, também o fez no que diz respeito aos investimentos na execução de infraestruturas, na aquisição de equipamentos e em outras ações de carácter material.

Seria bom que sempre que os níveis de concretização da receita não fluíssem conforme espectável fosse possível reduzir ao mesmo ritmo a realização da despesa, pois esta deveria efetivamente variar na razão direta do volume global das receitas arrecadas. Só que este processo não é assim tão linear. Em momentos de crise como o que se tem vivido no país, com tendência para se agravar, surgem sempre quebras inesperadas nos fluxos de receita, enquanto o correspondente ajustamento do lado da despesa implica a adoção de medidas que normalmente levam algum tempo a produzir efeitos, o que não é compaginável com a rapidez em que, de um momento para o outro, o Município deixa de receber determinadas quantias com as quais estava a contar.

DESPESAS CORRENTES

Contenção nas despesas tem sido a palavra de ordem do Município de Cantanhede desde 2010, sendo que as correntes, por natureza, são mais difíceis de reduzir a curto prazo. A recuperação dos níveis de investimento depende muito da capacidade em acentuar a redução da despesa corrente, de modo a, por essa via, se reunirem mais recursos financeiros, canalizando-os para o investimento em infraestruturas. Em 2011 assistiu-se a um assinalável esforço nesse sentido, tanto mais que por comparação com 2010, em 2011 a despesa corrente do Município diminuiu 14,1%.

Confrontando os valores apresentados no quadro n.º 21, constata-se que a despesa realizada se situou na ordem dos 85,64% e que a despesa paga foi de 83,92 %. Estas taxas muito próximas confirmam duas situações: por um lado, o grau de fiabilidade dos documentos previsionais; por outro lado, a preocupação do executivo em não realizar despesa para a qual não tivesse cobertura financeira, o que aliás passou a ser uma exigência da lei a partir de 2012.

Segue-se agora uma análise mais pormenorizada ao comportamento das despesas correntes pagas ao longo de 2011, comparando-as, sempre que necessário, ao ano imediatamente anterior. Essa análise é efetuada de acordo com a tipologia das despesas, como sejam as de funcionamento, as transferências e subsídios atribuídos, entre outras. Relativamente ao serviço da dívida, este será apresentado em capítulo autónomo.

Despesas de Funcionamento

As despesas de funcionamento, mais conhecidas por despesas fixas ou de estrutura, englobam as relacionadas com pessoal, aquisição de bens e serviços e outras de carácter residual. O mesmo significa dizer que representam todas as despesas que o Município suporta anualmente para dar cumprimento às suas atribuições e competências.

Como resulta da leitura ao quadro n.º 17, em 2011 o Município despendeu com as despesas de funcionamento 9.866.738,50 euros, montante que corresponde a 83,34% da despesa corrente e a 51,19% da despesa total. Quando comparado com o ano de 2010, houve nessa categoria de despesas um decréscimo de 1.938.981,98 euros, que contribuiu, em larga medida, para a redução da despesa corrente, o que decorre também dos efeitos das medidas de contenção que começaram a ser adotadas em 2009.

Pessoal

As despesas com pessoal ascenderam a 5.358.421,86 euros gastos em 2011, continuando a representar uma apreciável afetação dos recursos financeiros do Município e uma boa fatia das despesas de funcionamento, designadamente 54,31% destas. Um dado significativo a reter é o que indica, pela primeira vez, a franca inversão da tendência ascendente que as despesas com pessoal vinham a registar desde há muitos anos. As decisões tomadas no sentido de reduzir os custos com os recursos humanos vieram a ter impacto financeiro já em 2011, tendo-se conseguido diminuir 1.237.522,32 euros de um ano para o outro, o que traduz, em termos relativos, uma queda de 18,76%.

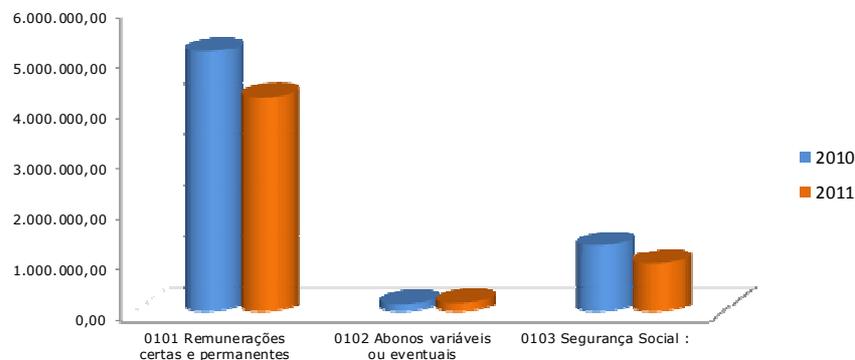
Medidas como a cessação de diversos contratos de trabalho em funções públicas por tempo determinado, a aposentação de vários trabalhadores não promovendo a sua substituição pelo recurso a concursos externos, o corte de salários nos termos da lei, associadas ao processo de reorganização e reestruturação dos serviços municipais concluído em finais de 2010, permitiram essa redução substancial das despesas com pessoal.

Do quadro n.º 19 resulta que o impacto das medidas referidas se deu sobretudo ao nível das remunerações certas e permanentes, as quais desceram 903.001,60 euros face aos valores apurados em 2010. A seguir surgem os encargos suportados pela entidade com o regime de segurança social dos colaboradores, que decresceram igualmente na ordem dos 354 mil euros. A única rubrica com algum relevo que subiu relativamente ao ano anterior foi a de *indemnizações por cessação de funções*, o que é perfeitamente justificável perante tudo o que acabou de ser dito.

Quadro 19

Quadro com a Discriminação das Despesas com Pessoal

Discriminação de Tipo da Despesa	2010	2011	Peso	Variação	
	Valores Pagos	Valores Pagos	%	Valor Absoluto	△
0101 Remunerações certas e permanentes					
Titulares órgãos de soberania e memb. órgãos autárquicos	136.017,50	119.222,11	2,22	-16.795,39	-12,35
Pessoal dos Quadros - Regime contrato individual de trabalho	2.764.495,79	2.603.335,33	48,58	-161.160,46	-5,83
Pessoal contratado a termo	919.068,18	400.486,69	7,47	-518.581,49	-56,42
Pessoal em qualquer outra situação	159.200,95	141.773,55	2,65	-17.427,40	-10,95
Representação	74.061,69	57.173,24	1,07	-16.888,45	-22,80
Subsídio de refeição	324.823,23	280.607,32	5,24	-44.215,91	-13,61
Subsídio Férias e de Natal	702.167,38	579.147,65	10,81	-123.019,73	-17,52
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	53.418,41	48.505,64	0,91	-4.912,77	-9,20
SUB-TOTAL:	5.133.253,13	4.230.251,53	77,82	-903.001,60	-17,59
0102 Abonos variáveis ou eventuais					
Horas extraordinárias	40.942,45	46.126,73	0,86	5.184,28	12,66
Ajudas de custo	49.811,13	38.889,88	0,73	-10.921,25	-21,93
Abono para falhas	3.550,40	3.367,52	0,06	-182,88	-5,15
Indemnizações por cessação de funções	42.841,31	72.526,19	1,35	29.684,88	69,29
Outros suplementos e prémios	18.474,92	14.903,11	0,28	-3.571,81	-19,33
SUB-TOTAL:	155.620,21	175.813,43	3,28	20.193,22	12,98
0103 Segurança Social :					
Encargos com a saúde	46.300,89	43.397,86	0,81	-2.903,03	-6,27
Outros encargos com a saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídio familiar a criança e jovens	40.423,24	15.622,35	0,29	-24.800,89	-61,35
Outras prestações familiares	7.488,72	2.643,60	0,05	-4.845,12	-64,70
Contribuições para a Segurança Social	1.120.481,71	816.760,90	15,24	-303.720,81	-27,11
Outras pensões	25.127,87	9.326,11	0,17	-15.801,76	-62,89
Seguros	44.834,40	45.410,52	0,85	576,12	1,28
Outras despesas de segurança social	22.414,01	19.195,56	0,36	-3.218,45	-14,36
SUB-TOTAL:	1.307.070,84	952.356,90	17,77	-354.713,94	-27,14
TOTAL DAS DESPESAS C/ PESSOAL	6.595.944,18	5.358.421,86	100,00	-1.237.522,32	-18,76
TOTAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	11.805.720,48	9.866.738,50		-1.938.981,98	-16,42
PESO DAS DESP. C/ PESSOAL NAS D. FUNCIONAMENTO	55,87	54,31			



Aquisição de bens e serviços

Quadro 20

Quadro com a Discriminação da Aquisição de Bens e Serviços

Discriminação de Tipo da Despesa	2010		2011		Peso	Variação	
	Valores Pagos	EANP 2010	Valores Pagos	%	Valor Absoluto	△	
0201 Aquisição de Bens:							
Matérias-primas e subsidiárias	5.429,45	519,45	6.809,97	0,17	1.380,52	25,43	
Combustíveis e lubrificantes	311.125,44	44.389,13	322.276,95	8,25	11.151,51	3,58	
Munições, explosivos e artifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Limpeza e higiene	12.238,16	486,42	8.864,89	0,23	-3.373,27	-27,56	
Alimentação- Refeições Confeccionadas	762.289,55	136.820,77	598.863,43	15,33	-163.426,12	-21,44	
Alimentação- Géneros para confeccionar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Vestuário e artigos pessoais	3.240,66	0,00	3.569,33	0,09	328,67	10,14	
Material de escritório	78.624,41	2.210,84	27.627,46	0,71	-50.996,95	-64,86	
Produtos químicos e farmacêuticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Produtos vendidos nas farmácias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Material de consumo clínico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aquisição de pneus	0,00	1.221,12	1.311,92	0,03	1.311,92		
Material de transporte - peças	28.704,73	465,93	10.657,41	0,27	-18.047,32	-62,87	
Outro material - peças	45.899,51	5.125,71	29.404,88	0,75	-16.494,63	-35,94	
Prêmios, condecorações e ofertas	35.182,80	6.607,43	17.922,97	0,46	-17.259,83	-49,06	
Mercadorias para venda	2.918,05	7.959,92	149,92	0,00	-2.768,13	-94,86	
Ferramentas e utensílios	2.157,46	30,25	1.132,59	0,03	-1.024,87	-47,50	
Livros e documentação técnica	1.756,13	146,60	1.626,57	0,04	-129,56	-7,38	
Artigos honoríficos e de decoração	619,67	235,95	557,98	0,01	-61,69	-9,96	
Material de educação, cultura e recreio	25.988,11	11.636,77	17.768,52	0,45	-8.219,59	-31,63	
Outros bens	22.220,79	5.403,28	20.462,04	0,52	-1.758,75	-7,91	
SUB-TOTAL:	1.338.394,92	223.259,57	1.069.006,83	27,37	-269.388,09	-20,13	
0202 Aquisição de Serviços:							
Encargos das instalações	367.005,17	116.852,50	504.061,74	12,91	137.056,57	37,34	
Limpeza e higiene	11.712,54	670,11	1.555,59	0,04	-10.156,95	-86,72	
Conservação de bens	121.731,16	7.568,31	72.242,23	1,85	-49.488,93	-40,65	
Locação de edifícios	47.393,53	0,00	47.480,08	1,22	86,55	0,18	
Locação de material de informática	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Locação de outros bens	67.126,54	4.166,81	27.484,41	0,70	-39.642,13	-59,06	
Comunicações	129.614,26	18.446,47	118.700,96	3,04	-10.913,30	-8,42	
Transportes	572.317,64	121.614,68	415.602,97	10,64	-156.714,67	-27,38	
Representação dos serviços	2.213,51	0,00	1.442,90	0,04	-770,61	-34,81	
Seguros	74.659,59	22.214,90	21.538,03	0,55	-53.121,56	-71,15	
Deslocações e estadas	590,73	0,00	1.574,60	0,04	983,87	166,55	
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	134.201,34	968,00	56.191,56	1,44	-78.009,78	-58,13	
Formação	1.800,20	1.083,40	1.776,20	0,05	-24,00	-1,33	
Seminários, exposições e similares	895,00	1.500,00	0,00	0,00	-895,00	-100,00	
Publicidade	62.693,77	31.536,14	48.909,62	1,25	-13.784,15	-21,99	
Vigilância e segurança	173.560,41	8.147,67	8.789,72	0,23	-164.770,69	-94,94	
Assistência técnica	41.523,74	23.613,44	48.527,78	1,24	7.004,04	16,87	
Outros trabalhos especializados	542.629,79	86.437,51	558.926,66	14,31	16.296,87	3,00	
Encargos de cobrança de receitas	118.837,27	0,00	119.523,41	3,06	686,14	0,58	
Outros serviços	797.831,87	16.019,99	782.186,82	20,03	-15.645,05	-1,96	
SUB-TOTAL:	3.268.338,06	460.839,93	2.836.515,28	72,63	-431.822,78	-13,21	
TOTAL DAS DESPESAS C/AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.606.732,98	684.099,50	3.905.522,11	100,00	-701.210,87	-15,22	
TOTAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	11.805.720,48		9.866.738,50		-1.938.981,98	-16,42	
PESO DAS DESP. C/ AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS NAS D. FUNCIONAMENTO	39,02		39,58				

Outra componente que tem algum impacto nas despesas de funcionamento é a das despesas relacionadas com a aquisição de bens e serviços, que em 2011 totalizaram 3.905.522,11 euros, menos 701.210,87 euros do que em 2010. Importa realçar que, daquela quantia, 684.099,50 euros dizem respeito a encargos assumidos e não pagos em 2010 e que transitaram para a execução orçamental de 2011, sendo que, em 31 de dezembro de 2010, apenas 172.901,31 euros correspondem a dívida efetiva mas não vencida. O restante resulta de compromissos assumidos em 2010 mas que à data da transição do ano ainda não se encontravam efetivamente cumpridos ou executados por parte da entidade fornecedora.

Na breve justificação às rubricas que mais contribuíram para os montantes gastos em aquisição de bens e serviços, há a reter da análise ao quadro n.º 20 o seguinte:

- Com gastos na ordem dos 782.186,82 euros, os denominados *Outros Serviços* representam 20,03 % dos gastos com a Aquisição de Bens e Serviços. 93% do referido montante destinou-se ao pagamento do consumo de energia relacionada com a iluminação pública do Concelho. Bastante relevante a este nível foi a descida de 20.975,77 euros em relação a 2010, tanto mais que a alteração da taxa de IVA no preço da eletricidade — como se sabe, passou de 6% para 23%, em outubro último — teve como efeito um acréscimo significativo no valor da energia consumida desde essa altura. Em todo o caso, é expectável um impacto bastante mais acentuado em 2012, pelo que se está a fazer um controlo apertado dos consumos de energia elétrica, seja na iluminação pública, seja ao nível dos consumos internos da Autarquia, de modo a diluir tanto quanto possível os efeitos do aumento do IVA.

Embora os *encargos das instalações* não ocupem o segundo lugar dos que mais contribuíram para os gastos suportados na rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, o fato de se tratar de um segmento bastante relacionado com o anterior justifica a sua menção para dizer que houve a este nível um dispêndio de 504.061,74 euros (12,91%), mais 137.056,57 euros do que em 2010. Esse valor inclui as despesas relacionadas com o fornecimento de água, eletricidade, climatização e condomínio, o que de algum modo explica o aumento registado, sobretudo se se tiver em conta a subida dos custos com estes bens e serviços.

Por sua vez, a *alimentação – refeições confeccionadas*, com um valor total gasto de 598.863,43 euros e um peso de 15,33% na rubrica Aquisição de Bens e Serviços, desceu 163.426,12 euros face a 2010, o que ficou a dever ao fato de o valor desse ano ter sido fortemente influenciado por encargos assumidos e não pagos que transitaram de 2009.

Com um peso de 14,31% no total das Aquisições de Bens e Serviços, os *outros trabalhos especializados* totalizaram 558.926,66 euros, incluindo os 410.390,60 euros pagos com os serviços de docência e os serviços de suporte e acompanhamento técnico adjudicados a terceiros. Os restantes 148.5636,06 euros referem-se a gastos com higiene, segurança, saúde e vistoria no trabalho, instalações e equipamentos, itinerância artística e diversos trabalhos especializados de caráter residual.

Segue-se os *transportes*, com 415.602,97 euros (10,64% das Aquisições de Bens e Serviços) e também uma diminuição dos gastos face 2010, neste caso de 156.714,67 euros.

Com os *combustíveis e lubrificantes* gastaram-se 322.276,95 euros, valor muito próximo do de 2010 (311.125,44 euros), uma variação positiva de 3,58% que se deve sobretudo à oscilação nos preços dos combustíveis.

Tem também algum significado o montante de 119.523,41 euros relacionado com encargos de cobranças dos impostos municipais e os 118.700,96 euros gastos com comunicações, embora seja de assinalar que estes últimos registaram uma redução apreciável, em resultado de um controlo apertado dos níveis de consumo.

Finalmente, uma nota para assinalar a redução nos gastos na compra de bens como material de escritório, consumíveis, peças, prémios, condecorações e ofertas, material de educação, cultura e recreio, bem como na aquisição de serviços de limpeza e higiene, publicidade e vigilância e segurança, entre outros. No total houve uma poupança de 466.870,95 euros.

DESPESAS DE CAPITAL

O Município conseguiu canalizar para investimentos 7.436.308,76 euros, ou seja, 38,58 % (quadro n.º 17) do Orçamento. Correspondendo ao que vulgarmente se designa por despesas de capital, esses investimentos estão materializados quer em infraestruturas e equipamentos coletivos municipais quer no apoio a instituições e coletividades, quer ainda na amortização do serviço da dívida, que mais não é do que o pagamento em prestações de obras realizadas em anos anteriores.

Nesta vertente, os montantes aplicados em 2011 não devem, em circunstância alguma, ser comparados com os de 2010. Isto porque, como já foi vastamente referido, em 2010 atingiu-se uma execução de despesa de capital de 19.664.665,74 euros, um valor perfeitamente atípico que apenas foi possível porque o Município se encontrava ao abrigo do Plano de Saneamento Financeiro que permitiu pagar muitas dívidas acumuladas de anos anteriores.

Em síntese: 3.526.181,07 euros (47,42% das despesas de capital) para o pagamento de diversas infraestruturas municipais; 1.471.344,92 euros (19,79%) para transferências de capital; 675.500,00 euros (9,08%) para reforço do património associativo da ABAP - Associação Beira Atlântico Parque e para o BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia (225.500,00 euros e 450.000,00 euros, respetivamente); e 1.763.282,77 euros (23,71%) para fazer face ao serviço da dívida, na parte que diz respeito à amortização anual que cabe ao Município, isto por força dos diversos mútuos contratualizados.

QUADRO 21
RESUMO DA DESPESA NOS ÚLTIMOS 2 ANOS

DESIGNAÇÃO	Un: (Euros)									
	2010					2011				
	ORÇAMENTO	DESPESAS	DESPESAS	TAXA DE EXECUÇÃO		ORÇAMENTO	DESPESAS	DESPESAS	TAXA DE EXECUÇÃO	
	CORRIGIDO	REALIZADAS	PAGAS	REALIZADAS	PAGAS	CORRIGIDO	REALIZADAS	PAGAS	REALIZADAS	PAGAS
A	B	C	B/A	C/A	A	B	C	B/A	C/A	
DESPESAS CORRENTES										
Despesas com Pessoal	6.960.193,00	6.652.567,60	6.595.944,18	95,58	94,77	5.860.960,00	5.413.331,26	5.358.421,86	92,36	91,43
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5.778.613,55	4.779.634,29	4.606.732,98	82,71	79,72	5.281.938,00	4.024.209,76	3.905.522,11	76,19	73,94
Juros e Outros Encargos	714.366,00	670.799,60	508.311,90	93,90	71,16	899.985,81	881.781,95	824.136,05	97,98	91,57
Transferências Correntes	1.026.543,00	807.762,53	793.114,34	78,69	77,26	682.515,00	494.295,86	482.207,08	72,42	70,65
Subsídios	688.941,00	676.796,86	676.796,86	98,24	98,24	666.388,00	666.385,00	666.385,00	100,00	100,00
Outras Despesas Correntes	636.543,00	603.151,48	603.043,32	94,75	94,74	716.862,00	602.965,49	602.794,53	84,11	84,09
TOTAL DESPESAS CORRENTES	15.805.199,55	14.190.712,36	13.783.943,58	89,79	87,21	14.108.648,81	12.082.969,32	11.839.466,63	85,64	83,92
DESPESAS DE CAPITAL										
Aquisição de Bens de Investimento	23.672.837,00	15.535.612,15	14.182.449,08	65,63	59,91	13.467.685,00	4.128.889,10	3.526.181,07	30,66	26,18
Transferências de Capital	1.615.476,00	1.292.372,30	1.222.617,24	80,00	75,68	1.924.187,00	1.491.844,92	1.471.344,92	77,53	76,47
Ativos Financeiros	2.100.005,00	1.200.000,00	1.200.000,00	57,14	57,14	1.125.513,00	675.500,00	675.500,00	60,02	60,02
Passivos Financeiros	3.059.600,00	3.059.599,42	3.059.599,42	100,00	100,00	1.763.284,00	1.763.282,77	1.763.282,77	100,00	100,00
Outras Despesas de Capital	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS CAPITAL	30.447.920,00	21.087.583,87	19.664.665,74	69,26	64,58	18.280.670,00	8.059.516,79	7.436.308,76	44,09	40,68
TOTAL GERAL	46.253.119,55	35.278.296,23	33.448.609,32	76,27	72,32	32.389.318,81	20.142.486,11	19.275.775,39	62,19	59,51

É um fato que continuou a haver uma grande preocupação em fazer convergir as taxas de execução da despesa realizada com as taxas de execução da despesa paga, não obstante a descida verificada em 2011 relativamente a 2010. Este indicador permite apurar qual o nível de endividamento de curto prazo da Autarquia, pois a diferença que resulta dos dois valores resume o montante da faturação pendente à data do encerramento destas contas. Verifica-se assim que o ano de 2011 encerra com uma taxa de execução da despesa de capital realizada de 44,09% e uma taxa da despesa de capital paga de 40,68%, transitando para o exercício seguinte uma dívida não vencida de 623.208,03 euros.

Concluindo, e porque aqui também não faz sentido comparar os dois anos constantes do quadro sujeito a apreciação, deixa-se apenas uma nota para dizer que, embora os níveis de execução globais não tenham registado um desempenho tão bom quanto o estimado, conseguiu-se concentrar em capital fixo verbas relevantes, havendo capacidade efetiva para realizar e pagar os investimentos concretizados em 2011, sem que estes representassem encargos adicionais que não pudessem ter sido pagos.

QUADRO 22

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DIFERENTES FASES DA DESPESA

CÓD.	DESIGNAÇÃO	Un: (Euros)					
		ORÇAMENTO CORRIGIDO	COMPROMETIDO	FACTURADO	PAGO	REALIZADO E NÃO PAGO	COMPROMETIDO POR REALIZAR
		1	2	3	4	5=3-4	6=2-3
DESPESAS CORENTES							
01	Despesas com Pessoal	5.860.960,00	5.418.894,04	5.413.331,26	5.358.421,86	54.909,40	5.562,78
02	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5.281.938,00	4.630.528,41	4.024.209,76	3.905.522,11	118.687,65	606.318,65
03	Juros e Outros Encargos	899.985,81	881.781,95	881.781,95	824.136,05	57.645,90	0,00
04	Transferências Correntes	682.515,00	545.943,62	494.295,86	482.207,08	12.088,78	51.647,76
05	Subsídios	666.388,00	666.385,00	666.385,00	666.385,00	0,00	0,00
06	Outras Despesas Correntes	716.862,00	613.728,69	602.965,49	602.794,53	170,96	10.763,20
TOTAL DESPESAS CORRENTES		14.108.648,81	12.757.261,71	12.082.969,32	11.839.466,63	243.502,69	674.292,39
DESPESAS DE CAPITAL							
07	Aquisição de Bens de Investimento	13.467.685,00	7.335.602,98	4.128.889,10	3.526.181,07	602.708,03	3.206.713,88
08	Transferências de Capital	1.924.187,00	1.580.856,33	1.491.844,92	1.471.344,92	20.500,00	89.011,41
09	Ativos Financeiros	1.125.513,00	1.125.500,00	675.500,00	675.500,00	0,00	450.000,00
10	Passivos Financeiros	1.763.284,00	1.763.282,77	1.763.282,77	1.763.282,77	0,00	0,00
11	Outras Despesas de Capital	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL		18.280.670,00	11.805.242,08	8.059.516,79	7.436.308,76	623.208,03	3.745.725,29
TOTAL GERAL 2011		32.389.318,81	24.562.503,79	20.142.486,11	19.275.775,39	866.710,72	4.420.017,68
TOTAL GERAL 2010		46.253.119,55	38.538.006,81	35.278.296,23	33.448.609,32	1.829.686,91	3.259.710,58
TOTAL GERAL 2009		46.943.257,95	41.639.555,27	34.023.550,81	22.180.761,58	11.842.789,23	7.616.004,46
TOTAL GERAL 2008		43.242.935,74	34.628.570,72	28.986.466,61	25.640.094,28	3.346.372,33	5.642.104,11

Para uma melhor percepção do quadro n.º 22, enunciam-se a seguir os conceitos que envolvem cada fase da realização da despesa, aqui apresentada numa perspetiva económica, ou seja, de acordo com a sua natureza. Assim, temos que:

- ✓ **O Cabimento** corresponde à cativação de uma verba estimada afetando-a a uma determinada classificação orçamental. Nos termos da lei, não é autorizada qualquer tipo de despesa não sujeita a cabimento prévio, ou seja, que não tenha dotação orçamental suficiente para a sua realização, regra de ouro no processo de execução da despesa.
- ✓ **O Compromisso** consiste na concretização e assunção, perante um agente externo, do pedido de realização ou execução de qualquer tipo de fornecimento ou serviço, na maior parte dos casos através da emissão de uma requisição ou da formalização de um contrato escrito entre as partes.
- ✓ **A Realização** diz respeito à receção e respetivo movimento do documento de despesa, normalmente uma fatura ou documento equivalente. É nesta fase que o Município assume a dívida para com uma entidade terceira.
- ✓ **O Pagamento** representa a liquidação de dívida, variando a sua efetivação na relação direta das disponibilidades de tesouraria.

Numa ótica de execução orçamental, o quadro n.º 22 é bastante elucidativo quanto aos níveis de execução orçamental do período económico a que se refere. Senão vejamos: de um orçamento corrigido de 32,3 milhões de euros, assumiram-se compromissos na ordem dos 24,5 milhões de euros, dos quais 20,1 milhões foram faturados e 19,2 milhões de euros foram pagos. O diferencial entre o montante comprometido e o montante pago traduz os encargos assumidos e não pagos que serão transferidos para o próximo exercício. Estes encargos representam o somatório dos compromissos assumidos que, em 31 de Dezembro de 2011, ainda não se tinham concretizado (4.420.017,68 euros) e no montante das dívidas de curto prazo, faturação recebida e não paga (866.710,72 euros). No total, temos 5.286.728,40 euros que, por força da aprovação dos documentos previsionais de 2012, transitaram para a execução financeira deste novo exercício económico.

QUADRO 23

Estrutura das Transferências Concedidas

Un. (Euros)

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	DESPESA REALIZADA	%	DESPESA PAGA	%	DÍVIDA TRANSITADA	%
Transferências Correntes						
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Administração Central	56.189,20	2,83%	51.189,20	2,62%	5.000,00	15,34%
Administração Local	111.473,56	5,61%	111.473,56	5,71%	0,00	0,00%
Instituições sem Fins Lucrativos	303.157,17	15,26%	297.930,27	15,25%	5.226,90	16,04%
Famílias	23.475,93	1,18%	21.614,05	1,11%	1.861,88	5,71%
Resto do Mundo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
SUB-TOTAL	494.295,86	24,89%	482.207,08	24,68%	12.088,78	37,09%
Transferências Capital						
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	471.185,97	23,72%	471.185,97	24,12%	0,00	0,00%
Administração Central	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Administração Local	627.233,40	31,58%	627.233,40	32,11%	0,00	0,00%
Instituições sem Fins Lucrativos	380.925,55	19,18%	360.425,55	18,45%	20.500,00	62,91%
Famílias	12.500,00	0,63%	12.500,00	0,64%	0,00	0,00%
SUB-TOTAL	1.491.844,92	75,11%	1.471.344,92	75,32%	20.500,00	62,91%
TOTAL	1.986.140,78	100,00%	1.953.552,00	100,00%	32.588,78	100,00%

Centrando agora a análise no valor global das transferências efetuadas ao longo do ano de 2011, sejam estas de natureza corrente ou de capital (quadro n.º 23), conclui-se que o Município de Cantanhede reservou 1.986.140,78 euros para as coletividades, associações e afins, tendo já sido paga a quase totalidade desse montante, concretamente 1.953.552,00 euros,

As *transferências de capital a sociedades e quase sociedades não financeiras*, com uma despesa realizada e paga de 471.185,97 euros, têm a ver com vários protocolos de cooperação formalizados com a INOVA – EEM, cujo capital social é detido a 100% pelo Município.

A INOVA – EEM faz parte integrante do Município e é responsável pela gestão de vários sectores de vital importância, nomeadamente o abastecimento de água, o saneamento, a recolha de RSU, a proteção ambiental e a promoção e desenvolvimento cultural, entre outras. O relevo da atividade registada ao nível da execução de infraestruturas nesses domínios justifica a apresentação das verbas que o Município transferiu para a empresa municipal (quadro n.º 24), as quais totalizaram 1.137.570,97 euros em 2011. Este montante engloba, como anteriormente referido, a quantia de 471.185,97 euros que consta no quadro anterior.

Por último, falta dizer que a INOVA-EEM apresentou em 2011, pelo segundo ano consecutivo, um resultado líquido positivo de 435.740,21 euros, o que permitiu ao Município não efetuar a transferência devida caso os resultados de exploração da empresa municipal fossem negativos. Este é um indicador que diz muito sobre a forma eficiente e eficaz como a empresa municipal tem vindo a ser administrada.

QUADRO 24**Transferências Efetuadas para a Empresa Municipal**

		Un: (Euros)
Classificação	Designação	Valor
0102 0501010101	Subsídio destinado à exploração de atividades citadas no contrato celebrado em 30/12/2011	666.385,00
0102 0801010101	Contrato-Programa para realização de Investimentos	269.029,00
0102 0801010104	SARD de Enxofões e Porto Carros Emissários e ETAR	24.666,12
0501 0801010106	Trsf-p/EM/-Infraestruturas p/eq. Desportivo e recreativo	174.490,85
13 0801010105	Contrato-Programa para Trabalhos de Limpeza e Confinação de Terrenos	3.000,00
TOTAL		1.137.570,97

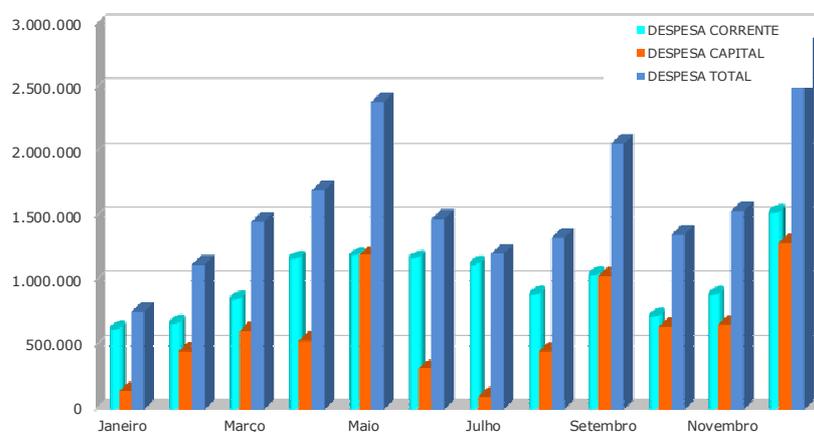
QUADRO 25

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NUMA PERSPECTIVA MENSAL DA DESPESA

Un: (Euros)

ANO 2011	DESPESA CORRENTE	VALOR ACUMULADO	DESPESA CAPITAL	VALOR ACUMULADO	DESPESA TOTAL	VALOR ACUMULADO
Janeiro	620.624,03	620.624,03	138.238,61	138.238,61	758.862,64	758.862,64
Fevereiro	665.245,37	1.285.869,40	455.432,40	593.671,01	1.120.677,77	1.879.540,41
Março	851.098,36	2.136.967,76	609.330,38	1.203.001,39	1.460.428,74	3.339.969,15
Abril	1.165.432,94	3.302.400,70	536.606,07	1.739.607,46	1.702.039,01	5.042.008,16
Maio	1.193.186,29	4.495.586,99	1.199.063,40	2.938.670,86	2.392.249,69	7.434.257,85
Junho	1.169.044,45	5.664.631,44	314.270,23	3.252.941,09	1.483.314,68	8.917.572,53
Julho	1.117.697,42	6.782.328,86	96.193,06	3.349.134,15	1.213.890,48	10.131.463,01
Agosto	887.270,73	7.669.599,59	453.414,68	3.802.548,83	1.340.685,41	11.472.148,42
Setembro	1.038.282,77	8.707.882,36	1.032.158,75	4.834.707,58	2.070.441,52	13.542.589,94
Outubro	720.221,58	9.428.103,94	641.469,44	5.476.177,02	1.361.691,02	14.904.280,96
Novembro	885.330,09	10.313.434,03	659.893,05	6.136.070,07	1.545.223,14	16.449.504,10
Dezembro	1.526.032,60	11.839.466,63	1.300.238,69	7.436.308,76	2.826.271,29	19.275.775,39
	11.839.466,63		7.436.308,76		19.275.775,39	

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DESPESA

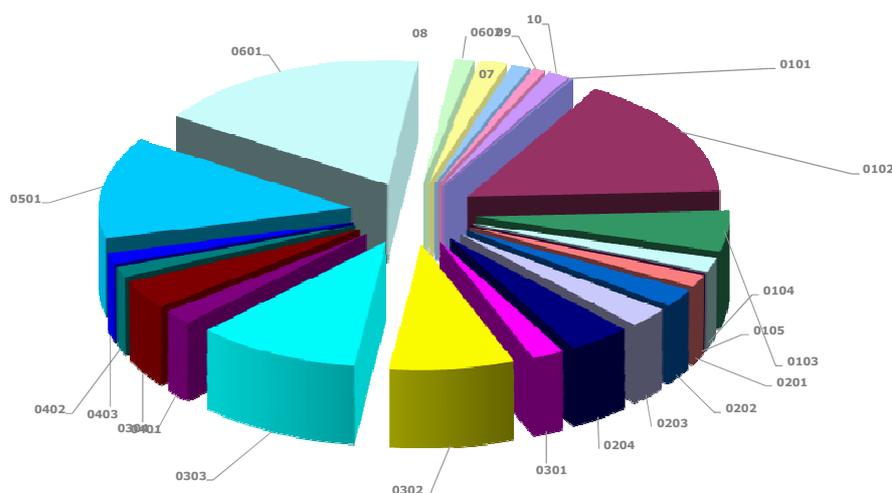


O quadro n.º 25 apresenta a evolução da execução mensal da despesa ao longo do ano de 2011 e dele se conclui que os meses de maiores pagamentos foram os de maior saldo de tesouraria, designadamente dezembro, maio, outubro e abril.

QUADRO 26
DESPESA CORRENTE POR ORGÂNICA

ORGÂNICA	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO ACTUAL	COMPROMETIDO	TAXA EXECUÇÃO	REALIZADO	TAXA EXECUÇÃO	PAGO	Un. (Euros)
									TAXA EXECUÇÃO
0101	Assembleia Municipal	18.799,00	20.024,00	14.479,59	0,11	14.479,59	0,12	11.992,10	0,10
0102	Orgãos da Autarquia	2.223.490,00	2.116.401,00	1.912.750,69	14,99	1.882.624,57	15,58	1.869.377,61	15,79
0103	Operações Financeiras	532.481,00	623.156,81	621.012,71	4,87	621.012,71	5,14	621.012,71	5,25
0104	Gabinete de Apoio ao Municípe e à Presidência	385.605,00	261.866,00	221.898,93	1,74	217.999,02	1,80	216.576,18	1,83
0105	Classes Inativas	6.355,00	6.370,00	4.902,73	0,04	4.902,73	0,04	4.902,73	0,04
0201	Departamento Administrativo e Financeiro	194.380,00	204.707,00	194.459,02	1,52	192.458,32	1,59	190.345,08	1,61
0202	Divisão Financeira	383.517,00	340.991,00	281.350,12	2,21	279.314,62	2,31	276.965,07	2,34
0203	Div. Planeamento, Contratação e Património	304.042,00	333.279,00	317.618,00	2,49	316.851,13	2,62	314.294,62	2,65
0204	Serviço Municipal Admin. e de Rec. Humanos	513.226,00	529.818,00	480.563,48	3,77	477.324,47	3,95	471.883,07	3,99
0301	Departamento de Obras Municipais	286.282,00	261.106,00	249.448,91	1,96	248.577,85	2,06	246.609,08	2,08
0302	Divisão de Obras por Administração Direta	1.084.139,00	1.085.492,00	998.604,89	7,83	965.366,16	7,99	948.931,77	8,01
0303	Div. Empreitadas Oficinas e Energia	1.529.178,00	1.421.255,00	1.293.861,27	10,14	1.258.714,43	10,42	1.239.339,39	10,47
0304	Serviço Municipal de Obras por Empreitada	447.977,00	304.152,00	281.245,56	2,20	281.086,37	2,33	226.432,85	1,91
0401	Departamento de Urbanismo	519.523,00	484.030,00	458.401,67	3,59	450.985,95	3,73	447.724,82	3,78
0402	Div. de Gestão Urbanística	161.643,00	162.475,00	160.970,93	1,26	160.900,90	1,33	159.489,03	1,35
0403	Div. Ordenamento Território	205.978,00	190.259,00	183.199,90	1,44	182.621,45	1,51	180.443,88	1,52
0501	Divisão de Cultura e Desporto	1.978.330,00	1.978.207,00	1.748.580,49	13,71	1.603.896,96	13,27	1.562.647,71	13,20
0601	Div. Educaç. e Ação Social	2.237.913,00	2.812.181,00	2.547.014,36	19,97	2.160.096,40	17,88	2.096.746,83	17,71
0602	Serviço Municipal de Ação Social	221.500,00	231.476,00	160.136,33	1,26	150.678,44	1,25	146.674,20	1,24
07	Serviço Municipal de Ação e Qualidade	252.371,00	231.039,00	213.820,12	1,68	210.365,32	1,74	207.098,13	1,75
08	Serviço Municipal de Fiscalização	140.074,00	150.182,00	138.954,26	1,09	138.687,13	1,15	137.456,88	1,16
09	Serviço Municipal de Com. e Relações Públicas	134.364,00	135.502,00	101.372,20	0,79	93.868,38	0,78	93.419,56	0,79
10	Serviço Mun. Prot. Civil Rec. Nat e Trânsito	229.673,00	224.680,00	172.615,55	1,35	170.156,42	1,41	169.103,33	1,43
TOTAL		13.990.840,00	14.108.648,81	12.757.261,71	100,00	12.082.969,32	100,00	11.839.466,63	100,00

DESPESA PAGA POR ORGÂNICA



Até agora, toda a análise se centrou na apreciação da despesa segundo a sua natureza e consoante o seu destino, fossem as correntes, fossem as de capital. A seguir, a análise da despesa será efetuada numa perspetiva de afetação de gastos contabilizados de acordo com a estrutura orgânica da autarquia, a partir da qual se identificam as unidades que mais contribuirão para a realização de despesa.

O quadro n.º 26 apresenta os níveis de execução da despesa corrente, dando conta das suas diversas fases repartidas pela estrutura orgânica da Câmara Municipal. Recorde-se que estamos a referir-nos de despesas com pessoal, com a aquisição de bens e serviços, com transferências e subsídios efetuados, bem como com os encargos financeiros, na componente de juros suportados com o serviço da dívida.

Com este enfoque percebe-se melhor a forma como se repartem as despesas pelos diversos departamentos e divisões do Município.

Como seria de esperar, a reforma da estrutura organizativa dos serviços municipais realizada em 2010, para ter aplicabilidade plena em 2011, dificulta a comparação com os valores obtidos no ano anterior. É que, se em alguns serviços não houve alterações significativas, outros fundiram-se ou foram mesmo extintos. Em resultado disso, não é possível uma correta avaliação comparada dos últimos anos, mas pode-se verificar que algumas estruturas continuam, à semelhança do sucedido em 2010, a liderar a lista das que mais contribuíram para a realização de despesa corrente. São elas, por ordem decrescente de valor, as seguintes:

- ✓ Divisão de Educação e Ação Social, com 2.096.746,83 euros pagos (17,71% da despesa corrente);
- ✓ Órgãos da Autarquia, com 1.869.377,61 euros pagos (15,79% da despesa corrente);
- ✓ Divisão de Cultura e Desporto, com 1.562.647,71 euros pagos (13,20% da despesa corrente); e
- ✓ Divisão de Empreitadas, Oficinas e Energia, com 1.239.339,39 euros pagos (10,47% da despesa corrente).

À semelhança de anos transatos, não há alterações de fundo relativamente aos serviços que apresentam maiores gastos em cada ano. Isto deve-se ao fato de essas despesas estarem associadas a centros de custos aglutinadores dos gastos por tipologia de serviços prestados à comunidade, como por exemplo os gastos com a cultura, o desporto, a educação ou a ação social. Nestas áreas de intervenção, grande parte das despesas realizadas são de índole corrente. Daí que, com este tipo de distribuição das despesas seja possível determinar, em qualquer momento, o seu destino.

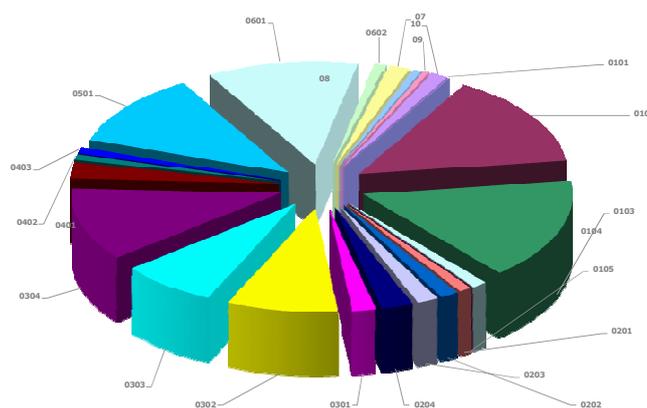
QUADRO 27

DESPESA GLOBAL POR ORGÂNICA

Un. (Euros)

ORGÂNICA	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO ACTUAL	COMPROMETIDO	TAXA EXECUÇÃO	REALIZADO	TAXA EXECUÇÃO	PAGO	TAXA EXECUÇÃO
0101	Assembleia Municipal	18.799,00	20.024,00	14.479,59	0,06	14.479,59	0,07	11.992,10	0,06
0102	Órgãos da Autarquia	3.363.356,00	3.295.467,00	2.870.374,17	11,69	2.807.262,84	13,94	2.794.015,88	14,49
0103	Operações Financeiras	3.195.760,00	3.511.953,81	3.509.795,48	14,29	3.059.795,48	15,19	3.059.795,48	15,87
0104	Gabinete de Apoio ao Município e à Presidência	412.188,00	274.463,00	224.177,94	0,91	219.691,52	1,09	218.268,68	1,13
0105	Classes Inativas	6.355,00	6.370,00	4.902,73	0,02	4.902,73	0,02	4.902,73	0,03
0201	Departamento Administrativo e Financeiro	199.030,00	208.357,00	195.016,08	0,79	193.015,38	0,96	190.902,14	0,99
0202	Divisão Financeira	400.729,00	368.203,00	295.319,19	1,20	283.713,98	1,41	278.127,07	1,44
0203	Div. Aprov. Gestão de Stocks	308.735,00	337.972,00	320.312,40	1,30	319.545,53	1,59	316.989,02	1,64
0204	Serviço Municipal Administ. e de Rec. Humanos	530.096,00	556.688,00	492.919,90	2,01	482.447,28	2,40	472.740,16	2,45
0301	Departamento de Obras Municipais	453.614,00	723.894,00	642.148,01	2,61	355.357,18	1,76	352.176,86	1,83
0302	Divisão de Vias	3.983.988,00	3.685.749,00	2.251.975,19	9,17	1.949.071,46	9,68	1.645.131,78	8,53
0303	Div. Equipamentos Coletivos	2.186.226,00	1.908.913,00	1.521.810,10	6,20	1.457.228,86	7,23	1.437.853,82	7,46
0304	Serviço Municipal de Obras por Empreitada	8.992.422,00	8.640.033,00	4.936.757,06	20,10	2.570.946,21	12,76	2.210.670,51	11,47
0401	Departamento de Urbanismo	595.497,00	680.557,00	632.889,29	2,58	503.786,49	2,50	500.525,36	2,60
0402	Div. de Gestão Urbanística	168.615,00	165.447,00	161.705,44	0,66	161.347,59	0,80	159.935,72	0,83
0403	Div. Ordenamento Território	588.968,00	376.657,00	237.580,39	0,97	183.785,69	0,91	181.608,12	0,94
0501	Divisão de Cultura e Desporto	2.894.156,00	3.099.062,00	2.451.900,48	9,98	2.275.673,89	11,30	2.213.224,64	11,48
0601	Div. Educaç. e Ação Social	2.498.103,00	3.082.099,00	2.697.238,37	10,98	2.308.221,49	11,46	2.244.871,92	11,65
0602	Serviço Municipal de Ação Social	320.965,00	331.092,00	239.040,58	0,97	180.829,69	0,90	176.825,45	0,92
07	Serviço Municipal de Inovação e Qualidade	512.265,00	483.403,00	329.553,62	1,34	319.380,54	1,59	315.947,42	1,64
08	Serviço Municipal de Fiscalização	140.856,00	151.257,00	139.596,92	0,57	139.329,79	0,69	138.099,54	0,72
09	Serviço Municipal Comuni. e Relações Públicas	134.892,00	136.030,00	101.372,20	0,41	93.868,38	0,47	93.419,56	0,48
10	Serviço Muni. Prot. Civil Rec. Natur. E Trânsito	365.895,00	345.628,00	291.638,66	1,19	258.804,52	1,28	257.751,43	1,34
TOTAL		32.271.510,00	32.389.318,81	24.562.503,79	100,00	20.142.486,11	100,00	19.275.775,39	100,00

DESPESA GLOBAL PAGA POR ORGÂNICA



No que concerne às despesas totais, o quadro n.º 27 indica que os serviços que mais contribuíram para a realização de despesas foram os seguintes:

- ✓ Operações Financeiras, com 3.059.795,48 euros pagos (15,87% da despesa total);
- ✓ Órgãos da Autarquia, com 2.794.015,88 euros pagos (14,49% da despesa total);
- ✓ Divisão de Educação e Ação Social, com 2.244.871,92 euros pagos (11,65% da despesa total);
- ✓ Divisão de Cultura e Desporto, com 2.213.224,64 euros pagos (11,48% da despesa total); e
- ✓ Serviço Municipal de Obras por Empreitada, com 2.210.670,51 euros pagos (11,47% da despesa total);

4.2 – Poupança

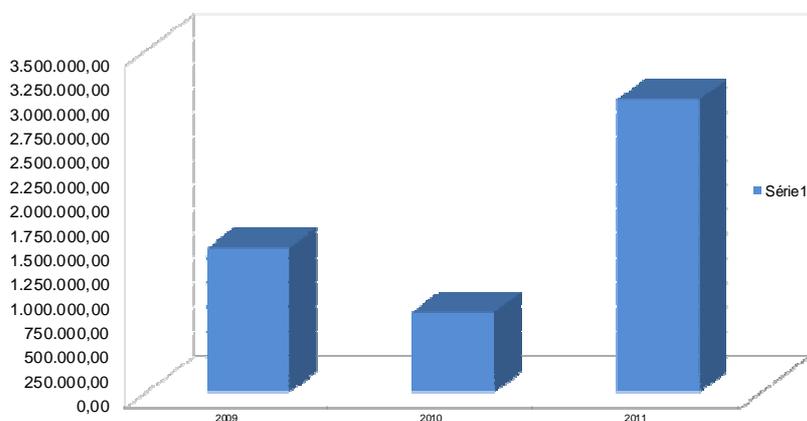
QUADRO 28

Evolução da Poupança da Câmara Municipal de Cantanhede de
2009 a 2011

Un: (Euros)

ANO	RECEITA CORRENTE	△	DESPESA CORRENTE	△	POUPANÇA
2009	14.330.755,82	3,87	12.852.987,74	1,10	1.477.768,08
2010	14.604.747,93	1,91	13.783.943,58	7,24	820.804,35
2011	14.834.143,59	1,57	11.839.466,63	-14,11	2.994.676,96

Evolução da Poupança



O quadro relativo à poupança autárquica é bastante esclarecedor quanto ao modo como os recursos da Autarquia têm sido aplicados. Por poupança entende-se a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, cujo saldo, quando positivo, é naturalmente canalizada para o investimento em capital fixo.

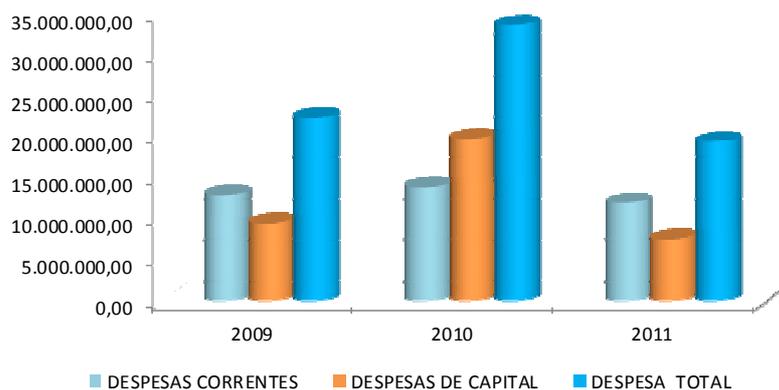
Conforme havia sido referido no relatório de gestão anterior, 2010 foi um ano de consolidação do passivo financeiro da Autarquia, pelo que os níveis de poupança não atingiram grande expressão. Em todo o caso, depois desse processo, a poupança retoma em 2011 valores francamente positivos, terminando a 31 de dezembro com 2.994.676,96 euros, mais 264,85% que em 2010, valor que já não era alcançado desde 2006. O resultado prático do montante de poupança é a aplicação em investimento em infraestruturas municipais e equipamentos coletivos.

QUADRO 29

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO MUNICÍPIO DE CANTANHEDE AO LONGO DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

Un.:(Euros)

ANO	DESPESAS CORRENTES	△	DESPESAS DE CAPITAL	△	DESPESA TOTAL	△
2009	12.852.987,74	1,10	9.327.773,84	-27,84	22.180.761,58	-13,49
2010	13.783.943,58	7,24	19.664.665,74	110,82	33.448.609,32	50,80
2011	11.839.466,63	-14,11	7.436.308,76	-62,18	19.275.775,39	-42,37



4.3 – Evolução do Endividamento

Como regulador da Lei das Finanças Locais, o endividamento autárquico continua a ser o instrumento legal que dá enquadramento a toda a atividade financeira dos municípios, não obstante as derrogações a que já foi sujeito por força de diversas leis do Orçamento de Estado que acabaram por impor outros limites inesperados e em muitos casos difíceis de cumprir. Quanto a esta matéria, o Município de Cantanhede tem obedecido sempre a princípios de rigor, equilíbrio e eficiência, na observância estrita das metas estabelecidas.

Para uma melhor perceção dos quadros que a seguir se apresentam, considera-se útil dar a conhecer os limites impostos ao endividamento autárquico, cujo incumprimento tem como consequências a aplicação de diversas sanções punitivas.

Os três limites impostos por lei são os seguintes:

- ✓ O montante do endividamento líquido total de cada Município, em 31 de dezembro de cada ano, que resulta da diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua natureza, incluindo os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas de fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros, não podendo exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da Derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior;
- ✓ O montante referente a empréstimos de médio e longo prazo não pode exceder, em 31 de dezembro de cada ano, 100% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da Derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior;
- ✓ O montante dos contratos de empréstimos de curto prazo não pode exceder, em 31 de dezembro de cada ano, 10% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da Derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

Como em qualquer legislação, existem exceções a considerar, pelo que estas serão devidamente contextualizadas sempre que sejam invocadas.

É de salientar que o endividamento municipal deve ser analisado com extrema cautela, pois este varia em função da tipologia dos documentos de prestação de contas que estiverem a ser considerados. A este propósito, faz sentido recordar que a sua análise se efetua segundo duas óticas, a orçamental e a patrimonial. Ora, a informação obtida através dos níveis de execução orçamental difere necessariamente dos níveis apurados através dos documentos elaborados numa perspetiva patrimonial (balanço), uma vez que:

- A perspetiva orçamental reflete apenas os montantes da faturação emitida e não paga num determinado ano, usualmente associada à dívida de curto prazo;
- A perspetiva patrimonial reflete a totalidade da dívida contraída pelo Município, sejam elas de curto, médio ou longo prazo.

Dada a importância que este tema merece, dedica-se um capítulo autónomo à sua análise. Os quadros que se seguem demonstram a evolução do endividamento municipal segundo a perspetiva patrimonial, reportado aos três últimos exercícios.

QUADRO 30

un.:(Euros)

FL. I

EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO						
ANO FINANCEIRO DE 2011						
Dívidas a terceiros						
DESIGNAÇÃO DAS DÍVIDAS (Por súmulas)	Dívida apurada em 31/12/2009	Dívida apurada em 31/12/2010	Diminuição da dívida	Novos encargos	Dívida apurada em 31/12/2011	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
I - DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZO:						
1 Empréstimos:						
1. Para a recuperação de danos causados pelas intempéries 2000/2001 em infraestruturas municipais, ao abrigo do DL n.º 378-C/2001, de 8 de Fevereiro	105.752,00	53.067,67	53.067,67		0,00	
2. P/ investimentos diversos de obras financiadas pelo III QCA	2.438.276,96	2.133.492,34	304.784,62		1.828.707,72	
3. Empréstimo bonificado para financiamento de projetos aprovados no âmbito do FEDER/III QCA - Medida 1.8 do PORCentro	768.342,74	513.867,20	254.475,54		259.391,66	O empréstimo contratado foi de 2.178.962,48,00, tendo sido apenas utilizada a quantia de 2.110.716,20
4. Tendo por base o resultado do rateio que coube ao Município nos termos da LOE de 2003 tendo em vista investimentos relacionados com construções diversas e aquisição de terrenos para Z. Ind./Z. Com./P. Tecnológico/P. Desport.	528.278,66	410.883,41	117.395,26		293.488,15	
5. Tendo por base o resultado do rateio que coube ao Município nos termos da LOE de 2004 tendo em vista investimentos relacionados com a rede viária e requalificações urbanas	737.838,54	609.518,78	128.319,76		481.199,02	
6. P/ o financiamento da obra: Manutenção e Ampliação da Rede de Saneamento- Drenagem de Águas Domésticas da Freguesia de Febres (Sanguinheira, Serradade e pequenos troços distribuídos pela freguesia) - III QCA	211.379,67	177.558,91	33.820,76		143.738,15	O empréstimo contratado foi de 271.870,00 tendo sido apenas utilizada a quantia de 270.566,00
7. P/ o financiamento das seguintes obras: Variante de Portunhos, - ER 335 - 1: Via Regional Cantanhede/Tocha e Arranjo Urbanístico e Paisagístico da Área envolvente à Lagoa do Montinho - III QCA	1.568.109,41	1.434.653,29	133.456,12		1.301.197,17	O empréstimo contratado foi de 1.734.930,00.
8. P/ investimentos diversos de obras	7.500.000,00	6.923.076,96	576.923,04		6.346.153,92	
9. Empréstimo com o Estado no âmbito da Resolução n.º 34/2008 para adesão ao Programa pagar a Tempo e Horas	536.800,00	536.800,00	0,00		536.800,00	
10. Empréstimo no âmbito da Resolução n.º 34/2008 para adesão ao Programa pagar a Tempo e Horas	644.160,00	483.120,00	161.040,00		322.080,00	
11. Empréstimo no âmbito do Saneamento Financeiro		7.150.000,00		850.000,00	8.000.000,00	O empréstimo contratado foi de 8.000.000,00.
12. Empréstimo no âmbito do Saneamento Financeiro		7.150.000,00		850.000,00	8.000.000,00	O empréstimo contratado foi de 8.000.000,00.
SOMA DE I	15.038.937,98	27.576.038,56	1.763.282,77	1.700.000,00	27.512.755,79	

QUADRO 31

DESIGNAÇÃO DAS DÍVIDAS (Por súmulas)	EVOLUÇÃO DURANTE O ANO DE 2011					Un.:(Euros)	FL. II
	Dívida apurada em 31/12/2009	Dívida apurada em 31/12/2010	Diminuição da dívida	Novos encargos	Dívida apurada em 31/12/2011		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)		
II - DÍVIDAS A CURTO PRAZO:							
1. Empréstimos:							
a) Para fazer face a dificuldades momentâneas de tesouraria	1.296.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SOMA I - 1	1.296.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2. Dívidas a empreiteiros:							
1 Empreiteiros c/c:	5.118.593,24	1.001.969,93	2.082.380,71	1.263.773,07	183.362,29		
2 Factoring - Fornecedores de Imobilizado e Empreiteiros c/c	3.058.533,26	150.118,81	357.521,62	251.232,89	43.830,08		
3 Forn. de Imobilizado/Factoring-P/Subsídios concedidos	0,00	0,00	0,00	54.643,73	54.643,73		
4 Factoring- Forn./Empreiteiros subsídio concedidos	543.806,12	86.238,98	20.910,57	0,00	65.328,41		
SOMA II - 2	8.720.932,62	1.238.327,72	2.460.812,90	1.569.649,69	347.164,51		
3. Dívidas a fornecedores e credores:							
1 Fornecedores c/c	1.693.654,91	296.226,78	4.178.001,23	4.249.409,30	367.634,85		
2 Factoring - Fornecedores c/c	829,98	0,00	7.020,42	7.130,01	109,59		
3 Fornecedores, c/c - por subsídios concedidos	0,00	0,00	6.782,73	23.491,43	16.708,70		
4 Fornecedores por vendas a dinheiro	761,30	0,00	17.047,19	17.047,19	0,00		
5 Fornecedores de faturas em receção e conferência	428.653,79	337.165,61	2.218.468,82	2.047.677,54	526.374,33		
6 Estado e outros entes público	68.176,52	52.840,31	0,00	0,00	42.623,86		
7 Fornecedores de imobilizado	793.167,49	541.256,30	441.990,54	379.610,45	478.876,21		
8 Fornecedores de imobilizado por locação financeira	4.351.781,39	4.366.322,36	309.088,65	634.686,16	4.691.919,87		
9 Fornecedores Imob. faturas em receção e conferência	72.824,11	79.358,54	349.428,49	286.318,21	16.248,29		
10 Pessoal	3.090,60	2.798,71	4.491.784,89	4.492.259,42	3.273,24		
11 Administração Autárquica	28.258,50	7.419,00	1.902.179,13	1.894.760,13	0,00		
12 Consultores, assessores e intermediários	0,00	0,00	429.695,05	429.695,05	0,00		
13 Outros credores							
13,1 Membros das mesas de voto	68,98	68,98	0,00	0,00	68,98		
13,2 Organismos públicos	140.684,43	984,40	337.247,49	350.275,39	14.012,30		
13,3 Proprietários de imóveis	1.503.929,59	1.104.282,75	186.038,63	133.510,13	1.051.754,25		
13,4 Fornecedores/empreiteiros de subsídios concedidos	500.916,55	81.366,91	160.649,13	79.282,22	0,00		
13,5 Credores diversos por subscrição de capital social	2.100.000,00	900.000,00	675.500,00	225.500,00	450.000,00		
13,6 Credores de quotizações	19.145,79	0,00	386.806,29	386.806,29	0,00		
13,7 Credores por operações de permutas	0,00	42.871,00	481.452,20	470.419,20	31.838,00		
13,8 Outros credores diversos	135,68	542,03	24.222,47	23.816,12	135,68		
13,9 Credores de transferências das autarquias locais	360.913,61	76.915,27	733.111,59	683.716,12	27.519,80		
SOMA II - 3	12.066.993,22	7.890.418,95	17.336.514,94	16.815.410,36	7.719.097,95		
4. Dívidas a terceiros (Operações de Tesouraria):							
1 Clientes, Contribuintes e utentes com cações	11.754,69	10.650,69	2.746,50	0,00	7.904,19		
2 Estado e outros entes público	85.127,20	106.322,49	0,00	0,00	76.392,84		
3 Sindicatos	564,94	437,49	5.010,91	4.965,65	392,23		
4 Credores por depósitos de garantia	615.453,65	564.103,10	138.037,35	31.483,27	457.549,02		
5 Outros credores de operações de tesouraria	9.082,10	9.064,68	151.302,60	150.847,85	8.609,93		
SOMA II - 4	721.982,58	690.578,45	297.097,36	187.296,77	550.848,21		
5. Adiantamentos por conta de vendas							
1 Adiantamentos por conta de venda de bens de investim.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SOMA II - 5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SOMA DE II	22.806.608,42	9.819.325,12	20.094.425,20	18.572.356,82	8.617.110,67		
TOTAL GERAL	37.845.546,40	37.395.363,68	21.857.707,97	20.272.356,82	36.129.866,46		

Efetuada o devido enquadramento do endividamento global, reportado ao fecho do exercício sujeito a apreciação, apresenta-se de seguida o endividamento de curto prazo detido pelo Município a 31 de dezembro de 2011. É isso o que consta no quadro n.º 32, onde surgem os níveis de endividamento de acordo com a estrutura orgânica da autarquia, numa ótica orçamental, ou seja, refletindo apenas os encargos assumidos e não pagos durante o exercício em causa, com sejam a dívidas a fornecedores, empreiteiros e entidades subsidiadas.

QUADRO 32

Distribuição dos Encargos Assumidos e não Pagos por Classificação Orgânica

Un: (Euros)

ORGÂNICAS	VALOR 2010	%	ORGÂNICAS	VALOR 2011	%	△
0101 - Assembleia Municipal	2.386,63	0,1%	0101 - Assembleia Municipal	2.487,49	0,3%	4,23
0102 - Câmara Municipal - Órgãos da Autarquia	10.215,16	0,6%	0102 - Câmara Municipal - Órgãos da Autarquia	13.246,96	1,5%	29,68
0103 - Operações Financeiras	0,00	0,0%	0103 - Operações Financeiras	0,00	0,0%	
0104 - Serviços de Apoio à Presidência	2.810,03	0,2%	0104 - Serviços de Apoio à Presidência	1.422,84	0,2%	-49,37
0105 - Classes Inativas	0,00	0,0%	0105 - Classes Inativas	0,00	0,0%	
0106 - Gabinete de Sanidade e Pecuária	851,19	0,0%				
0201 - Direção do Depart. Administrativo e Financeiro	663,67	0,0%	0201 - Direção do Depart. Administrativo e Financeiro	2.113,24	0,2%	0,29
0202 - Divisão Financeira	4.561,60	0,2%	0202 - Divisão Financeira	5.586,91	0,6%	22,48
0203 - Divisão de Aprovisionamento e G. Stocks	2.504,89	0,1%	0203 - Divisão de Planeamento, Contratação e Património	2.556,51	0,3%	2,06
0204 - Divisão Administrativa e de Recursos Humanos	5.146,95	0,3%	0204 - Serviço Municipal Administrativa e de Rec. Humanos	9.707,12	1,1%	88,60
0301 - Direção do Departamento de obras	15.741,22	0,9%	0301 - Direção do Departamento de obras	3.180,32	0,4%	-79,80
0302 - Divisão de Vias	488.313,46	26,7%	0304 - Serviço Municipal de Obras por Empreitada	360.275,70	41,6%	-26,22
0303 - Divisão de Equipamentos Coletivos	212.928,79	11,6%	0302 - Divisão de Obras por Administração Direta	303.939,68	35,1%	42,74
0304 - Divisão de Apoio e Manutenção	7.338,01	0,4%	0303 - Divisão de Empreitadas Oficinas e Energia	19.375,04	2,2%	164,04
0402 - Águas e Saneamento	12.632,06	0,7%				
0501 - Direção do Dep. De Desenv. Económico e Social	0,00	0,0%				
0502 - Divisão de Educação e Ação Social	529.444,86	28,9%	0601 - Divisão de Educação e Ação Social	63.349,57	7,3%	-87,28
			0602- Serviço Municipal de Ação Social	4.004,24	0,5%	
0503 - Divisão de Cultura	117.788,03	6,4%	0503 - Divisão de Cultura e Desporto	62.449,25	7,2%	-82,95
0504 - Divisão de Desporto e Tempos Livres	248.422,02	13,6%				
0601 - Direção do Departamento de Urbanismo	2.385,84	0,1%	0401 - Direção do Departamento de Urbanismo	3.261,13	0,4%	-38,73
0602 - Divisão de Gestão Urbanística	1.134,93	0,1%	0402 - Divisão de Gestão Urbanística	1.411,87	0,2%	24,40
0603 - Divisão de Ordenamento do Território	115.753,38	6,3%	0403 - Divisão de Ordenamento do Território	2.177,57	0,3%	-98,12
0604 - Divisão de Informação Geográfica	1.326,39	0,1%	07 - Serviço Municipal de Inovação e Qualidade	3.433,12	0,4%	-89,29
07 - Divisão Jurídica	1.443,56	0,1%				
08 - Divisão de Planeamento e Coordenação	607,66	0,0%				
09 - Divisão de Estudos e Projetos	1.477,77	0,1%				
10 - Divisão Informática	30.722,36	1,7%				
11 - Divisão de Fiscalização Municipal	1.253,82	0,1%	08 - Serviço Municipal de Fiscalização	1.230,25	0,1%	-1,88
12 - Divisão de Comunicação e Relações Públicas	2.262,41	0,1%	09 - Serviço Municipal de Comunicação e Rel. Públicas	448,82	0,1%	-80,16
13 - Divisão de Proteção Civil e Recursos Naturais	9.570,22	0,5%	10 - Serviço Mun. de Prot. Civil e Rec. Naturais e Trânsito	1.053,09	0,1%	-89,00
SUB- TOTAL	1.829.686,91	100,0%		866.710,72	100,0%	-52,63
0603 - Divisão de Ordenamento do Território	0,00			0,00		
0302 - Divisão de Vias	0,00			0,00		
0503 - Divisão de Cultura	0,00			0,00		
0504 - Divisão de Desporto e Tempos Livres	0,00			0,00		
SUB- TOTAL	1.829.686,91			866.710,72		
Saldo da Gerência *	117.808,81			1.536.094,03		
Receita Liquidada e não Cobrada QREN	638.659,47			582.613,21		
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	1.073.218,63		EXCESSO DE TESOURARIA	-1.251.996,52		

Temos assim que o montante do endividamento difere entre as principais peças contabilísticas que reportam a informação necessária sobre este indicador e que fazem parte integrante dos documentos de prestação de contas. Nestas circunstâncias, justifica-se um resumo dos principais elementos que explicam as divergências encontradas entre as duas perspetivas de análise dando conta do seguinte:

- ✓ A relação de todas as operações de tesouraria, ou seja, os valores arrecadados de e para terceiros entregues dentro dos prazos legalmente estabelecidos;
- ✓ O montante global de faturação contabilizada em receção e conferência. Nos termos estabelecidos pelo POCAL, estas quantias só passam a ter reflexo na execução orçamental da despesa quando deixam de estar em conferência, ou seja, quando se efetua o movimento contabilístico de passagem da classificação patrimonial 228 (fornecedores – faturas em receção e conferência) para a 221 (fornecedores c/c);
- ✓ O montante dos contratos de locação financeira devidos a médio e longo prazo;
- ✓ O valor dos empréstimos bancários contratados com instituições financeiras de curto, médio e longo prazo;
- ✓ Adiantamentos pagos a fornecedores; e

- ✓ Os adiantamentos recebidos por conta da venda de bens de investimento.

Traduzindo para números, o quadro n.º 33 mostra as diferenças existentes entre os valores do endividamento apresentados nas duas perspetivas: quando se olha para as peças patrimoniais, conclui-se que o endividamento municipal, em 31 de dezembro de 2011, estava quantificado em 8.617.110,67 euros; ao invés, se olhar para as peças de execução orçamental verifica-se que, na mesma data, o endividamento municipal se situava em 869.539,72 euros.

QUADRO 33

Endividamento - Outras Dívidas a Terceiros

Classificação	Caracterização da Dívida	ANO 2009			ANO 2010			ANO 2011			Un: (Euros)
		Dívida em 31 Dezembro	Deduções	Encargos Assumidos e não Pagos a 31 de Dezembro	Dívida em 31 Dezembro	Deduções	Encargos Assumidos e não Pagos a 31 de Dezembro	Dívida em 31 Dezembro	Deduções	Encargos Assumidos e não Pagos a 31 de Dezembro	
217	Clientes e Utentes c/ Cauções	11.754,69	11.754,69	0,00	10.650,69	10.650,69	0,00	7.904,19	7.904,19	0,00	
221	Fornecedores C/C	1.693.654,91		1.693.654,91	296.226,78		296.226,78	367.634,85		367.634,85	
222	Factoring - Fornecedores c/c	829,98		829,98	0,00		0,00	109,59		109,59	
223	Fornecedores C/C VND	761,30		761,30	0,00		0,00	0,00		0,00	
225	Form. C/C/Factoring-P/Subsídios Concedidos	0,00		0,00	0,00		0,00	16.708,70		16.708,70	
228	Form Fact Receção e Conferência	428.653,79	428.653,79	0,00	337.165,61	337.165,61	0,00	526.374,33	526.374,33	0,00	
24	Impostos	153.303,72	153.303,72	0,00	159.162,80	106.322,49	52.840,31	119.016,70	76.392,84	42.623,86	
2611	Fornecedores Imobilizado	793.167,49	552.000,00	241.167,49	541.256,30	480.000,00	61.256,30	478.876,21	432.000,00	46.876,21	
2612	Empreiteiros c/c	5.118.593,24		5.118.593,24	1.001.969,93		1.001.969,93	183.362,29		183.362,29	
2613	Fornecedores Imobilizado por Locação Financeira	4.351.781,39	4.351.781,39	0,00	4.366.322,36	4.366.322,36	0,00	4.691.919,87	4.691.919,87	0,00	
2614	Factoring-Form. De Imobilizado e Empreiteiros c/c	3.058.533,26		3.058.533,26	150.118,81		150.118,81	43.830,08		43.830,08	
2615	Form. Imobilizado/Factoring-P/Subsídios Concedidos	0,00		0,00	0,00		0,00	54.643,73		54.643,73	
2618	Forneced. Im. Fact. Receção e Conferência	72.824,11	72.824,11	0,00	79.358,54	79.358,54	0,00	16.248,29	16.248,29	0,00	
262	Pessoal	3.090,60		3.090,60	2.798,71		2.798,71	3.273,24		3.273,24	
263	Sindicatos	564,94	564,94	0,00	437,49	437,49	0,00	392,23	392,23	0,00	
264	Administração Autárquica	28.258,50		28.258,50	7.419,00		7.419,00	0,00		0,00	
267	Consultores, Assesores e Intermediários	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	
268	Devedores e Credores Diversos	5.794.136,50	4.148.736,55	1.645.399,95	2.866.438,10	2.609.381,03	257.057,07	2.106.816,37	1.996.339,20	110.477,17	
	SUBTOTAL	21.509.908,42	9.772.119,19	11.790.289,23	9.819.325,12	7.989.638,21	1.829.686,91	8.617.110,67	7.747.570,95	869.539,72	
229	Adiantamento a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.829,00	0,00	2.829,00	
269	Adiantamento por conta de venda bens invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2619	Adiantamento a fornecedores de imobilizado	0,00	52.500,00	52.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	TOTAL	21.509.908,42	9.772.119,19	11.842.789,23	9.819.325,12	7.989.638,21	1.829.686,91	8.614.281,67	7.747.570,95	866.710,72	

Se ao valor da dívida detida pela autarquia a 31 de dezembro de 2011, conforme consta nos níveis de execução orçamental, se subtrair o montante das disponibilidades em caixa reportadas à mesma data, verifica-se que o Município poderia ter optado por liquidar a totalidade da dívida constante do quadro n.º 33, ou seja, 869.539,72 euros. Só não o fez por critérios de gestão dos recursos financeiros e, sobretudo, pelo fato de a dívida de curto prazo não se encontrar vencida à data do encerramento destas contas.

A diferença apurada no quadro n.º 33, no valor de 7.747.570,95 euros, resume-se, em termos financeiros, nos seguintes elementos:

- ✓ Quantias cobradas de e para terceiros (operação de tesouraria), incluindo o IVA – Imposto sobre o valor acrescentado e outras dívidas ao Estado, no total de 550.776,51 euros;
- ✓ Faturação contabilizada em receção e conferência, na quantia de 542.622,62 euros;
- ✓ Valor relativo à subscrição do património associativo da Associação de Transferência e Tecnologia – BIOCANT, no valor de 450.000,00 euros;

- ✓ Os encargos resultantes de vários contratos de locação financeira, no montante total de 4.691.919,97 euros, que terão impacto financeiro em exercícios futuros;
- ✓ Reconhecimento de compromissos assumidos pelo Município, devidamente refletidos nas peças contabilísticas de 2011, no montante global de 1.080.180,25 euros, que se passam a discriminar: aquisição do edifício onde estava localizada a Joalto; entrega de parcelas a constituir na área de intervenção de alteração ao Plano de Pormenor da zona sul da Cidade Cantanhede; e execução das infraestruturas urbanísticas no loteamento envolvente à capela de S. Bento, em Ançã.
- ✓ Reconhecimento do montante em dívida à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede, por força do contrato de compra e venda do antigo quartel, cujo valor em dívida, à data de 31 de Dezembro de 2011, ascendia a 432.000,00 euros.
- ✓ Outras dívidas de menor importância na quantia global de 71,60 euros.

A diferença entre as duas colunas do quadro n.º 33 parece apreciável, mas na realidade não se lhe deve atribuir grande significado, uma vez que grande parte dos itens anteriormente mencionados dizem respeito a dívidas de médio e longo prazo, num total de 5.075.919,97 euros. Em bom rigor, elas nem deveriam ser apresentadas neste quadro, o que só acontece por dificuldades da aplicação informática que não permite fazer refletir os valores em causa como dívidas de médio e longo prazo. Estas só terão repercussão financeira em orçamentos futuros, pois são dívidas não vencidas que respeitam um plano de pagamentos faseado que irá repartir-se em vários exercícios.

Porém, os níveis de endividamento da Autarquia não se resumem aos valores constantes dos quadros n.º 31 e n.º 33. Se ao montante de 8.617.110,67 euros da dívida de “curto prazo” se adicionar o referente a empréstimos de médio e longo prazo quantificados em 27.512.755,79 euros e devidamente elencados no quadro n.º 30, conclui-se que o valor global da dívida que o Município de Cantanhede detinha à data de 31 de dezembro de 2011 totalizava 36.129.866,46 euros.

A análise ao quadro n.º 30 permite concluir que, durante o ano de 2011, para além da utilização da última prestação de 1,7 milhões de euros do empréstimo contratualizado ao abrigo do Plano de Saneamento Financeiro a que o Município de Cantanhede aderiu, foi feita uma amortização de 1.763.282,77 euros ao abrigo do serviço da dívida. Por força destas operações, a Autarquia detém em diversas instituições financeiras um passivo de longo prazo de 27.512.755,79 euros, montante muito próximo dos 27.576.038,56 euros em dívida no final de 2010, ano em que a redução efetiva da dívida foi de apenas 63.282,77 euros. O ciclo ascendente de endividamento de médio e longo prazo verificado nos últimos anos irá começar tendencialmente a inverter-se com as amortizações anuais que o Município irá realizar nos próximos anos.

Os quadros n.º 30 e n.º 31 dão conta do somatório de todo o passivo da Autarquia evidenciado pelo seu grau de exigibilidade, a longo, médio e curto prazo.

QUADRO 34
Dívida a Terceiros por Escalões

Un: (Euros)

Nº	ESCALÕES	ANO 2009		ANO 2010		ANO 2011	
		N.º de Entidades	Valor	N.º de Entidades	Valor	N.º de Entidades	Valor
1º	0 < 100	70	3.953,98	52	3.107,02	51	2.886,05
2º	101 < 500	95	26.326,28	38	10.109,56	39	8.429,14
3º	501 < 1.000	42	30.472,26	22	15.238,63	26	18.367,40
4º	1.001 < 5.000	114	252.536,50	36	87.231,42	27	60.363,57
5º	5.001 < 10.000	41	302.666,65	9	66.730,72	11	72.657,35
6º	10.001 < 20.000	20	280.343,71	9	133.013,87	10	129.391,40
7º	20.001 < 50.000	20	611.130,94	11	365.654,48	8	278.582,25
8º	50.001 < 100.000	14	1.041.719,53	4	308.612,85	2	122.080,64
9º	100.001 < 500.000	17	3.617.568,41	4	787.148,05	1	134.158,06
10º	500.001 <.....	6	5.623.570,97	0	0,00	0	0,00
TOTAL		439	11.790.289,23	185	1.776.846,60	175	826.915,86

O quadro n.º 34 distribui o valor da dívida de curto prazo por escalões e por número de fornecedores. Daí se conclui que, em 31 de dezembro de 2011, o Município de Cantanhede devia 90.046,16 euros a 143 entidades com faturação inferior a cinco mil euros e o remanescente a um universo de 32 fornecedores. Conforme se adiantou anteriormente, estes valores resultam, na sua esmagadora maioria, de dívidas não vencidas ou que, estando-o, se encontram a aguardar resolução definitiva por qualquer circunstância que possa justificar o seu não pagamento.

Segue-se agora uma análise mais pormenorizada aos limites de endividamento de curto, médio e longo prazo, bem como aos níveis de endividamento líquido alcançados em 2011, no sentido de aferir o seu grau de cumprimento face aos limites impostos pela Lei das Finanças Locais e respetivas restrições previstas na Lei do Orçamento de Estado. Será igualmente efetuada uma análise tendo por base as recomendações apresentadas pelo Tribunal de Contas através da sua comunicação n.º 13201, de 24 de Agosto de 2011.

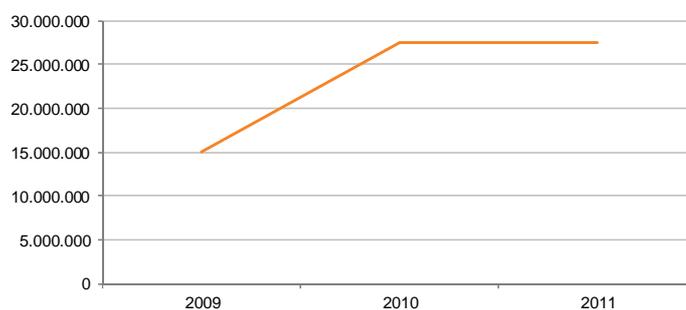
A análise que se segue não entrará em linha de conta com os valores constantes das contas da INOVA, EEM, uma vez que esta apresentou resultados de exploração positivos. Isto porque, como se sabe, do estipulado no n.º 31.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o regime jurídico do sector empresarial local, devidamente articulado com a alínea b) do n.º 2 do artigo n.º 36 da Lei das Finanças Locais, tais resultados não contam para os limites de endividamento do Município.

QUADRO 35

MAPA DE EMPRÉSTIMOS DO MUNICÍPIO

Un: (Euros)

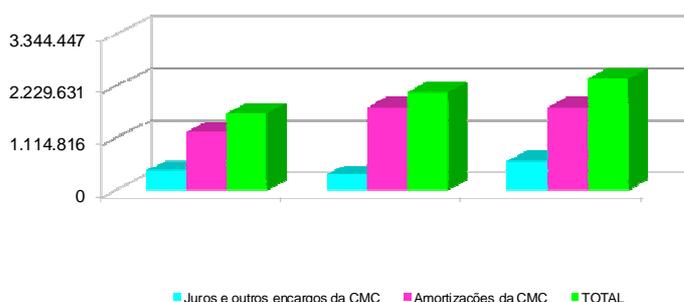
DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011
Empréstimos curto prazo:			
<i>Que conta para endividamento</i>	1.296.700,00	0,00	0,00
Empréstimos a m/l prazo:			
<i>Que contam para endividamento:</i>			
<i>Câmara Municipal</i>	9.947.077,20	23.263.399,15	23.979.721,09
<i>Que não contam para endividamento</i>			
<i>Câmara Municipal</i>	5.091.860,78	4.312.639,41	3.533.034,70
Apuramento da dívida de médio e longo prazo em 31 de Dezembro da CMC	15.038.937,98	27.576.038,56	27.512.755,79
Apuramento da dívida em 31 de Dezembro da CMC	16.335.637,98	27.576.038,56	27.512.755,79



ENCARGOS COM A DÍVIDA MUNICIPAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011
Execução Orçamental	406.671,35	318.515,54	621.012,71
Bonificações	0,00	0,00	0,00
Acréscimos de custos	17.663,34	18.168,63	22.361,96
Juros e outros encargos da CMC	406.671,35	318.515,54	621.012,71
Amortizações da CMC	1.234.674,85	1.762.899,42	1.763.282,77
TOTAL	1.641.346,20	2.081.414,96	2.384.295,48

Encargos com a Dívida Municipal



QUADRO 36

Empréstimos Bancários que não contam para o Cálculo do Endividamento

Un: (Euros)

Entidade Credora	Empr. n.º	Finalidade do Empréstimo	Valor do empréstimo contratado	Valor do empréstimo efetivamente utilizado	Amortizações acumuladas até 31.12.2011	Capital Dívida 31.12.11
CGD	0204/000019/887/0019	P/ investimentos das obras financiadas pelo III QCA	3.962.200,00	3.962.200,00	2.133.492,28	1.828.707,72
BES	353006702104	Beneficiação da Estrada EM 588 Balsas/Monte Arcado	72.018,21	72.018,21	62.865,15	9.153,06
BES	353006702406	Beneficiação da EM 583 T- Corgo Encheiro	78.591,51	65.458,87	57.659,44	7.799,43
BES	353032862903	Drenagem e Tratamento de Água de Sepins	73.323,96	73.323,96	64.582,94	8.741,02
BES	353006702201	Alargamento e Retificação do CM Marvão/Barroco das Latas	42.819,84	42.819,84	37.717,83	5.102,01
BES	353006702805	Drenagem e Tratamento de Águas Residuais do Bolho	49.655,23	49.655,23	43.735,75	5.919,48
BES	353032862105	Ampliação da Rede de Saneamento de Ançã	82.960,69	82.960,69	73.070,86	9.889,83
BES	353006702503	Alargamento e Retificação da E 612 entre Febres e Vilamar	146.881,88	98.645,87	86.892,20	11.753,67
BES	353006702007	Alargamento e Retificação do C1017 entre Febres e Barracão	70.358,82	70.358,82	61.416,63	8.942,19
BES	353006702309	Construção da Praia Fluvial do Olhos da Ferveença - Piscina Natural	110.432,13	110.432,13	97.274,12	13.158,01
BES	353006702600	Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal de Cantanhede	463.706,14	463.706,14	408.455,35	55.250,79
BES	353032862806	Arranjos Urbanísticos na P Tocha 2ª Fase	55.029,09	55.029,09	48.469,00	6.560,09
BES	353032872003	Arranjos Urbanísticos na P Tocha 1ª Fase	83.905,00	83.242,15	68.493,17	14.748,98
BES	353032862709	Revitalização Urbana da zona PPU de Cantanhede	44.988,61	44.021,35	38.772,33	5.249,02
BES	353032862407	Circular Urbana de Cantanhede	41.469,59	41.469,59	36.525,95	4.943,64
BES	353032862202	Drenagem de Águas Residuais d Zambujal e Fornos	100.408,02	100.408,02	88.438,23	11.969,79
BES	353032862318	EM Olhos da Ferveença / Escoural CM Criação/Olhos da Ferveença	155.821,64	155.821,64	137.245,96	18.575,68
BES	353006702708	Abastecimento de Água Drenagem de Águas Residuais Franciscas, Tarehos e Lirios	76.412,06	76.412,06	67.302,87	9.109,19
BES	353032862008	Drenagem de Águas Residuais de Cordinhã	90.087,95	90.087,95	79.348,49	10.739,46
BES	353006702902	Drenagem de Águas Residuais de Ourentã	108.288,52	107.454,70	93.790,94	13.663,76
BES	353032872100	Drenagem de Águas Residuais de Outil	99.660,12	99.660,12	87.779,51	11.880,61
BES	353032862504	Beneficiação da Estrada Corticeiro de Cima / EN 234	132.143,46	127.729,77	111.487,82	16.241,95
CGD	0204/000017/187/0019	Prejuízo resultantes das intempéries 2000/2001 em infraestruturas municipais, ao abrigo do DL nº 38 C/2001, de 8/2	835.404,73	835.404,73	835.404,73	0,00
BTA	0003.01613784096	P/ investimentos das obras financiadas pelo III QCA	271.870,00	270.566,00	126.827,85	143.738,15
BPI	1608603830001	P/ investimentos das obras financiadas pelo III QCA	1.734.930,00	1.734.930,00	433.732,83	1.301.197,17
Total Empréstimos que não contam para endividamento			8.983.367,20	8.913.816,93	5.380.782,23	3.533.034,70

Empréstimos Bancários que contam para o Cálculo do Endividamento

Entidade	Empr.		Valor do empréstimo contratado	Valor do empréstimo efetivamente utilizado	Amortizações acumuladas até 31.12.2011	Capital Dívida 31.12.11
Credora	n.º	Finalidade do Empréstimo				
Empréstimo de Médio e Longo Prazo						
CGD	9140/000125/887/0019	P/ Obras diversas	939.162,00	939.162,00	645.673,85	293.488,15
BTA	0003.01058196096	P/ Investimentos em diversas obras	1.026.558,00	1.026.558,00	545.358,98	481.199,02
BTA	0003.03325874096	P/ investimentos diversos	7.500.000,00	7.500.000,00	1.153.846,08	6.346.153,92
BTA	0003.04253618096	Programa Pagar a Tempo e Horas	805.200,00	805.200,00	483.120,00	322.080,00
Estado		Programa Pagar a Tempo e Horas	536.800,00	536.800,00	0,00	536.800,00
CGD	9015006668591	Saneamento Financeiro	8.000.000,00	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00
BPI	1608603830002	Saneamento Financeiro	8.000.000,00	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00
Total Empréstimos da CMC que contam p/ Cálculo Endividamento			26.807.720,00	26.807.720,00	2.827.998,91	23.979.721,09
Total dos Empréstimos da CMC			35.791.087,20	35.721.536,93	8.208.781,14	27.512.755,79

QUADRO 37
CÁLCULO DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO

	Tribunal Contas		DGAL		Tribunal Contas		DGAL	
	2010	Taxa utilização	2010	Taxa utilização	2011	Taxa utilização	2011	Taxa utilização
Total de Impostos Municipais (Receita Líquida obtida ano anterior)	4.227.795,35		4.227.795,35		4.732.331,62		4.732.331,62	
Derrama	0,00		0,00		0,00			
Participação nos resultados das entidades do SEL	0,00		0,00		0,00			
FEF+IRS (Valores do Mapa XIX anexo ao OE)	9.100.418,00		9.585.308,00		9.224.188,00		8.763.887,00	
TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (A)	13.328.213,35		13.813.103,35		13.956.519,62		13.496.218,62	
Limite ao Endividamento de Curto Prazo (A*10%)	1.332.821,34		1.381.310,34		1.395.651,96		1.349.621,86	
Empréstimos que contam para o cálculo do endividamento CMC	0,00		0,00		0,00		0,00	
Margem	1.332.821,34		1.381.310,34		1.395.651,96		1.349.621,86	
Limite ao Endividamento de Médio e Longo Prazo (A*100%) LFL	13.328.213,35		13.813.103,35		13.956.519,62		13.496.218,62	
Limite ao Endividamento Líquido Lei 60-A/2011					22.332.711,12		22.286.681,10	
Empréstimos que contam para o cálculo do endividamento CMC	23.263.399,15	174,54	23.263.399,15	168,42	23.979.721,09	107,37	23.979.721,09	107,60
Margem	-9.935.185,80		-9.450.295,80		-1.647.009,97		-1.693.039,99	
Limite ao Endividamento Líquido (A*125%)	16.660.266,69		17.266.379,19		17.445.649,53		16.870.273,28	
Limite ao Endividamento Líquido Lei 60-A/2011					15.690.412,52		15.664.198,01	
Endividamento Líquido CMC	15.690.412,52	94,18	15.664.198,01	90,72	13.461.349,33	85,79	13.404.525,57	85,57
Margem	969.854,17		1.602.181,18		2.229.063,19		2.259.672,44	

* O cálculo do endividamento inclui a conta 2746.

Referiu-se no início do presente capítulo que a Lei das Finanças Locais é o instrumento legal que estabelece o enquadramento de toda a atividade financeira dos municípios. A este propósito, também se disse que, os limites impostos pela referida lei têm vindo a ser derrogados por força das sucessivas leis que aprovam o Orçamento de Estado em cada ano, impondo metas mais restritivas ao endividamento autárquico. Senão vejamos:

O artigo n.º 53.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2011, referia expressamente quais os novos limites para o endividamento líquido e por isso se entendeu que os limites relativos ao endividamento de médio e longo prazo se manteriam inalterados, devendo estes continuar a ser calculados nos termos do artigo n.º 39.º da Lei das Finanças Locais. Contudo, dando cumprimento ao estipulado no artigo n.º 65.º do Decreto-lei n.º 29-A/2011, veio a DGAL – Direcção-Geral das Autarquias Locais, através do seu ofício n.º 1620-2011, de 30 de Maio, dar a conhecer, nos termos da lei e das interpretações da tutela, os limites de endividamento do Município para 2011.

São eles:

- ✓ Limite de endividamento Líquido para 2011 – 18.059.884,00 euros;
- ✓ Limite de endividamento de médio e longo prazo – 20.757.463,00 euros.

Apesar de os montantes em causa não serem significativos, é de realçar que os cálculos apurados pela DGAL divergem ligeiramente dos cálculos efetuados pelo Município. A justificação para o sucedido está no fato de a Direcção-Geral ter reportado os limites a esta Autarquia numa data em apenas dispunha da informação remetida através do Sistema Integrado da Administração Local (SIAL) até ao dia 27 de Janeiro de 2011. Ora, por força da prestação de contas de 2010, os balancetes de 30 de Setembro sofreram uma alteração, na vertente dos proveitos, calculada em 11.245,00 euros. Contactada a DGAL quando a este facto, o que foi transmitido aos serviços financeiros foi que os limites a considerar seriam os constantes da supra mencionada comunicação enviada pela referida entidade.

Entretanto o Tribunal de Contas emitiu uma recomendação em que faz tábua rasa de tudo o que atrás ficou dito e impõe, sob pena de sanções aos titulares dos cargos políticos, que o endividamento das autarquias seja calculado da seguinte forma:

- ✓ Que os limites de endividamento sejam determinados de acordo com os artigos 37.º e 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;
- ✓ Que seja considerado o valor do ativo líquido no cálculo do endividamento líquido.

Nestas circunstâncias, a única opção possível era contemplar no presente relatório as duas fórmulas de cálculo. Foi o que fizemos.

Face ao exposto, o quadro n.º 37 demonstra a capacidade de endividamento utilizada pelo Município, no que se refere a empréstimos de médio e longo prazo, calculada segundo o artigo n.º 53.º da Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro), de acordo com a comunicação da Direcção-Geral das Autarquias Locais e com as recomendações do Tribunal de Contas.

Em 30 de novembro de 2011, foi publicada a Lei n.º 60-A, que procede à segunda alteração à Lei do Orçamento de Estado para 2011, reformulando o seu artigo n.º 53, que passa a referir o seguinte: *em 31 de Dezembro de 2011, o valor do endividamento líquido, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (...), de cada município não pode exceder o que existia em 31 de Dezembro de 2010.*

Recalculando os limites nos termos da referida lei e de acordo com as orientações definidas no ofício n.º 1620-2011 da DGAL, em 30 de Maio (não houve entretanto nenhuma outra), temos:

- ✓ Limite de endividamento Líquido para 2011 – 15.664.198,01 euros;
- ✓ Limite de endividamento de médio e longo prazo – 22.286.681,10 euros.

Também com base no reformulado artigo n.º 53 da referida Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro, efetuámos as contas segundo as recomendações do Tribunal de Contas, cujo resultado é o seguinte:

- ✓ Limite de endividamento Líquido para 2011 – 15.690.412,52 euros;
- ✓ Limite de endividamento de médio e longo prazo – 22.332.711,12 euros.

Assim, e considerando apenas os cálculos da DGAL, o desfasamento resultante da alteração do artigo n.º 53 da Lei 55-A/2010 (através da Lei n.º 60-A) está à vista:

- ✓ Variação negativa verificada no limite de endividamento Líquido para 2011 – 2.395.686,00 euros;
- ✓ Variação positiva verificada no limite de endividamento de médio e longo prazo – 1.529.218,00 euros.

Efetuada o enquadramento para que seja perceptível a forma como atualmente se calculam os limites de endividamento das autarquias locais, analisemos então os níveis de endividamento apurados pelo Município de Cantanhede, por forma a aferir o seu grau de cumprimento.

Alterada a forma como se obtém o limite anual de dívidas assumidas com empréstimos de médio e longo prazo, o Orçamento de Estado para 2011 estabelece que, no caso específico do Município de Cantanhede, em 31 de dezembro de 2011, a dívida não pode ultrapassar 22.286.681,10 euros, nos termos da DGAL, e 22.332.711,12 euros, segundo o que impõe o Tribunal de Contas.

Recorde-se que, relativamente aos limites ao endividamento de médio e longo prazo, o Município de Cantanhede, à data de 30 de setembro de 2010, ainda estava numa fase de utilização do financiamento obtido no quadro do Plano de Saneamento Financeiro. Depois dessa data, foram utilizados 1,94 milhões de euros (em dezembro de 2010) e efetuou-se uma última utilização de capital, no valor de 1,7 milhões de euros, em março do ano sujeito a apreciação. Este fato, só por si, justifica o aumento de endividamento de médio e longo prazo que se veio verificar à data do encerramento do ano económico de 2011.

Assim, o ano de 2011 terminou com um endividamento de 1.693.039,99 euros (conforme cálculo efetuado DGAL) e 1.647.009,97 (segundo o cálculo efetuado pelo Tribunal de Contas) a mais que o limite imposto pelo Orçamento de Estado. Este excesso decorre da utilização da totalidade do mútuo constante nas condições previstas no Plano de Saneamento Financeiro. Ou seja: apesar de terem sido ultrapassados os limites, entende o Município de Cantanhede que não se encontra em incumprimento, na medida em que está abrangido por um Plano de Saneamento Financeiro que lhe permitiu contratualizar, em 2009, um empréstimo de 16 milhões de euros para o necessário reequilíbrio financeiro da sua tesouraria.

Se não houver novas variações nesta matéria, o que, a fazer fé no Orçamento de Estado para 2012, não se perspetiva para já, deve o Município de Cantanhede, nos termos do n.º 3 do artigo n.º 39 da Lei das Finanças Locais, reduzir, em cada ano subsequente, pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de empréstimos, até que este seja cumprido. Ou seja, dever reduzir, ao endividamento calculado em 31 de dezembro de 2011, 169.303,99 euros, se o cálculo for efetuado nos termos da DGAL ou 164.700,99 euros, se nos termos do Tribunal de Contas. Uma ou outra redução não será, de todo, difícil de atingir, tanto mais que se estima para 2012 uma amortização de 1.710.211,00 euros, valor que nos próximos anos irá subir por força dos encargos com o empréstimo que esteve na origem do Plano de Saneamento Financeiro, cujas amortizações de capital irão ter início em junho de 2013.

À data a que se reporta o presente relatório, a Autarquia tem a sua capacidade de endividamento bancário esgotada, embora seja claro que irá conseguir reduzir, nos termos da lei, os 10% do montante da dívida em excesso em cada ano subsequente.

Quanto ao endividamento líquido, o Orçamento de Estado para 2011, revisto em Novembro último, introduz no corpo do seu artigo n.º 53 uma nova imposição. Nos termos desse diploma, o endividamento líquido do Município de Cantanhede não pode ultrapassar o limite de 16.660.266,69 euros (se calculado conforme recomendações do Tribunal de Contas), ou de 17.266.379,19 euros (se calculado nos termos da DGAL). Feitas as contas de acordo com a fórmula aplicável, nos termos impostos pela DGAL e nos termos impostos pelo TC, conclui-se que esta Autarquia não atingiu o limite daquela nova imposição legal.

O quadro n.º 37 reporta-se aos níveis de endividamento líquido do Município, sendo de registar o fato de a instituição se encontrar dentro dos limites impostos, à semelhança do que aconteceu em 2010, ano em que houve uma inversão assinalável dos níveis de endividamento atingidos em 2009. Em todo o caso trata-se de uma situação que era expectável à luz do Plano de Saneamento Financeiro e cujo significado é tanto mais relevante quanto se sabe que se poderia ter diminuído apenas 10% ao excesso verificado sem que isso representasse um incumprimento.

No quadro que se segue estão os cálculos efetuados para obtenção do endividamento líquido da autarquia devidamente reportado à data de 31 de Dezembro de 2011.

QUADRO 38
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO
Cálculos efetuados nos termos das recomendações das seguintes entidades

CONTA	DESCRIPÇÃO	Tribunal de Contas		DGAL	
		ACTIVO	PASSIVO	ACTIVO	PASSIVO
	DESIGNAÇÃO	31-Dez-11	31-Dez-11	31-Dez-11	31-Dez-11
11000	Caixa	4.160,48		4.160,48	
12000	Depósitos em Instituições Financeiras	2.069.440,99		2.069.440,99	
15900	Títulos Negociáveis				
21100	Clientes c/c	38.689,27		38.689,27	
21200	Contribuintes c/c	68.960,18		68.960,18	
21300	Utentes c/c	48.254,81		48.254,81	
21700	Clientes e utentes c/c		7.904,19		7.904,19
21800	Clientes, contribuintes utentes cobrança duvidosa			56.823,76	
22100	Fornecedores c/c		384.453,14		384.453,14
22800	Fornecedores-Faturas em recepc. e conferência		526.374,33		526.374,33
22900	Adiantamentos a fornecedores	2.829,00		2.829,00	
23111	Empréstimo bancários curto prazo				
23121	Empréstimo bancários médio e longo prazo		27.512.755,79		27.512.755,79
24000	Estado e outros entes públicos		119.016,70		119.016,70
26110	Fornecedores de imobilizado c/c		5.468.880,47		5.468.880,47
26190	Adiantamento a fornecedores de imobilizado				
26200	Pessoal		3.273,24		3.273,24
26300	Sindicatos		392,23		392,23
26460	Freguesias		0,00		0,00
26700	Consultores, assessores e intermed.		0,00		0,00
26800	Devedores e credores diversos	615.244,62	2.106.816,37	615.244,62	2.106.816,37
26900	Adiantamentos por conta de vendas				
27110	Juros a receber	42.355,84		42.355,84	
27190	Outros acréscimos de proveitos	4.596.697,23		4.596.697,23	
27290	Outros custos diferidos	75.719,74		75.719,74	
27310	Seguros a liquidar		714,95		714,95
27320	Remunerações a liquidar		378.231,37		378.231,37
27330	Juros a liquidar		22.361,96		22.361,96
27390	Outros acréscimos de custos		200.716,03		200.716,03
2741	Rendas recebidas		1.006,69		1.006,69
2742	Bens e serviços a fornecer no ano seguinte				
2746	Vendas de bens futuros - Permutas		1.084.857,50		1.084.857,50
41100	Partes de capital	13.261.018,77		13.261.018,77	
	TOTAL	20.823.370,93	37.817.754,96	20.880.194,69	37.817.754,96
	EXCEPÇÕES AO ENDIVIDAMENTO	3.533.034,70		3.533.034,70	
	ENDIVIDAMENTO LIQUIDO	13.461.349,33		13.404.525,57	
	Limite do Endividamento Líquido	15.690.412,52		15.664.198,01	
	% da Capacidade de Endividamento Líquido Utilizada	85,79%		85,57%	

4.4 – Prazo Médio de Pagamentos (PMP) para 2011

Como tem sido referido em outros documentos, o Município de Cantanhede aderiu, em 2008, ao “Programa Pagar a Tempo e Horas”, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34, de 22 de Fevereiro. A iniciativa teve como objetivo a redução dos prazos de pagamento praticados por entidades públicas, tendo para o efeito sido fixadas metas de prazos médios de pagamento com aplicação de incentivos ou sanções em caso de cumprimento ou incumprimento. No que diz respeito a esta Autarquia, na sequência de uma candidatura, foi contratualizado um empréstimo de médio e longo prazo, no montante de 1.342.000,00 euros, financiado maioritariamente por uma instituição financeira (60%) e minoritariamente pelo Estado (40%), através da Direção Geral do Tesouro e Finanças. O benefício da operação foi a obtenção de financiamento em condições especiais, com taxas abaixo das do mercado.

Para determinar o prazo médio de pagamento utiliza-se a fórmula definida no Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril, que veio adaptar o antigo modo de cálculo do indicador de PMP, previsto no n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro. De acordo com a referida fórmula, o prazo médio de pagamento praticado pelo Município de Cantanhede em 2011 situou-se nos 60,43 dias.

$$\text{PMP} = (\sum_{t=3} (\text{DF}/4) / (\sum_{t=3} A)) * 365 \quad \text{PM} = 60,43 \text{ Dias}$$

- ✓ (DF) corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores no final de um trimestre;
- ✓ (A) corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

4.5. – Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano de 2011

Nos quadros seguintes constam as prioridades de investimento para 2011, desagregadas num plano previamente estabelecido e aprovado pelas Grandes Opções do Plano. Nesta perspetiva, teremos a avaliação do grau de realização e execução das despesas segundo as necessidades que visa satisfazer e de acordo com a tipologia das funções em que se enquadram: económicas, sociais ou gerais.

O quadro n.º 39 representa os montantes gastos em investimentos durante o ano de 2011, tendo em conta a natureza da despesa de capital nas suas diferentes fases de realização. São apresentados também outros quadros elucidativos sobre o total das verbas gastas, tendo em consideração as Grandes Opções do Plano, ou, de forma parcelar, através de uma análise individualizada, quer do Plano Plurianual de Investimentos, quer das Atividades Mais Relevantes.

QUADRO 39
Estrutura e Execução do Investimento do Município

(un: euros)

DOMÍNIOS	Orçamento Corrigido		Compromisso		Taxa de Execução		Realizado		Taxa de Execução		Pago		Desvio	Taxa de Execução
	VALOR	%	VALOR	%	Compromisso		VALOR	%	Realizado		VALOR	%	VALOR	Pago
	A		B		B/A	C		C/A	D		C-A	D/A		
Terrenos e recursos naturais	272.801,00	2,03%	189.977,76	2,59%	69,64%	51.638,57	1,251%	18,93%	50.938,57	1,44%	-221.162,43	18,67%		
Edifícios e outras construções														
Habitação	3,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	-3,00	0,00%		
Edifícios	5.509.660,00	40,91%	3.446.229,87	46,98%	62,55%	1.419.826,84	34,39%	25,77%	1.298.870,56	36,84%	-4.089.833,16	23,57%		
Construções Diversas	956.414,00	7,10%	521.531,83	7,11%	54,53%	412.981,21	10,00%	43,18%	244.953,52	6,95%	-543.432,79	25,61%		
Material de Transporte	13.840,00	0,10%	9.966,69	0,14%	72,01%	9.966,69	0,24%	72,01%	9.966,69	0,28%	-3.873,31	72,01%		
Equipamento de Informática	88.126,00	0,65%	35.678,04	0,49%	40,49%	33.499,76	0,81%	38,01%	33.333,83	0,95%	-54.626,24	37,83%		
Software informático	155.683,00	1,16%	87.156,11	1,19%	55,98%	82.616,11	2,00%	53,07%	82.616,11	2,34%	-73.066,89	53,07%		
Equipamento Administrativo	134.366,00	1,00%	65.325,30	0,89%	48,62%	42.387,87	1,03%	31,55%	33.673,24	0,95%	-91.978,13	25,06%		
Equipamento Básico	504.590,00	3,75%	190.159,60	2,59%	37,69%	188.197,82	4,56%	37,30%	186.892,20	5,30%	-316.392,18	37,04%		
Ferramentas e utensílios	6.326,00	0,05%	1.522,09	0,02%	24,06%	1.522,09	0,04%	24,06%	1.522,09	0,04%	-4.803,91	24,06%		
Artigos e objetos de valor	35.500,00	0,26%	42,50	0,00%	0,12%	42,50	0,00%	0,12%	42,50	0,00%	-35.457,50	0,12%		
Investimentos Incorpóreos	394.489,00	2,93%	386.681,25	5,27%	98,02%	104.318,15	2,53%	26,44%	104.318,15	2,96%	-290.170,85	26,44%		
Outros investimentos	145.278,00	1,08%	83.813,76	1,14%	57,69%	500,00	0,01%	0,34%	500,00	0,01%	-144.778,00	0,34%		
Locação Financeira	354.471,00	2,63%	198.426,01	2,70%	55,98%	198.426,01	4,81%	55,98%	198.426,01	5,63%	-156.044,99	55,98%		
Bens de Domínio público														
Terrenos e recursos naturais	307.822,00	2,29%	232.051,80	3,16%	75,39%	55.261,30	1,34%	17,95%	52.413,62	1,49%	-252.560,70	17,03%		
Outras construções e infraestruturas	4.588.316,00	34,07%	1.887.040,37	25,72%	41,13%	1.527.704,18	37,00%	33,30%	1.227.713,98	34,82%	-3.060.611,82	26,76%		
TOTAL GERAL	13.467.685,00	100,00%	7.335.602,98	100,00%	54,47%	4.128.889,10	100,00%	30,66%	3.526.181,07	100,00%	-9.338.795,90	26,18%		

A análise ao quadro n.º 39 permite aferir os níveis de execução da despesa segundo a sua classificação económica, conforme o que consta no Plano Plurianual de Investimentos. Os níveis de execução da despesa realizada e da despesa paga, 30,66% e 26,18%, respetivamente, não são elevados, o que decorre da seguinte medida de prudência: a execução física e financeira é concretizada em função das disponibilidades de tesouraria, uma vez que a atual conjuntura económica não permite grande margem de manobra. Daí que a taxa de execução dos compromissos assumidos seja da ordem dos 7.335.602,98 euros (54,47%), dos quais 3.206.713,88 euros não passaram para a fase da realização, pois os investimentos a que dizem respeito continuarão a ser executados paulatinamente, à medida das possibilidades financeiras da Autarquia.

A maior concentração de realização da despesa continua a estar na classificação designada *edifícios*, com um montante pago de 1.298.870,56 euros, seguindo-se *outras construções e infraestruturas*, com a liquidação da verba de 1.227.713,98 euros. Em conjunto, estas duas rubricas representam 71,65% do investimento total pago em 2011.

QUADRO 40
RELAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO AO LONGO DOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Un: Euros

OBJETIVOS	Ano 2009				Ano 2010				Ano 2011			
	Investimentos realizados em 2009	%	Investimentos pagos em 2009	%	Investimentos realizados em 2010	%	Investimentos pagos em 2010	%	Investimentos realizados em 2011	%	Investimentos pagos em 2011	%
Funções Gerais												
Administração Geral	1.510.522,73	7,4	831.457,88	9,1	1.448.275,46	6,7	1.322.789,10	6,5	628.679,35	6,7	604.254,52	7,0
Proteção civil e luta contra incêndios	52.344,81	0,3	32.372,30	0,4	89.963,53	0,4	85.466,03	0,9	66.111,02	0,7	66.111,02	0,8
Ensino não superior	2.859.589,97	14,1	1.977.448,06	21,6	4.248.847,91	19,6	3.779.220,12	41,3	1.902.748,35	20,3	1.856.690,83	21,4
Serviços Individuais de Saúde	28.034,00	0,1	28.034,00	0,3	35.806,36	0,2	35.806,36	0,4	22.400,28	0,2	22.400,28	0,3
Ação Social	286.281,83	1,4	203.366,13	2,2	115.665,07	0,5	113.165,07	1,2	30.977,26	0,3	30.977,26	0,4
Funções Sociais												
Habituação	305.263,62	1,5	244.370,53	2,7	360.587,19	1,7	305.717,62	3,3	124.836,13	1,3	109.604,26	1,3
Ordenamento do Território	2.312.850,96	11,4	534.823,91	5,8	2.060.440,11	9,5	1.963.741,82	21,5	617.729,31	6,6	533.259,56	6,1
Saneamento	10.007,42	0,0	0,00	0,0	10.007,42	0,0	0,00	0,0	24.666,12	0,3	24.666,12	0,3
Abastecimento de Água	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Prot. Meio Ambiente e Conservação da natureza	132.272,16	0,7	72.901,89	0,8	95.715,07	0,4	91.327,36	1,0	72.575,22	0,8	65.224,48	0,8
Cultura	528.636,40	2,6	353.900,99	3,9	534.324,56	2,5	441.993,58	4,8	426.402,77	4,6	399.501,93	4,6
Desporto Recreio e Lazer	2.215.952,97	10,9	1.371.660,62	15,0	1.325.025,67	6,1	1.155.546,49	12,6	928.932,45	9,9	710.212,32	8,2
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	21.500,00	0,1	11.500,00	0,1	10.720,00	0,0	10.720,00	0,1	10.000,00	0,1	10.000,00	0,1
Funções Económicas												
Agricultura, Pecuária, Siv., Caça e Pesca	2.456,11	0,0	2.456,11	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Indústria e Energia	1.794.960,38	8,9	1.023.991,48	11,2	3.738.974,74	17,2	3.712.408,11	40,6	2.570.508,73	27,5	2.568.246,03	29,6
Transportes Rodoviários	6.696.889,74	33,0	1.704.939,98	18,6	6.143.440,65	28,3	5.747.091,64	62,8	1.264.079,55	13,5	1.026.321,75	11,8
Mercados e Feiras	820.868,16	4,0	62.989,90	0,7	812.141,98	3,7	800.714,41	8,8	26.724,15	0,3	17.416,74	0,2
Turismo	2.206,14	0,0	2.206,14	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	2.819,67	0,0	2.819,67	0,0
Outras Funções Económicas	0,00	0,0	0,00	0,0	6.958,85	0,0	6.958,85	0,1	6.958,85	0,1	6.958,85	0,1
Outras Funções												
Transferências entre administrações	700.934,10	3,5	689.128,60	7,5	679.182,50	3,1	678.432,50	7,4	628.233,40	6,7	628.233,40	7,2
Diversas não Especificadas	0,00	0,0	0,00	0,0	120,00	0,0	120,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
TOTAL	20.281.571,50	100,0	9.147.548,52	100,0	21.716.197,07	100,0	20.251.219,06	100,0	9.355.382,61	100,0	8.682.899,02	100,0

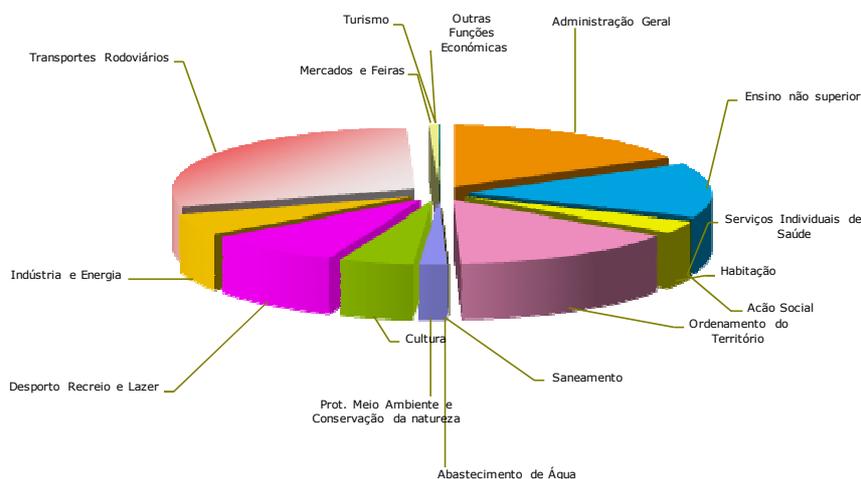
O quadro n.º 40 mostra a evolução dos investimentos devidamente articulada com as transferências efetuadas, correntes e de capital, bem como a relação de todos os projetos que constam do mapa das atividades mais relevantes. É de salientar que, a este nível, 9.355.382,61 euros representam projetos executados, dos quais 8.682.899,02 euros se encontram pagos. O diferencial entre os dois valores, no montante de 672.483,59 euros, corresponde à dívida inscrita nas GOP'S em 31 de dezembro de 2011.

Para se perceber melhor quais os valores pagos por projetos do PPI – Plano Plurianual de Investimentos e do mapa das AMR'S – Atividades Mais Relevantes, aconselha-se uma análise aos quadros n.º 41 e n.º 42.

QUADRO 41
RELAÇÃO DAS VERBAS DE INVESTIMENTO
DESPENDIDAS NO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

			Un. (Euros)
	OBJETIVOS	VALOR	%
Funções Gerais	Administração Geral	604.254,52	17,1
	Ensino não superior	497.604,65	14,1
	Serviços Individuais de Saúde	0,00	0,0
	Ação Social	78,00	0,0
Funções Sociais	Habitação	109.604,26	3,1
	Ordenamento do Território	533.259,56	15,1
	Saneamento	0,00	0,0
	Abastecimento de Água	0,00	0,0
	Prot. Meio Ambiente e Conservação da natureza	62.224,48	1,8
	Cultura	174.053,69	4,9
	Desporto Recreio e Lazer	314.071,30	8,9
Funções Económicas	Indústria e Energia	184.472,45	5,2
	Transportes Rodoviários	1.026.321,75	29,1
	Mercados e Feiras	17.416,74	0,5
	Turismo	2.819,67	0,1
	Outras Funções Económicas	0,00	0,0
	TOTAL	3.526.181,07	100,0

Distribuição das Verbas de Investimento Despendidas por Plano Plurianual de Investimentos



Os níveis de execução financeira do PPI (quadro nº 41) permitem verificar em que áreas houve maior volume de despesa de capital. O que se segue é uma síntese das funções em que houve mais investimentos.

Funções Sociais

As funções sociais representam cerca de metade do investimento realizado e pago em 2011, concretamente 47,95%, percentagem traduzida no valor absoluto de 1.690.895,94 euros. As rubricas que mais contribuíram para esse valor foram as que de seguida se enunciam:

- O *Ordenamento do Território*, com 533.259,56 euros gastos, destacou-se das demais e nela se incluem os investimentos realizados e pagos pela construção do designado Edifício do Gaveto, no Largo Cândido Reis, em Cantanhede, bem como pelas diversas obras de requalificação urbana um pouco por todo o Concelho.

- No *Ensino não Superior* é de realçar a conclusão dos pagamentos relacionados com a construção do novo Centro Educativo de Ançã, com um montante gasto de 451.231,28 euros;

- No *Desporto, Recreio e Lazer*, foram aplicados 314.071,30 euros, sobretudo nos investimentos relativos ao Parque Desportivo de Cantanhede e ao Parque Desportivo de Febres, bem como na construção do Parque de Lazer das Sete Fontes.

Funções Económicas

Esta função continua a ser a que maior volume de investimento tem vindo a acumular ao longo dos últimos anos, mas o mesmo já não se passa quanto aos valores pagos em 2011. A este nível, o ano encerrou com pagamentos que ascendem a 1.231.030,61 euros, com realce para a rubrica *Transportes Rodoviários*, que desse valor absorveu 1.026.321,75 euros destinados à requalificação da rede viária um pouco por todo Concelho, incluindo arruamentos, passeios e obras complementares, bem como à conclusão do troço inserido na parcela 320 da ER 335-1: Via Regional Cantanhede (IC1) / Tocha.

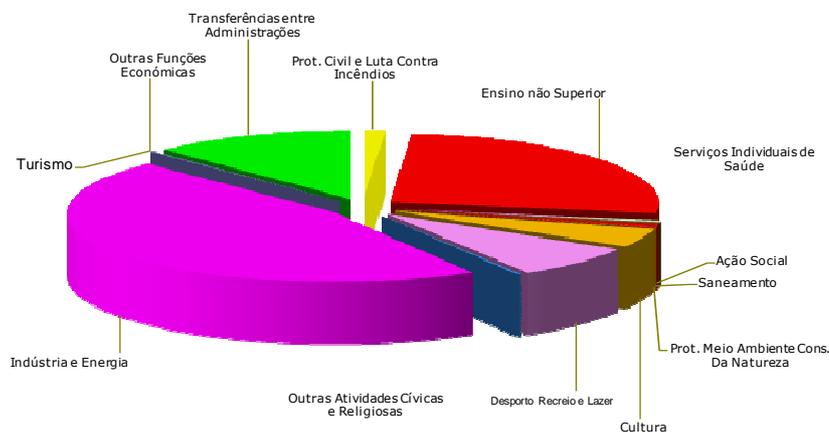
Funções Gerais

Das funções gerais destaca-se a *Administração Geral*, com 604.254,52 euros de investimento pago em 2011. Nesta rubrica enquadram-se todos os investimentos efetuados na requalificação das instalações municipais e na modernização tecnológica e apetrechamento dos diversos serviços, sem esquecer o parque escolar, incluindo-se também aqui a aquisição de todo o equipamento administrativo, informático e outro necessário ao regular funcionamento dos referidos serviços. Merecem ainda referência os montantes realizados e pagos com a reabilitação do edifício dos Paços do Concelho, num total de 175.461,53 euros, valor bastante inferior ao de anos anteriores.

QUADRO 42
Relação das Verbas
Despendidas por Atividades Mais Relevantes

			Un. (Euros)
	OBJETIVOS	VALOR	%
Funções Gerais	Prot. Civil e Luta Contra Incêndios	66.111,02	1,3
	Ensino não Superior	1.359.086,18	26,4
Funções Sociais	Serviços Individuais de Saúde	22.400,28	0,4
	Ação Social	30.899,26	0,6
	Saneamento	24.666,12	0,5
	Prot. Meio Ambiente Cons. Da Natureza	3.000,00	0,1
	Cultura	225.448,24	4,4
	Desporto Recreio e Lazer	396.141,02	7,7
	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	10.000,00	0,2
Funções económicas	Indústria e Energia	2.383.773,58	46,2
	Turismo	0,00	
	Outras Funções Económicas	6.958,85	0,1
Outras Funções	Transferências entre Administrações	628.233,40	12,2
TOTAL		5.156.717,95	100,0

Distribuição das Verbas de Investimento Despendidas com as Atividades mais Relevantes



Analisando agora os valores pagos com as designadas Atividades Mais Relevantes, num total de 5.156.717,95 euros, podem ver-se no quadro n.º 42 as áreas para onde foram canalizados maiores montantes, que são as seguintes:

- Na *Indústria e Energia*, enquadrada nas Funções Económicas, registaram-se gastos da ordem de 2.383.773,58 euros, com relevância para:

- ✓ As transferências anuais efetuadas para a INOVA-EEM, que totalizaram 935.414,00 euros;
- ✓ Os pagamentos efetuados com a rubrica de *Energia Consumida na Iluminação Pública*, que ascenderam a 727.398,11 euros;
- ✓ Os 450 mil euros transferidos para reforço do património associativo do BIOCANT.

- Nas Funções Sociais surge em evidência o *Ensino não Superior*, com um valor total pago de 1.359.086,18 euros. As ações que mais contribuíram para este montante foram as quantias despendidas com o fornecimento de refeições aos alunos do 1.º CEB e pré-escolar (598.863,43 euros), os encargos com os transportes escolares (440.942,69 euros) e os gastos com o Programa de Generalização do Ensino do Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular (211.986,86 euros).

- Nas Outras Funções aparecem refletidas as transferências de verbas para as dezanove Juntas de Freguesia do Concelho, no montante global de 627.233,40 euros, que foram repartidos de acordo com critérios definidos para o efeito e cujo resultado é o que figura nos quadros que se seguem.

QUADRO 43

TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA

Un. (Euros)			
JUNTAS DE FREGUESIA	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	TOTAL
ANÇÃ	22.275,26	32.122,20	54.397,46
BOLHO	2.829,57	20.575,00	23.404,57
CADIMA	7.933,96	40.911,89	48.845,85
CAMARNEIRA	3.959,30	22.082,08	26.041,38
CANTANHEDE	5.886,06	53.033,53	58.919,59
CORDINHÃ	6.706,64	39.398,46	46.105,10
CORTICEIRO DE CIMA	950,96	19.567,75	20.518,71
COVÕES	2.578,02	86.723,54	89.301,56
FEBRES	5.874,02	48.702,76	54.576,78
MURTEDE	1.754,52	25.676,09	27.430,61
OURENTÃ	6.181,12	23.129,39	29.310,51
OUTIL	4.606,79	19.424,13	24.030,92
POCARIÇA	4.413,50	20.664,21	25.077,71
PORTUNHOS	8.250,86	19.752,19	28.003,05
SANGUINHEIRA	5.038,13	38.277,31	43.315,44
SÃO CAETANO	2.503,87	21.154,19	23.658,06
SEPINS	12.187,97	22.072,97	34.260,94
TOCHA	4.196,75	53.802,94	57.999,69
VILAMAR	1.347,76	20.162,77	21.510,53
TOTAL GERAL	109.475,06	627.233,40	736.708,46

QUADRO 44
DISCRIMINAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADAS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DE 2011

JUNTAS DE FREGUESIA	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES										Total
	0405010201 Atualização Recens. /Eleições	0405010204 Acordo de Coop. Lei 5/97 (a)	0405010205 Subs. Portarias 29-A/98 e 50/98 (b)	0405010206 Outras	0405010207 Cursos de Educação Extraescolar	0405010208 Encargos com Postos de Enfermagem	0405010209 J. Freguesia- Projeto de dinamização cultural	0405010211 Trsf.p/ Gestão Posto de Turismo	0405010212 J. Freguesia- Trsf p/ Eventos Culturais	0405010215 J. Freguesia- Trsf p/ Eventos Desportivos	
ANÇÃ	2.577,36			3.750,00	2.200,00		2.500,00	9.747,90	1.000,00	500,00	22.275,26
BOLHO	1.729,57				1.100,00						2.829,57
CADIMA	3.383,96			2.500,00	550,00		1.500,00				7.933,96
CAMARNEIRA	965,13					2.994,17					3.959,30
CANTANHEDE	5.886,06										5.886,06
CORDINHÃ	1.740,42					3.466,22		1.500,00			6.706,64
CORTICEIRO DE CIMA	950,96										950,96
COVÕES	2.578,02										2.578,02
FEBRES	3.424,02				2.200,00			250,00			5.874,02
MURTEDE	1.754,52										1.754,52
OURENTÃ	1.749,77				1.100,00	3.331,35					6.181,12
OUTIL	952,17				550,00	3.104,62					4.606,79
POCARIÇA	1.742,42					2.671,08					4.413,50
PORTUNHOS	1.739,82	1.387,50			550,00	4.073,54		500,00			8.250,86
SANGUINHEIRA	1.778,83					2.759,30		500,00			5.038,13
SÃO CAETANO	953,87				550,00			1.000,00			2.503,87
SEPINS	1.742,67	1.854,50	6.940,80		1.650,00						12.187,97
TOCHA	4.196,75										4.196,75
VILAMAR	947,76							400,00			1.347,76
SUB-TOTAL	40.794,08	3.242,00	6.940,80	6.250,00	10.450,00	22.400,28	4.000,00	9.747,90	5.150,00	500,00	109.475,06

a) Acordo de Cooperação-(Lei Quadro da Educação Pré-Escolar)
b) Crianças Portadoras de Deficiência - Acordo Cooperação

QUADRO 45
DISCRIMINAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADAS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DE 2011

JUNTAS DE FREGUESIA	TRANSFERÊNCIAS CAPITAL			TOTAL
	0805010201 Protocolo Anual p/Obras e Melhoramentos	0805010204 Outras Obras/ Melhoramentos- Requalificação Urbana	0805010205 Obras e Melhoramentos Freguesias - Outros	
ANÇÃ	32.122,20			32.122,20
BOLHO	20.575,00			20.575,00
CADIMA	40.911,89			40.911,89
CAMARNEIRA	22.082,08			22.082,08
CANTANHEDE	43.383,53	9.000,00	650,00	53.033,53
CORDINHÃ	22.191,96	17.206,50		39.398,46
CORTICEIRO DE CIMA	19.567,75			19.567,75
COVÕES	42.401,47	39.322,07		81.723,54
FEBRES	48.702,76			48.702,76
MURTEDE	25.676,09			25.676,09
OURENTÃ	23.129,39			23.129,39
OUTIL	19.424,13			19.424,13
POCARIÇA	20.664,21			20.664,21
PORTUNHOS	19.752,19			19.752,19
SANGUINHEIRA	38.277,31			38.277,31
SÃO CAETANO	21.154,19			21.154,19
SEPINS	22.072,97			22.072,97
TOCHA	53.802,94			53.802,94
VILAMAR	20.162,77			20.162,77
SUB-TOTAL	556.054,83	65.528,57	650,00	622.233,40

QUADRO 46

Protocolo Anual com as Juntas de Freguesia

Designação	Valor do Protocolo em Numerário	Valor do Protocolo de Materiais	Un: (Euros)
			Valor dos Materiais efetivamente pagos
Junta de Freguesia de Ançã	27.266,66	4.855,54	4.855,54
Junta de Freguesia do Bolho	17.464,92	3.110,08	3.110,08
Junta de Freguesia de Cadima	34.727,71	6.184,18	6.184,18
Junta de Freguesia da Camarneira	18.744,19	3.337,89	3.337,89
Junta de Freguesia de Cantanhede	36.825,74	6.557,79	6.557,79
Junta de Freguesia de Cordinhã	18.837,46	3.354,50	3.354,50
Junta de Freguesia do Corticeiro de Cima	16.609,92	2.957,83	2.957,83
Junta de Freguesia dos Covões	35.992,13	6.409,34	6.409,34
Junta de Freguesia de Febres	41.340,93	7.361,83	7.361,83
Junta de Freguesia de Murtede	21.794,93	3.881,16	3.881,16
Junta de Freguesia de Ourentã	19.633,19	3.496,20	3.496,20
Junta de Freguesia de Outil	16.488,01	2.936,12	2.936,12
Junta de Freguesia da Pocariça	17.540,64	3.123,57	3.123,57
Junta de Freguesia de Portunhos	16.766,48	2.985,71	2.985,71
Junta de Freguesia da Sanguinheira	32.491,37	5.785,94	5.785,94
Junta de Freguesia de São Caetano	17.956,56	3.197,63	3.197,63
Junta de Freguesia de Sepins	18.736,45	3.336,52	3.336,52
Junta de Freguesia da Tocha	45.670,17	8.132,77	8.132,77
Junta de Freguesia de Vilamar	17.115,00	3.047,77	3.047,77
TOTAL	472.002,46	84.052,37	84.052,37

V – Situação Económico-Financeira

No essencial, a análise económico-financeira resume os resultados que o Município de Cantanhede alcançou no desenvolvimento da sua atividade e a situação patrimonial e financeira em que se encontrava em 31 de dezembro de 2011. Esta análise deve ser efetuada em conjugação com as demonstrações financeiras e respetivas notas ao balanço e demonstração de resultados.

Os valores apresentados resultam da aplicação do Plano Oficial das Autarquias Locais – POCAL, com base no qual se pode aceder ao conhecimento integral e exato da composição do património e dos direitos e obrigações da autarquia com elementos reportados a 31 de dezembro de 2011.

5.1 – Análise do Balanço

O balanço permite aferir, em termos financeiros, qual a situação patrimonial da Autarquia à data do fecho de contas e, nesse âmbito, os quadros que se seguem facilitam a análise das três massas patrimoniais que compõe o balanço, designadamente o ativo, os fundos próprios e o passivo. Todos mapas foram elaborados tendo por base o balanço sintético do Município.

QUADRO 47
BALANÇO

DESCRIÇÃO	(Un: euros)			
	AB	2011 VALOR AP	AL	2010 VALOR AL
Ativo				
Imobilizado				
Bens de domínio público	82.251.449,02	30.032.456,38	52.218.992,64	53.937.779,77
Imobilizações Incorpóreas	146.356,32	75.242,62	71.113,70	45.383,46
Imobilizações Corpóreas	64.824.581,83	13.588.712,00	51.235.869,83	49.603.617,51
Investimentos Financeiros	13.261.018,77	0,00	13.261.018,77	13.263.751,27
Existências	369.610,76	0,00	369.610,76	1.401.411,64
Dívidas de terceiros- médio e longo prazo	0,00	0,00	0,00	1.031.642,45
Dívidas de terceiros-curto prazo	830.801,64	56.823,76	773.977,88	0,00
Títulos negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras e caixa	2.073.601,47	0,00	2.073.601,47	788.321,19
Acréscimos e Diferimentos	4.714.772,81	0,00	4.714.772,81	4.427.218,45
Total do ativo	168.472.192,62	43.753.234,76	124.718.957,86	124.499.125,74
Fundos Próprios				
Património			48.450.061,74	48.358.693,11
Ajustamentos em partes de capital				0,00
Reservas			21.750.711,99	21.337.311,51
Subsídios			4.809,53	4.809,53
Resultados Transitados			-197.412,19	-3.612.759,07
Resultado líquido do exercício			1.735.254,30	3.415.346,88
Total Fundos Próprios	0,00	0,00	71.743.425,37	69.503.401,96
Provisões para riscos e encargos				
			48.413,89	0,00
Passivo				
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo			30.525.149,66	30.549.910,04
Dívidas a terceiros - curto prazo			5.604.716,80	6.845.453,64
Acréscimos e Diferimentos			16.797.252,14	17.600.360,10
Total do Passivo	0,00	0,00	52.975.532,49	54.995.723,78
Total dos fundos próprios e do passivo	0,00	0,00	124.718.957,86	124.499.125,74

5.1.1– Imobilizado

O imobilizado corresponde à massa patrimonial que representa o conjunto de bens que por princípio não são transacionáveis, em virtude de se destinarem a servir de forma duradoura a atividade da Autarquia. São também habitualmente designados por bens de imobilizado ou ativos fixos.

Nos termos da aplicação do POCAL, deveria a Autarquia ter já conseguido apurar a totalidade do património municipal a refletir do lado desta massa patrimonial. Tal ainda não foi possível, mas esse é um processo que tem vindo a ser intensificado ano após ano. De qualquer modo, convém lembrar que o princípio da consistência determina que a autarquia não altere as suas políticas contabilísticas de um exercício para o outro. Caso não seja possível dar cumprimento ao referido princípio, as alterações deverão ser devidamente evidenciadas e justificadas nos anexos ao balanço e à demonstração de resultados.

O esforço efetuado em 2011 para recuperar bens de imobilizado ainda não inventariado pode ser quantificado em 1.352.987,08 euros. Este é o valor do património registado nesse ano e que, basicamente, diz respeito aos lotes resultantes de

operações de loteamentos promovidos pelo Departamento de Urbanismo Municipal na Zona Industrial de Cantanhede e à regularização de todas as parcelas localizadas nessa área que, em 31 de dezembro de 2011, ainda eram da propriedade do Município sem qualquer tipo de intervenção urbanística.

QUADRO 48

(Un: euros)

DESCRIÇÃO	2010	2011	Δ
	VALOR	VALOR	%
	AB	AB	AB
Ativo			
Imobilizado			
Bens de domínio público			
Terrenos e recursos naturais	6.952.646,62	7.026.743,59	1,07
Edifícios	441.018,57	441.018,57	0,00
Outras construções e infraestruturas	69.267.489,24	70.351.851,80	1,57
Bens do património histórico, artístico e cultural	539.611,85	539.611,85	0,00
Outros bens de domínio público	567.557,03	580.885,97	2,35
Imobilizações em curso	2.843.915,40	3.311.337,24	16,44
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	
	80.612.238,71	82.251.449,02	2,03
Imobilizações Incorpóreas	46.650,00	146.356,32	213,73
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	9.732.097,31	10.873.376,09	11,73
Edifícios e outras construções	33.491.393,66	33.707.159,30	0,64
Equipamento básico	3.844.561,91	3.996.994,47	3,96
Equipamento de transporte	1.496.289,65	1.498.539,65	0,15
Ferramentas e utensílios	832.337,77	860.969,58	3,44
Equipamento administrativo	1.657.146,71	1.789.225,03	7,97
Taras e vasilhame	40,00	40,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	6.510.771,10	6.549.408,98	0,59
Imobilizações em curso	4.087.087,98	5.548.868,73	35,77
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	
	61.651.726,09	64.824.581,83	5,15
Total	142.310.614,80	147.222.387,17	3,45

O quadro n.º 48 evidencia um crescimento de 2,03% dos bens de domínio público, de 213,73% das imobilizações incorpóreas e 5,15% no imobilizado corpóreo. Esses aumentos resultam, como se disse, da incorporação, no imobilizado autárquico, de bens de domínio privado que ainda não tinham sido objeto de inventariação ao nível do balanço inicial, do reconhecimento de 1.344.776,06 euros por obras realizadas por administração direta e da aquisição e execução de diversas obras no decurso do exercício em apreciação. O somatório dos correspondentes montantes representa, em termos absolutos, um aumento do valor do património em 4.911.772,37 euros.

QUADRO 49

(Un: euros)

DESCRIÇÃO	Quantidade	2009 VALOR	2010 VALOR	% Participação	2011 VALOR	% Participação
Investimentos financeiros						
Partes de Capital						
Empresas municipais e intermunicipais						
INOVA - Empresa Desenvolvimento Económico Social-EM		11.647.332,00	11.647.332,00	100	11.647.332,00	100
Empresas privadas ou cooperativas						
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	13.639	68.195,00	68.195,00	1,67	142.245,00	1,67
Laboratórios Azevedo- Indústria Farmacêutica	300					
SIMRIA - Saneamento Integrado Municípios Ria, S.A		199.746,00	199.746,00	1,20	199.746,00	1,20
Agências de desenvolvimento regional						
WRC - Web para a Região Centro, ADR, S.A.		10.000,00	10.000,00	0,75	10.000,00	0,75
AREAC - Agência Regional Energia e Ambiente Centro		5.000,00	5.000,00	7,69	5.000,00	7,69
Coimbravita - Agência Desenvolvimento Regional, S.A.	3.000	14.970,00	14.970,00	2,21	14.970,00	2,21
Associações sem fins lucrativos						
ABAP-Associação Beira Atlântico Parque		881.825,11	594.527,15	96,90	803.241,74	97,19
BIOCANT - Associação de Transferência de Tecnologia		1.022.969,61	719.481,12	99,91	432.484,03	99,92
Inst. Invest. Desenvolv. Tecnológico C. Const. - IteCons.		3.000,00	4.500,00		6.000,00	
Fundações						
Fundação Carlos Oliveira		25.000,00				
Total investimentos financeiros		13.878.037,72	13.263.751,27		13.261.018,77	

Relativamente à rubrica de *investimentos financeiros* detidos pelo Município em 31 de dezembro de 2011, conclui-se que esta totalizava 13.261.018,77 euros, o que representa um decréscimo de 2.732,50 euros (0,02%) em relação ao exercício anterior. Esta redução de carácter residual decorre, fundamentalmente, do reconhecimento do valor das participações financeiras do Município nas associações ABAP e BIOCANT. A este nível, o montante apurado em 2011 resulta da aplicação do método de equivalência patrimonial, com base no qual se traduziu para o balanço da Autarquia o valor contabilístico das partes de capital detidas pela autarquia em valor proporcional à sua participação nas referidas associações.

5.1.2 – Circulante

O capital circulante engloba todos os ativos que permanecem na Autarquia por um curto período de tempo, por regra menos de um ano. O ativo circulante líquido de provisões é constituído, como se sabe, pelo conjunto das existências, bens destinados a consumo imediato, adquiridos, produzidos e armazenados pela autarquia a 31 de dezembro de cada do ano. Representa também as dívidas a receber de terceiros e o montante das disponibilidades e seus equivalentes detidos nesse mesmo ano.

O quadro seguinte apresenta a evolução do ativo circulante do Município ao longo dos últimos dois anos.

QUADRO 50

(Un: euros)

DESCRIÇÃO	2010	2011	Δ
	VALOR	VALOR	%
Circulante			
Existências			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	302.773,76	310.296,66	2,48
Mercadorias	1.098.637,88	59.314,10	-94,60
Total de Existências	1.401.411,64	369.610,76	-73,63
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo			
Clientes, c/c	44.341,66	38.689,27	-12,75
Contribuintes, c/c	680,14	716,93	5,41
Outros devedores	963.687,03	615.244,62	-36,16
Total de Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	1.008.708,83	654.650,82	-35,10
Caixa e depósitos em instituições financeiras			
Caixa	2.715,83	4.160,48	53,19
Depósitos em instituições financeiras			
Caixa Geral de Depósitos, S.A.			
Operações Orçamentais	78.548,56	14.447,79	-81,61
Operações de Tesouraria	96.626,90	72.695,74	-24,77
Banco Espírito Santo, S.A.	8.322,92	1.556,42	-81,30
Caixa Económica Montepio Geral	614,67	786,75	28,00
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL			
Operações Orçamentais	617,52	1.119,83	81,34
Operações de Tesouraria	573.885,48	464.584,90	-19,05
Finibanco, S.A	0,00	0,00	
Banco Português de Investimento, S.A.	2.260,18	3.499,55	54,84
Banco Comercial Português, S.A.	3.008,03	5.504,33	82,99
Banco Português de Negócios, S.A.	95,71	589,45	515,87
Banco Santander Totta, S.A.	20.791,63	2.604,62	-87,47
Banif-Banco Internacional do Funchal, S.A	661,88	1.500.519,21	226.605,63
Banco Popular Portugal, S.A.	171,88	1.532,40	791,55
Total de depósitos em instituições financeiras	785.605,36	2.069.440,99	163,42
Total de Operações Orçamentais	117.808,81	1.536.094,03	1.203,89
Total de Operações de Tesouraria	670.512,38	537.507,44	-19,84
Total das disponibilidades	788.321,19	2.073.601,47	163,04
Total Circulante	3.198.441,66	3.097.863,05	-3,14

No quadro n.º 50 estão os montantes do ativo circulante por ordem crescente de liquidez. No que respeita aos valores das existências, houve uma variação negativa muito acentuada de 2010 para 2011. Essa redução, quantificada em 73,63%, resulta apenas da operação de recuperação do todo o património municipal detido na Zona Industrial de Cantanhede e Biocant-Park. De fato, as aquisições efetuadas pela Autarquia desde 2002 estavam a ser inventariadas nesta rubrica, na esperança de se conseguir recuperar todas as parcelas de terrenos que constituíssem o perímetro urbano de intervenção na referida zona industrial. Não tendo sido possível a sua recuperação por essa via, optou-se por regularizar definitivamente o seu valor no balanço, incorporando apenas as parcelas que ainda eram da Autarquia em 31 de dezembro de 2011, as quais, avaliadas em 735.263,22 euros, estão noutra massa patrimonial do balanço, ou seja, no imobilizado corpóreo. Se se expurgar este movimento, verifica-se que relativamente às existências em armazém não houve grandes oscilações em 2011 face a 2010, tendo-se registado apenas uma pequena variação positiva de 2,14%.

As dívidas de terceiros já foram sujeitas a uma análise exaustiva aquando da apresentação dos quadros n.º 13 e n.º 14, pelo que não merecem aqui quaisquer outros comentários.

Os 2.069.440,99 euros que constavam nas contas bancárias em 31 de dezembro de 2011, incluindo aqui os valores relativos a operações de tesouraria, representam um aumento de 1.283.835,63 euros (163,42%) em relação a 2010. Se a este montante lhe retirarmos a verba referente a operações de tesouraria, quantificadas em 537.507,44 euros, obtém-se o total das operações orçamentais, que foi de 1.536.094,03 euros. Para uma melhor gestão dos excedentes de tesouraria, em agosto de 2011 foi feita uma aplicação de 1,5 milhões de euros a prazo, remunerada a uma taxa de juro anual efetiva de 7,5%.

À data do fecho das contas detetou-se um lapso de 226,80 euros no apuramento dos montantes em tesouraria. Tal situação resultou do fato de as contas de operações de tesouraria terem transitado com menos esse valor e de as contas de depósitos à ordem terem a mais a mesma quantia. A ocorrência foi prontamente regularizada em janeiro de 2012, após nova atualização de saldos das contas de operações de tesouraria.

Por outro lado, a descida de 19,84% registada nas contas de operações de tesouraria deve-se, em larga medida, à circunstância de as garantias prestadas para regular a execução das obras municipais estarem a ser suportadas por fundos documentais, ou seja, através da apresentação de garantias bancárias e de estarem a ser restituídas quantias relativas a obras cujo prazo de garantia terminou nos termos da legislação em vigor.

5.1.3 – Acréscimos e Diferimentos

Estas rubricas aparecem dos dois lados do balanço e visam dar cumprimento ao princípio da especialização do exercício ou do acréscimo. Este princípio determina que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos e incluídos nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam, independentemente do período em que ocorrem os fluxos financeiros que lhes estão associados.

Tais movimentos, quando incorridos, permitem demonstrar a realidade efetiva dos custos e proveitos suportados em cada exercício. Deste modo, facilitam a determinação do resultado económico e tornam mais apropriada a análise dos seus níveis de desempenho e da sua posição financeira ao longo dos sucessivos exercícios económicos.

QUADRO 51
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

(Un: euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2009	2010	Δ	2011	Δ
271 Acréscimos de Proveitos						
2711	Juros a receber	562,40	648,79	15,36	42.355,84	6.428,44
2712	Encargos com pessoal a receber	710,39	1.714,84	141,39	1.105,06	-35,56
27131	Comparticipação no fornecimento de refeições	30.645,40	85.862,60	180,18	16.498,10	-80,79
27132	Comparticipação em transportes escolares	3.768,63	971,44	-74,22	5.651,25	481,74
27133	Comparticipação transferências/subsídios obtidos	128.854,22	202.032,20	56,79	283.817,68	40,48
27134	Comparticipações por serviços prestados	2.513,98	21.774,80	766,15	1.608,63	-92,61
27135	Comparticipação prolongamento de horário	0,00	32.534,78		8.470,13	-73,97
2714	Impostos Diretos	216.611,58	3.989.352,59	1.741,71	4.279.546,38	7,27
2715	Indemnizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2719	Outros acréscimos de proveitos	0,00	24.270,93		0,00	
	Subtotal	383.666,60	4.359.162,97	1.036,19	4.639.053,07	6,42
272 Custos Diferidos						
2721	Prémios de seguros antecipados	57.005,22	58.413,28	2,47	64.951,92	11,19
2722	Juros Liquidados	64,19	332,62	418,18	316,09	-4,97
2724 Fornecimentos e Serviços Externos						
27246	Jornais e revistas	485,72	433,43	-10,77	459,47	6,01
27247	Contratos de Assistência e Manutenção	4.910,32	4.222,95	-14,00	4.907,13	16,20
27248	Rendas	1.132,00	1.732,00	53,00	1.732,00	0,00
27249	Outros Fornecimentos e Serviços Externos	546,63	2.921,20	434,40	465,63	-84,06
2729 Outros Custos Diferidos						
27291	Quotizações	4.125,00	0,00	-100,00	2.887,50	
	Subtotal	68.269,08	68.055,48	-0,31	75.719,74	11,26
TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		451.935,68	4.427.218,45	879,61	4.714.772,81	6,50

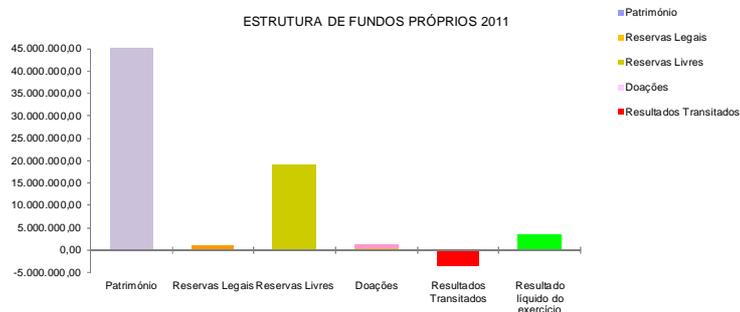
O quadro n.º 51 mostra todas as componentes que integram o primeiro membro do balanço, representando assim um ativo do Município. Em 2011, o seu valor global ascendeu a 4.714.772,81 euros, mais 287.554,36 euros que em 2010. Decompondo esse valor, verifica-se que os acréscimos de proveitos contribuíram em 4.639.053,07 euros para a obtenção do resultado global, mas, uma vez que foram apurados no exercício de 2011, só irão ser liquidados e cobrados em 2012. Por outro lado, os custos diferidos correspondem a 75.719,74 euros do resultado global, sendo que aqui se trata de montantes pagos no exercício de 2011 mas que dizem respeito a custos do exercício económico seguinte. A variação positiva de 6,5 % confirma a coerência e consistência de resultados em dois anos consecutivos. Este montante decorre do reconhecimento do proveito de 2011 relativo aos juros provenientes da aplicação financeira de 1,5 milhões de euros e, por outro lado, dos valores históricos do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e da Derrama.

5.1.4 – Fundos Próprios

QUADRO 52
ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS

(Un: euros)

DESCRIÇÃO	2010 VALOR	2011 VALOR	Variação VALOR	%
Fundos Próprios				
Património	48.358.693,11	48.450.061,74	91.368,63	0,19
Reservas Legais	1.000.293,55	1.000.293,55	0,00	0,00
Reservas Livres	19.005.512,45	19.005.512,45	0,00	0,00
Doações	1.331.505,51	1.744.905,99	413.400,48	31,05
Resultados Transitados	-3.612.759,07	-197.412,19	3.415.346,88	-94,54
Resultado líquido do exercício	3.415.346,88	1.735.254,30	-1.680.092,58	-49,19
Total	69.498.592,43	71.738.615,84	2.240.023,41	3,22



A forma com tem evoluído a estrutura dos fundos próprios do Município e a sua variação entre anos aparece refletida no quadro n.º 52, onde se verifica ter havido, de 2010 para 2011, uma variação positiva absoluta de 2.240.023,41 euros, o que em termos relativos se traduz num aumento dos fundos próprios de 3,22%.

Esta subida deveu-se, por um lado, à recuperação do património municipal no valor de 1.352.987,08 euros (foram contabilizados diretamente na rubrica de património por força da inventariação de infraestruturas municipais através da recuperação de lotes e parcelas da propriedade do município existentes na zona industrial de Cantanhede); por outro lado, tem a ver com a alteração da estrutura de custos e proveitos da Autarquia, a qual culminou na obtenção de um resultado líquido positivo do exercício de 1.735.254,30 euros. Este valor é inferior ao do exercício anterior, mas aqui é preciso ter em conta que o de 2010 foi fortemente influenciado pelo reconhecimento do proveito do IMI e da Derrama, conforme se referiu no respetivo relatório.

5.1.5 – Passivo

O passivo consiste, como se sabe, no relato das dívidas da autarquia, devidamente discriminadas por ordem decrescente de exigibilidade.

QUADRO 53
PRINCIPAIS IMPOSTOS A ENTREGAR AO ESTADO

CONTA	DESIGNAÇÃO	Un: (Euros)		Un: (Euros)	
		2010	Δ	2011	Δ
242	Imposto Sobre o Rendimento	45.484,89	9,92	32.767,54	-27,96
243	Imposto Sobre o Valor Acrescentado	19.998,05	46,85	13.269,07	-33,65
244	Imposto de Selo	0,00	-100,00	47,20	
	SUB-TOTAL	65.482,94	16,81	46.083,81	-29,62
2452	Caixa Geral de Aposentações	58.102,45	1,90	54.065,15	-6,95
2453	Segurança Social	26.973,65	-14,94	17.798,32	-34,02
2455	ADSE	4.802,92	-2,14	0,00	-100,00
2456	Outras Contribuições Para Segurança Social	2.628,29	200,63	138,33	-94,74
	245 Contribuições Para a Segurança Social	92.507,31	-2,12	72.001,80	-22,17
249	Outras Tributações	1.172,55	-57,13	931,09	-20,59
	TOTAL	159.162,80	3,82	119.016,70	-25,22

O quadro n.º 53 mostra a forma como se decompõe o classificador com a dívida detida pelo município ao Estado e outras entidades públicas, o que inclui as operações de tesouraria, ou seja, as retenções efetuadas a terceiros ou apuramentos já realizados e que apenas serão entregues aos organismos que gerem essas receitas no termo do prazo estipulado por lei. Neste caso concreto, dizem respeito sobretudo a pagamentos a efetuar no decurso do mês de janeiro de 2012.

QUADRO 54
OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

		Un: (Euros)							
CONTA	DESIGNAÇÃO	2008	Δ	2009	Δ	2010	Δ	2011	Δ
217	Clientes e Utentes Com Cauções	22.661,58	75,03	11.754,69	-48,13	10.650,69	-9,39	7.904,19	-25,79
21701	Cauções de Água (OT)	0,00		0,00		0,00		0,00	
21702	Loteamentos e Obras (OT)	21.793,27	80,43	10.886,38	-50,05	9.782,38	-10,14	7.035,88	-28,08
21703/4/5	Outras Cauções Cobradas a Terceiros (OT)	868,31	0,00	868,31	0,00	868,31	0,00	868,31	0,00
263	Sindicatos	525,38	-4,64	564,94	7,53	437,49	-22,56	392,23	-10,35
2685	Credores Por Depósitos de Garantia	792.917,91	18,63	615.453,65	-22,38	564.103,10	-8,34	457.549,02	-18,89
26851	Cauções Prestadas Por Fornecedor (OT)	11.763,74	60,57	6.636,95	-43,58	6.636,95	0,00	5.711,95	-13,94
26852	Cauções Prestadas Por Fornecedor Imobilizado (OT)	6.783,75	823,35	5.783,75	-14,74	5.783,75	0,00	4.178,75	-27,75
26853	Cauções Prestadas Por Empreiteiros (OT)	771.420,42	17,35	596.052,95	-22,73	545.722,40	-8,44	442.325,82	-18,95
26855	Outras Cauções Prestadas	2.950,00	0,00	6.980,00	136,61	5.960,00	-14,61	5.332,50	-10,53
2686	Devedores e Credores de Operações de Tesouraria	7.216,09	4,87	9.082,10	25,86	9.064,68	-0,19	8.609,93	-5,02
26861	Estágios Profissionais - Portaria n.º 268/97 (OT)	1.064,76	0,00	1.064,76	0,00	1.064,76	0,00	1.064,76	0,00
26862	Outros Devedores e Credores de OT	3.863,63	12,91	3.960,96	2,52	3.983,48	0,57	0,00	-100,00
26863	Estágios Integração Sócio-Profissional-RCM 13 (OT)	728,91	0,00	728,91	0,00	728,91	0,00	728,91	0,00
26864	Credores P/Cheques em Trânsito não Recebidos (OT)	1.435,35	0,00	2.681,01	86,78	2.681,01	0,00	2.904,55	8,34
26866	Execuções diversas p/ conta de penhoras(OT)	123,44	-46,30	609,58	393,83	538,50	-11,66	305,42	-43,28
26868	Outros devedores e credores de OT - Passagem			36,88		68,02		71,70	5,41
26869	Devedores e Credores de Op. de Tesouraria Agregados	0,00		0,00		0,00		3.534,59	
TOTAL		823.320,96	19,53	636.855,38	-22,65	584.255,96	-8,26	474.455,37	-18,79

Com 474.455,37 euros devidamente cativos à ordem de terceiros, para a gestão de operações de tesouraria, o quadro n.º 54 explicita, por tipologia de caução, a relação das quantias retidas pela Autarquia ao abrigo de diversos normativos legais, quantias essas que serão restituídas aos seus titulares quando se extinguir a obrigatoriedade que deu origem à retenção.

QUADRO 55

ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

CONTA	DESIGNAÇÃO	2009	2010	Δ	2011	Δ
273	Acréscimos de Custos					
2731	Seguros a liquidar	0,00	3.805,85		714,95	
2732	Remunerações a liquidar	681.828,31	675.931,66	-0,86	378.231,37	-44,04
27321	Férias	681.828,31	675.278,26	-0,96	378.191,37	-43,99
27329	Outros encargos	0,00	653,40		40,00	-93,88
2733	Juros a Liquidar	19.702,49	22.217,48	12,76	22.361,96	0,65
2734	Encargos adicionais com imobilizado	0,00	25.051,32		0,00	
2739	Outros Acréscimos de Custos	356.766,48	305.830,53	-14,28	200.716,03	-34,37
27391	Fornecimentos e Serviços Externos a Liquidar	137.072,48	130.872,62	-4,52	88.464,92	-32,40
273911	Eletricidade	48.904,96	69.863,88	42,86	8.575,34	-87,73
273912	Combustíveis	6.211,56	0,00	-100,00	8.714,46	
273913	Comunicação	13.386,54	4.795,71	-64,18	5.489,07	14,46
273914	Refeições escolares	29.923,09	9.335,30	-68,80	11.195,33	19,92
273915	Portagens	0,00	67,20		0,00	-100,00
273916	Jornais e Revistas	0,00	61,12		25,24	-58,70
273917	Água, Saneamento e Resíduos Sólidos	0,00	0,00		9.264,48	
237918	Encargos de cobrança	5.375,68	5.113,65	-4,87	4.332,02	-15,29
273919	Outros fornecimentos e serviços externos	33.270,65	41.635,76	25,14	40.868,98	-1,84
27392	Transferências Correntes Concedidas	65.142,63	57.645,83	-11,51	43.262,52	-24,95
273922	Despesas com transporte crianças port. deficiências	10.010,70	3.054,80	-69,48	3.141,60	2,84
273923	Despesas c/ acordo cooperação pré-escolar	29.524,61	32.387,64	9,70	21.141,00	
273926	Encargos com postos de enfermagem	8.036,32	3.805,29	-52,65	2.651,62	-30,32
273927	Despesas com auxílios económicos	17.571,00	18.398,10	4,71	16.328,30	-11,25
27393	Encargos sobre remunerações	154.538,19	117.010,03	-24,28	67.640,04	-42,19
27394	Custos e Perdas Operacionais	10,26	299,13	2.815,50	362,74	21,27
273941	Quotizações	0,00	262,50		0,00	
273942	Impostos e taxas	10,26	36,63	257,02	362,74	890,28
27395	Custos e Perdas Financeiros	2,92	2,92	0,00	0,43	-85,27
27398	Encargos adicionais com imobilizado	0,00	0,00		985,38	
TOTAL DOS ACRÉSCIMOS DE CUSTOS		1.058.297,28	1.032.836,84	-2,41	602.024,31	-41,71

Voltando à análise dos *acréscimos e diferimentos*, agora àquelas que aparecem do lado do passivo, importa dizer que neste membro do balanço se reportam os *acréscimos de custos* com 602.024,31 euros contabilizados. Relativamente a 2010, esta rubrica variou negativamente em 430.812,53 euros, diminuição que se deve sobretudo ao impacto do corte do subsídio de férias que os funcionários deixaram de receber em 2011 e que está devidamente plasmado na conta 2732 – Remunerações a Liquidar, que também apresenta um decréscimo de 43,99% face a 2010. Outra variação negativa foi a verificada na rubrica intitulada por *outros acréscimos de custos*, esta devido a um maior rigor no *controlo e receção de faturação em trânsito*, que também reduziu 34,37% de 2010 para 2011. Já a rubrica de *transferências correntes* desceu 24,95% nesse período.

A estrutura dos *proveitos diferidos*, representada no quadro n.º 56, refere-se ao comportamento evolutivo de todos os proveitos auferidos com fundos comunitários ao longo dos últimos anos. Note-se que a rubrica 2746 (*venda de bens futuros*), que aparece no quadro supramencionado, nada ter a ver com esta matéria. Trata-se apenas do reconhecimento de compromissos assumidos pela Autarquia por contratos de permutas que obriga a autarquia à entrega de um bem futuro. É o caso, por exemplo, da construção do denominado Edifício do Gaveto, em Cantanhede, onde o Município, por troca do bem inicial (casas aí edificadas e entretanto demolidas), se comprometeu a entregar frações autónomas do prédio entretanto edificado e em fase de conclusão.

O quadro n.º 57 representa, por outro lado, as entradas de verbas ao abrigo de candidaturas efetuadas a fundos comunitários e que vão sendo reconhecidos como proveitos do exercício, em função da parte respeitante à amortização do exercício quanto ao investimento alvo de financiamento.

Em 2011 reconhecem-se assim, pela primeira vez, duas candidaturas ao QREN com participações financeiras por conta das seguintes obras:

- ✓ Aquisição de quadros interativos e sistemas de vigilância ao abrigo de uma candidatura intitulada por economia digital e sociedade do conhecimento; e

✓ Troço da ER 335/1 – Cantanhede/Tocha, parcela 320.

QUADRO 56

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DIFERIDOS

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2010	DIMINUIÇÕES	AUMENTOS	2011
27451	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS				
274511	ORÇAMENTO DO ESTADO				
2745111	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	2.392.199,16	0,00	0,00	2.392.199,16
274511101	Contrato Programa M.A.I - Segurança Rodoviária	127.628,65			127.628,65
274511102	Contrato-Programa M. Educação -Eqto/Mat Did.P. Esc	17.511,28			17.511,28
274511103	Contrato- Programa c/ Inst.Nacional Desporto (Pisc)	258.734,59			258.734,59
274511104	A.Colaboração c/ ICERRp/ Estradas Desclassificadas	1.733.572,08			1.733.572,08
274511105	Contrato- Programa c/Min.Plan - Intempéries 2000/01	43.814,41			43.814,41
274511106	P. nº 275/03 c/ Inst.Amb-P/Aq.Equipamento M.Ruído	2.213,40			2.213,40
274511107	P. nº 328/03 c/ Instituto Amb-P/ Elab.Carta do Ruído	7.800,00			7.800,00
274511108	Protocolo c/ DGOTDU/CCDR - PRAUD	141.092,00			141.092,00
274511109	A Colaboração C/DGALp/ Constr. Feira Quinzenal Cantanhede	51.934,09			51.934,09
274511110	Espaço Público de acesso à Internet - Museu da Pedra	898,66			898,66
274511111	Apetrech. Inf. Escolas Ens. Pré-Escolar Conc. Cant.	0,00			0,00
2745411112	Acordo Coop. Prog. Rede Nac. Bibliotecas Escolares	7.000,00			7.000,00
27454	EXTERIOR				
274541	FEDER				
27454101	PORCENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO				
274541011	EIXO I	12.479.939,09	0,00	0,00	12.479.939,09
2745410111	MEDIDA I.1 - EQUIPAMENTO E INFRAESTRUTURAS LOCAIS	3.209.786,94	0,00	0,00	3.209.786,94
274541011101	Beneficiação EM 583 Cant/Tocha-T. Corgo Encheiro	229.104,27			229.104,27
274541011102	Constr. Praia Fluvial Olhos da Fervença-Pisc. Natural	431.973,08			431.973,08
274541011103	Infraestruturas da Zona Industrial de Febres	238.893,45			238.893,45
274541011104	Alargamento e Retificação EM 612 Febres/Vilamar	345.240,62			345.240,62
274541011105	Alargamento e Retificação do CM Marvão/B. Latas	172.645,75			172.645,75
274541011106	Beneficiação da EM 588 Balsas/Monte Arcado	192.804,82			192.804,82
274541011107	Alargamento e Retificação Cm 1017 Febres/Barracão	201.307,73			201.307,73
274541011108	Construção do Jardim de Infância de Ançã	182.050,09			182.050,09
274541011109	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede	228.767,63			228.767,63
274541011110	Infraestruturas da Zona Industrial de Murtede	247.337,51			247.337,51
274541011111	Drenagem de à. Pluviais EM 585 Pontão (Font. Febres)	224.750,24			224.750,24
274541011112	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede- Ampl. 2.ª fase	387.472,67			387.472,67
274541011113	Arranjo Urb./Paisagístico área envolvente Lagoa Montinho	127.439,08			127.439,08
2745410112	MEDIDA I.2- AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	4.032.193,83	0,00	0,00	4.032.193,83
274541011201	Abastecimento E DTAR Franciscas, Tarelhos e Lários	404.571,42			404.571,42
274541011202	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Outil	288.222,50			288.222,50
274541011203	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Sepins	210.707,90			210.707,90
274541011204	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Do Bolho	113.962,79			113.962,79
274541011205	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Ourentã	18.192,03			18.192,03
274541011206	Drenagem Tratamento de águas Residuais de Cordinhã	145.762,24			145.762,24
274541011207	Ampliação da Rede de Saneamento de Ançã	22.057,23			22.057,23
274541011208	DTAR Zambujal/Fornos incluindo a Benef. Da EM 586	601.354,18			601.354,18
274541011209	Drenagem Tratamento de águas Residuais Póvoa do Bispo	181.354,40			181.354,40
274541011210	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Portunhos	186.014,23			186.014,23
274541011211	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Murtede	114.762,96			114.762,96
274541011212	Abastecimento de água e DTAR de Marvão	324.039,90			324.039,90
274541011213	Abast. Água Picoto, Montouro, Q. Troviscais e Malhada	281.186,18			281.186,18
274541011214	Ampliação da Rede de Saneamento da Tocha	779.250,99			779.250,99
274541011215	Drenagem Águas Residuais de Sanguinheira/Serredade	360.754,88			360.754,88

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DIFERIDOS

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2010	DIMINUIÇÕES	AUMENTOS	2011
2745410113	MEDIDA I.3 - ACESSIBILIDADES	2.841.568,63	0,00	0,00	2.841.568,63
274541011301	EM ^o Ferveça/L. Negra/Escural e CM 1017 Criação/Ferv.	824.466,65			824.466,65
274541011302	Circular Urbana de Cantanhede	233.500,75			233.500,75
274541011303	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intempéries 1.ª Fase	351.671,22			351.671,22
274541011304	Via Estr. Norte/Poente-Benef. Est. Cort. Cima/EN 234	505.632,99			505.632,99
274541011305	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intempéries 2.ª Fase	926.297,02			926.297,02
2745410114	MEDIDA I.4 - QUALIFICAÇÃO AGLOMERADOS URBANOS	2.396.389,69	0,00	0,00	2.396.389,69
274541011401	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-1.ª Fase	861.434,63			861.434,63
274541011402	Arranjos Urbanístico no Largo de S. João	173.258,28			173.258,28
274541011403	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 1.ª Fase	220.115,52			220.115,52
274541011404	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-2.ª Fase	278.756,85			278.756,85
274541011405	Revitalização Urbana Cant. -Execução de Passeios e Pavimentos	215.861,27			215.861,27
274541011406	Revitalização Urb. Areas mais Centrais Cidade Cantanhede	366.384,31			366.384,31
274541011407	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.ª Fase	280.578,83			280.578,83
274541012	EIXO II				
274541013	EIXO III	4.018.997,73	0,00	0,00	4.018.997,73
27454101301	MEDIDA III - EDUCAÇÃO	335.898,99	0,00	0,00	335.898,99
2745410130101	Construção do Jardim de Infância de Cordinhã	54.868,12			54.868,12
2745410130102	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 do Bolho	121.014,20			121.014,20
2745410130103	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 da Tocha	160.016,67			160.016,67
27454101310	MEDIDA III. 10 - DESPORTO	1.688.896,15	0,00	0,00	1.688.896,15
2745410131001	Ampliação e Beneficiação da piscina Municipal	1.293.672,94			1.293.672,94
2745410131002	Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo de Cantanhede	395.223,21			395.223,21
27454101312	MEDIDA III. 12 - Acessibilidades	1.927.471,54	0,00	0,00	1.927.471,54
2745410131201	Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/IC1 Tocha	1.539.971,54			1.539.971,54
2745410131202	Variante de Portunhos (Poente)	387.500,00			387.500,00
27454101314	MEDIDA III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Regional	25.571,83	0,00	0,00	25.571,83
2745410131401	Prevenção Riscos Prov. Agentes Biótico e Abióticos	25.571,83			25.571,83
27454101316	MEDIDA III.16 -Pescas -Equipamentos e Transformação	41.159,22	0,00	0,00	41.159,22
2745410131601	Arm. Apoio de Pesca e 3ª Abrigo -N. Piscatório Praia Tocha	41.159,22			41.159,22
274541014	EIXO IV	10.926,51	0,00	0,00	10.926,51
27454101406	MEDIDA IV.3- PROMOVER UTILIZAÇÃO INTERNET B. LARGA	10.926,51		0,00	10.926,51
2745410140301	Espaço público de acesso à Internet - Museu da Pedra	1.481,98			1.481,98
2745410140302	Apetrech. Inf. Escolas Ens. Pré-Escolar Conc. Cant.	9.444,53			9.444,53
274541015	EIXO V	265.691,52	0,00	0,00	265.691,52
27454101506	MEDIDA V.6 - DESENVOLVER R. EQUIP. /SERV.P.D. SOCIAL				
2745410150601	Casa do Chico Pinto	119.246,70			119.246,70
274541013110: Programa Operacional da Cultura		146.444,82	0,00	0,00	146.444,82
2745410201	Museu da Pedra Município Cantanhede	43.592,64			43.592,64
2745410202	Adaptação p/ Museu Municipal - arr. Exteriores/Equipamentos	102.852,18			102.852,18
27454103	QREN - MAIS CENTRO -PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO	2.091.080,38	148.460,95	398.283,08	2.340.902,51
274541031	Eixo I - Competividade, Inovação e Conhecimento	0,00	0,00	3.967,46	3.967,46
27454103101	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	0,00		3.967,46	3.967,46
274541032	Eixo II - Desenvolvimento Cidades Sistemas Urban	924.083,78	7.630,58	0,00	916.453,20
27454103201	Parque Urbano da Quinta de S. Mateus	921.120,12	7.630,58		913.489,54
27454103202	Gabinete da Cidade	2.963,66			2.963,66
27454103203	Construção ER 335-1: Via regional cantanhede/IC1 Tocha	0,00		254.998,94	254.998,94
274541033	Eixo III- Consolidação Qualificação Esp. Sub-Regional	1.166.996,60	140.830,37	394.315,62	1.420.481,85
27454103301	Centro Educativo de Ançã	1.166.996,60	140.830,37	394.315,62	1.420.481,85

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DIFERIDOS

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2010	DIMINUIÇÕES	AUMENTOS	2011
274544	FEOGA _ MEDIDA AGRIS	248.461,40	0,00	0,00	248.461,40
27454401	Limpeza e Valorização da Lagoa dos Coadiçais	48.329,04			48.329,04
27454402	Beneficiação do Caminho Agrícola Cordinhã/Cantanhede	88.995,94			88.995,94
27454403	Caminho Rural Bolho/Espinheiro/P. Carros	111.136,42			111.136,42
274545	PROGRAMA LEADER +	97.025,74	0,00	0,00	97.025,74
27454501	Criação de uma Ludoteca/Mediateca Municipal	8.828,50			8.828,50
27454505	Parque Prosepe	10.182,64			10.182,64
27454503	Banco de Recursos de Cantanhede	14.413,50			14.413,50
27454504	Biblioteca Itinerante - Biblioteca de Praia	63.601,10			63.601,10
2746	Vendas de Bens Futuros - Permutas	1.084.857,50			1.084.857,50
274601	Construção do Edifício do Gaveto no L. Cândido Reis	516.405,00			516.405,00
274602	Zona do Plano Pormenor da Zona Sul Cantanhede	568.452,50			568.452,50
274604	Loteamento Municipal Zona Envolvente ao P.D. Febres	0,00			0,00
	TOTAL	22.689.179,03	148.460,95	398.283,08	22.939.001,16

QUADRO 57

VALOR TRANSFERIDO PARA PROVEITOS DO EXERCÍCIO

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL 2011	AUMENTOS/ DIMINUIÇÕES	TRANSFERÊNCIA PARA PROVEITOS 2011	TOTAL 2011
27451	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS				
274511	ORÇAMENTO DO ESTADO				
2745111	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	1.701.418,95	0,00	102.587,50	1.598.831,45
274511101	Contrato Programa M.A.I - Segurança Rodoviária	48.126,14		0,00	48.126,14
274511103	Contrato- Programa c/ Inst.Nacional Desporto (Pisc)	228.756,88		3.632,53	225.124,35
274511104	A.Colaboração c/ ICERRp/ Estradas Desclassificadas	1.250.303,96		86.678,60	1.163.625,36
274511105	Contrato- Programa c/Min.Plan - Intempéries 2000/01	26.836,33		2.190,72	24.645,61
274511106	P. nº 275/03 c/ Inst.Amb-P/Aq.Equipamento M.Ruído	79,92		79,92	0,00
274511108	Protocolo c/ DGOTDU/CCDR - PRAUD	96.573,82		7.054,60	89.519,22
274511109	A Colaboração C/DGAL p/ Constr. Feira Quinzenal Cantanhede	43.522,50		2.731,73	40.790,77
274511110	Espaço Público de acesso à Internet - Museu da Pedra	219,40		219,40	0,00
2745411112	Acordo Coop. Prog. Rede Nac. Bibliotecas Escolares	7.000,00		0,00	7.000,00
27454	EXTERIOR				
274541	FEDER				
27454101	PORCENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIAO CENTRO				
274541011	EIXO I	7.805.950,22	0,00	565.647,20	7.240.303,02
2745410111	MEDIDA I.1 - EQUIPAMENTO E INFRAESTRUTURAS LOCAIS	2.040.887,15	0,00	156.145,85	1.884.741,30
274541011101	Beneficiação EM 583 Cant/Tocha-T. Corgo Encheiro	129.825,77		11.455,21	118.370,56
274541011102	Constr. Praia Fluvial Olhos da Fervença-Pisc. Natural	235.463,49		21.666,34	213.797,15
274541011103	Infraestruturas da Zona Industrial de Febres	141.345,30		11.944,67	129.400,63
274541011104	Alargamento e Retificação EM 612 Febres/Vilamar	203.562,97		17.262,03	186.300,94
274541011105	Alargamento e Retificação do CM Marvão/B. Latas	102.148,74		8.632,29	93.516,45
274541011106	Beneficiação da EM 588 Balsas/Monte Arcado	118.979,35		9.289,14	109.690,21
274541011107	Alargamento e Retificação Cm 1017 Febres/Barracão	134.176,47		9.336,84	124.839,63
274541011108	Construção do Jardim de Infância de Ançã	161.030,07		2.331,35	158.698,72
274541011109	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede	140.922,00		11.732,35	129.189,65
274541011110	Infraestruturas da Zona Industrial de Murte de	175.373,43		12.735,83	162.637,60
274541011111	Drenagem de à. Pluviais EM 585 Pontão (Font. Febres)	150.769,96		11.237,51	139.532,45
274541011112	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede- Ampla. 2.ª fase	244.805,21		20.381,06	224.424,15
274541011113	Arranjo Urb./Paisagístico área envolvente Lagoa Montinho	102.484,39		8.141,23	94.343,16
2745410112	MEDIDA I.2- AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	2.631.894,96	0,00	182.892,30	2.449.002,66
274541011201	Abastecimento E DTAR Franciscas, Tarelhos e Lúrios	78.571,21		6.502,45	72.068,76
274541011202	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Outil	196.952,05		14.411,12	182.540,93
274541011203	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Sepins	133.448,36		10.535,39	122.912,97
274541011204	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Do Bolho	68.904,01		4.738,72	64.165,29
274541011206	Drenagem Tratamento de águas Residuais de Cordinhã	82.923,48		6.589,95	76.333,53
274541011207	Ampliação da Rede de Saneamento de Ançã	8.960,52		1.102,87	7.857,65
274541011208	DTAR Zambujal/Fornos incluindo a Benef. Da EM 586	427.038,64		29.621,17	397.417,47
274541011209	Drenagem Tratamento de águas Residuais Póvoa do Bispo	112.590,88		9.067,72	103.523,16
274541011210	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Portunhos	132.535,13		9.300,71	123.234,42
274541011211	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Murte de	97.070,33		5.738,15	91.332,18
274541011212	Abastecimento de água e DTAR de Marvão	213.768,11		15.936,19	197.831,92
274541011213	Abastecimento de água Quinta dos Troviscais, Malhada, Conduta Adutora dos Covões	129.658,19		11.736,89	117.921,30
274541011214	Ampliação da Rede de Saneamento da Tocha	668.857,10		38.962,55	629.894,55
274541011215	Drenagem de águas Residuais de Sanguinheira/Serredade	280.616,95		18.648,42	261.968,53

VALOR TRANSFERIDO PARA PROVEITOS DO EXERCÍCIO

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL 2011	TRANSFERÊNCIA PARA PROVEITOS 2011	TOTAL 2011
2745410113	MEDIDA I.3 - ACESSIBILIDADES	1.927.428,46	0,00	1.814.781,36
274541011301	EM Ferveça/L. Negra/Escoural e CM 1017 Criação/Ferv.	472.720,98		435.390,24
274541011302	Circular Urbana de Cantanhede	135.358,96	11.675,04	123.683,92
274541011303	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intempéries 1.ª Fase	215.398,67	17.583,56	197.815,11
274541011304	Via Estr. Norte/Poente-Benef. Est. Cort. Cima/EN 234	314.530,10	25.346,95	289.183,15
274541011305	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intempéries 2.ª Fase	789.419,75	20.710,81	768.708,94
2745410114	MEDIDA I.4 - QUALIFICAÇÃO AGLOMERADOS URBANOS	1.205.739,65	0,00	1.091.777,70
274541011401	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-1.ª Fase	394.306,44	40.001,09	354.305,35
274541011402	Arranjos Urbanístico no Largo de S. João	94.135,02	8.377,09	85.757,93
274541011403	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 1.ª Fase	124.091,91	11.015,79	113.076,12
274541011404	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-2.ª Fase	131.787,35	14.905,33	116.882,02
274541011405	Revitalização Urbana Cant. -Execução de Passeios e Pavimentos	139.302,27	10.793,04	128.509,23
274541011406	Revitalização Urb. Áreas mais Centrais Cidade Cantanhede	204.786,25	15.456,05	189.330,20
274541011407	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.ª Fase	117.330,41	13.413,56	103.916,85
274541012	EIXO II			
274541013	EIXO III	3.566.683,18	0,00	3.438.483,68
27454101301	MEDIDA III - EDUCAÇÃO	308.836,94	0,00	304.190,69
2745410130101	Construção do Jardim de Infância de Cordinhã	48.671,16	720,63	47.950,53
2745410130102	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 do Bolho	113.939,30	1.646,94	112.292,36
2745410130103	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 da Tocha	146.226,48	2.278,68	143.947,80
27454101310	MEDIDA III. 10 - DESPORTO	1.531.106,51	0,00	1.507.924,55
2745410131001	Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal	1.143.784,47	18.162,63	1.125.621,84
2745410131002	Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo Cantanhede	387.322,04	5.019,33	382.302,71
27454101312	Medida III- 12 Acessibilidades	1.686.989,59	0,00	94.977,33
2745410131201	Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/ IC1 Tocha	1.364.890,11	76.999,68	1.287.890,43
2745410131202	Variante de Portunhos (Poente)	322.099,48	17.977,65	304.121,83
27454101314	MEDIDA III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Regional	3.907,32	0,00	3.336,00
2745410131401	Prevenção Riscos Prov. Agentes Biótico e Abióticos	3.907,32	3.336,00	571,32
27454101316	MEDIDA III.16 -Pescas -Equipamentos e Transformação	35.842,82	0,00	2.057,96
2745410131601	Arm. Apoio de Pesca e ª Abrigo -N. Piscatório Praia Tocha	35.842,82	2.057,96	33.784,86
274541014	Eixo IV	807,64	0,00	636,68
27454101406	MEDIDA IV.3- PROMOVER UTILIZAÇÃO INTERNET B. LARGA	807,64	0,00	636,68
2745410140301	Espaço público de acesso à Internet - Museu da Pedra	807,64	636,68	170,96
274541015	Eixo V	91.636,26	0,00	9.197,87
27454101506	MEDIDA V.6 - DESENVOLVER R. EUIP. /SERV.P.D. SOCIAL	91.636,26	0,00	9.197,87
2745410150601	Casa do Chico Pinto	91.636,26	9.197,87	82.438,39
27454102	Programa Operacional da Cultura	22.624,95	0,00	5.834,39
2745410202	Adaptação p/ Museu Municipal - arr. Exteriores/Equipamentos	22.624,95	5.834,39	16.790,56
27454103	QREN - MAIS CENTRO -PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO	2.744.362,40	182.844,75	15.585,16
274541031	Eixo I - Competividade, Inovação e Conhecimento	3.967,46	0,00	1.133,75
27454103101	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	3.967,46	0,00	1.133,75
274541032	Eixo II - Desenvolvimento Cidades Sistemas Urbanos	924.083,78	42.014,38	0,00
27454103201	Parque Urbano da Quinta de S. Mateus	921.120,12	7.630,58	913.489,54
27454103202	Gabinete da Cidade	2.963,66	0,00	2.963,66
27454103203	Construção ER 335-1: Via regional Cant/IC1 Tocha	254.998,94	34.383,80	220.615,14
274541033	Eixo III- Consolidação Qualificação Esp. Sub-Regional	1.561.312,22	140.830,37	14.451,41
27454103301	Centro Educativo de Ançã	1.561.312,22	140.830,37	1.406.030,44
274544	FEOGA_ MEDIDA AGRIS	166.802,38	0,00	12.029,78
27454402	Beneficiação do caminho agrícola Cordinhã/ Cantanhede	70.825,92	4.449,80	66.376,12
27454403	Caminho Rural Bolho/Espinheiro/P. Carros	95.976,46	7.579,98	88.396,48
274545	PROGRAMA LEADER +	34.734,53	0,00	3.094,04
27454501	Criação Ludoteca / Mediateca Municipal	110,60	110,60	0,00
27454502	Parque Prosepe	6.528,68	912,98	5.615,70
27454503	Banco de Recursos de Cantanhede	4.560,81	940,50	3.620,31
27454504	Biblioteca Itinerante - Biblioteca de Praia	23.534,44	1.129,96	22.404,48
TOTAL		16.135.020,51	182.844,75	842.812,12
				15.109.363,64

QUADRO 57-A

QUADRO RESUMO

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL 2011	AUMENTOS/ DIMINUIÇÕES	TRANSFERÊNCIA PARA PROVEITOS 2011	TOTAL 2011
ORÇAMENTO DE ESTADO - COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	1.701.418,95	0,00	102.587,50	1.598.831,45
FUNDOS COMUNITÁRIOS- EXTERIOR				
FEDER	11.487.702,25	0,00	709.515,64	10.778.186,61
FEOGA _ MEDIDA AGRIS	166.802,38	0,00	12.029,78	154.772,60
PROGRAMA LEADER +	34.734,53	0,00	3.094,04	31.640,49
Subtotal III QCA	11.689.239,16	0,00	724.639,46	10.964.599,70
QREN - MAIS CENTRO -PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO	2.744.362,40	182.844,75	15.585,16	2.545.932,49
Total Geral	16.135.020,51	182.844,75	842.812,12	15.109.363,64

5.2 – Análise da Demonstração de Resultados

Na Demonstração de Resultados aparecem agrupados e classificados os vários tipos de custos e proveitos segundo a sua natureza, o que possibilita a avaliação do modo como variou a situação patrimonial da autarquia durante um determinado período de tempo, em regra coincidente com o exercício económico.

Nesse sentido, apresentam-se de seguida os proveitos e os custos ocorridos ao longo do exercício, segundo a sua natureza.

QUADRO 58

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

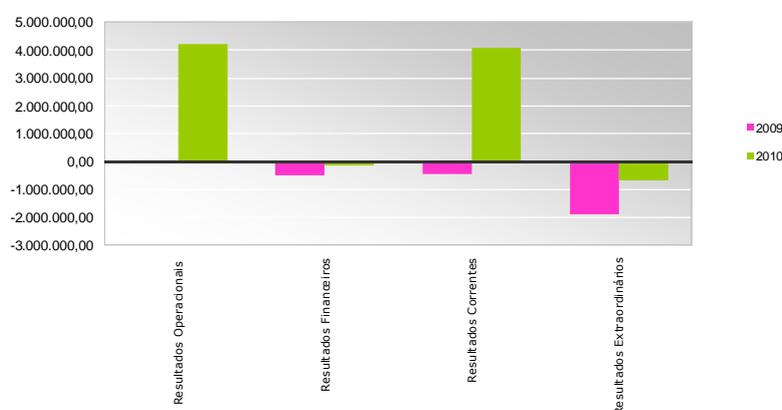
Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2010	2011	VARIAÇÃO	
				VALOR	%
Custos e Perdas					
61	Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	569.039,62	610.672,71	41.633,09	7,32
62	Fornecimento e Serviços externos	4.275.836,19	4.173.570,39	-102.265,80	-2,39
64	Remunerações e Encargos Sociais	6.448.128,24	5.366.903,91	-1.081.224,33	-16,77
63	Transf. e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	1.348.778,94	1.151.060,20	-197.718,74	-14,66
66	Amortizações do Exercício	4.863.551,61	5.006.176,44	142.624,83	2,93
67	Provisões do Exercício	17.145,41	82.469,24	65.323,83	381,00
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	379.665,06	423.674,44	44.009,38	11,59
68	Custos e Perdas Financeiras	1.229.319,91	1.041.436,51	-187.883,40	-15,28
69	Custos e Perdas Extraordinárias	2.023.170,90	1.694.340,24	-328.830,66	-16,25
Total		21.154.635,88	19.550.304,08	-1.604.331,80	0,00
Proveitos e Ganhos					
71	Vendas e Prestações de Serviços	862.760,74	789.824,73	-72.936,01	-8,45
72	Impostos e Taxas	9.122.042,69	6.131.212,17	-2.990.830,52	-32,79
	Varição da Produção	0,00	0,00	0,00	
75	Trabalhos Para a Própria Entidade	1.290.063,75	1.344.776,06	54.712,31	4,24
73	Proveitos Suplementares	0,00	0,00	0,00	
74	Transferências e Subsídios Obtidos	10.783.818,30	10.144.233,60	-639.584,70	-5,93
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	59.675,24	35.109,10	-24.566,14	-41,17
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	1.081.981,09	1.153.647,56	71.666,47	6,62
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.369.640,95	1.686.755,16	317.114,21	23,15
Total		24.569.982,76	21.285.558,38	-3.284.424,38	-13,37
88	Resultado Líquido do Exercício	3.415.346,88	1.735.254,30	-1.680.092,58	-49,19

Quadro 59
EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO		2009	2010	2011	Variação
Resultados Operacionais	(A)	5.559,87	4.216.215,65	1.630.628,33	-61,32
Resultados Financeiros	(B)	-472.771,36	-147.338,82	112.211,05	-176,16
Resultados Correntes	(A)+ (B)	-467.211,49	4.068.876,83	1.742.839,98	-57,17
Resultados Extraordinários	(C)	-1.891.809,09	-653.529,95	-7.585,08	-98,84
Resultado Líquido do Exercício	(A)+(B)+ (C)	-2.359.020,58	3.415.346,88	1.735.254,90	-49,19



Os quadros n.º 58 e n.º 59 apresentam o resumo da evolução da estrutura de custos e proveitos durante 2011. Deles transparecem com clareza duas situações: a inversão da estrutura de proveitos, em baixa, resultando numa variação negativa de 3.284.424,38 euros face a 2010; e a mesma tendência de redução da estrutura de custos suportados pela Autarquia, no sentido de se equilibrar por essa via a balança entre custos e proveitos.

Segue-se uma análise resumida de cada estrutura, para facilitar a perceção da origem das variações ocorridas durante o período sujeito a análise.

Estrutura de Custos

O quadro n.º 58 demonstra que a estrutura de custos da Autarquia reduziu 1.604.331,80 euros em relação aos valores apurados em 2010. Este fato, notável, dá bem a dimensão do controlo realizado e vai ao encontro de tudo o que foi sendo dito ao longo do presente relatório em sede de análise da execução orçamental da despesa. Verifica-se ainda que a diminuição ao nível dos custos com pessoal, fornecimento de bens e serviços, transferências e subsídios e custos financeiros e extraordinários foi de 1.897.922,93 euros, o que compensou em larga medida os 293.591,13 euros relativos a aumentos pontuais nas demais rubricas.

A última nota sobre esta matéria é para referir que a tendência natural da estrutura dos custos ao nível das amortizações do exercício decorre do aumento anual de transferências que se vão executando ano após ano. No que diz respeito às provisões

do exercício, faz-se notar que, para além das transferências anuais para clientes de cobrança duvidosa (34.055,35 euros), foram igualmente reconhecidas provisões para riscos e encargos decorrentes de processos judiciais em curso (48.413,89 euros).

Estrutura de Proveitos

Sobre a estrutura de proveitos há muito pouco a dizer a mais ao que já tinha sido referido em pontos anteriores. Em todo o caso, aqui aparece claramente plasmada a diminuição, de 2010 para 2011, dos proveitos relacionados com transferências e subsídios obtidos (639.584,70 euros quantificados em sede de demonstração de resultados). Contudo, o decréscimo de 2.990.830,52 euros na rubrica de impostos e taxas resulta apenas e tão só do fato de em 2010 ter sido reconhecido, pela primeira vez, o montante anual dos impostos relativos ao ano a que estes diziam respeito. Este movimento efetuado em 2010, de forma extraordinária, não permite portanto a comparabilidade desta rubrica entre anos.

Os proveitos diminuem assim, em termos globais, 3.284.424,38 euros, menos 13,37% do que em 2010.

VI – Rácios Financeiros

Seguem-se alguns rácios financeiros que ajudam a ter melhor perceção da situação económica e financeira da autarquia.

QUADRO 60

Rácios Financeiros	2009	2010	2011
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Líquido)	89,88%	98,50%	98,96%
Autonomia Financeira para efeitos de financiamento (Capital Próprio+Prov. Diferidos Subs. Ao invest./Ativo Líquido)	113,88%	120,44%	119,80%
Endividamento [(Passivo Curto Prazo)/(Passivo Curto prazo+Passivo MLP)]	44,21%	18,31%	11,79%
Dependência [(Passivo)/(Capital próprio + Passivo)]	48,75%	44,17%	42,48%

Rácios de Liquidez	2009	2010	2010
Índice de Liquidez (Ativo Circulante/Passivo Curto Prazo)	0,21	0,47	0,75
Índice de Liquidez Reduzida ((Ativo Circulante-Existências)/Passivo Curto Prazo)	0,13	0,27	0,67
Índice de Liquidez Imediata ((CX+DO)/Passivo Curto Prazo)	0,05	0,12	0,49

Prosseguindo com a perspetiva realista que tem sido seguida relativamente ao rácio Autonomia Financeira, retirou-se do ativo líquido o montante que corresponde aos bens de domínio público, uma vez que se parte do princípio que este indicador deve claramente demonstrar os rendimentos do património da autarquia como receita própria passível de ser utilizada autonomamente. E uma vez que, por regra, os bens de domínio público são impenhoráveis ou impossíveis de serem alienados, decidiu-se retirá-los da fórmula de cálculo.

VII – Contabilidade de Custos

A contabilidade de custos centra-se, tal como o próprio nome indica, na análise da totalidade dos custos da organização, fornecendo informação analítica relativa ao custo dos produtos e serviços por si gerados, assumindo o nível de desagregação que se considere oportuno em cada situação. De acordo com o ponto 2.8.3.1 do POCAL, a Contabilidade de Custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços, sendo que este diploma apresenta uma classificação de funções que compete à autarquia prosseguir para atingir diferentes objetivos. Sendo assim, existem quatro categorias de funções principais: Funções Gerais, Funções Sociais, Funções Económicas e Outras Funções.

A contabilidade de custos iniciou-se em 2009 e está devidamente implementada. Trata-se de um instrumento de gestão fundamental, já que permite, quer o controlo da economia de recursos e sustentabilidade do sistema (controlo da afetação dos meios utilizados para a produção dos bens e serviços na quantidade e qualidade adequada, ao mínimo custo), quer o controlo da eficiência (sinergia e qualidade da estrutura organizativa com vista à alocação dos meios para a melhor otimização do produto e/ou serviços obtidos), quer ainda o controlo de eficácia (conformidade dos objetivos e ações previstas com os resultados e indicadores obtidos).

Em pormenor, podemos afirmar que compete ao setor da contabilidade de custos a elaboração de informação sobre o processo de custos, sejam os correspondentes às atividades internas, sejam os relativos às funções, sejam ainda os que dizem respeito aos serviços prestados ao exterior e aos dos investimentos realizados; cabe-lhe igualmente a elaboração de informação para análise e controlo de gestão, com indicadores de eficácia esclarecedores quanto ao alcance dos objetivos planeados e eficiência na utilização de recursos.

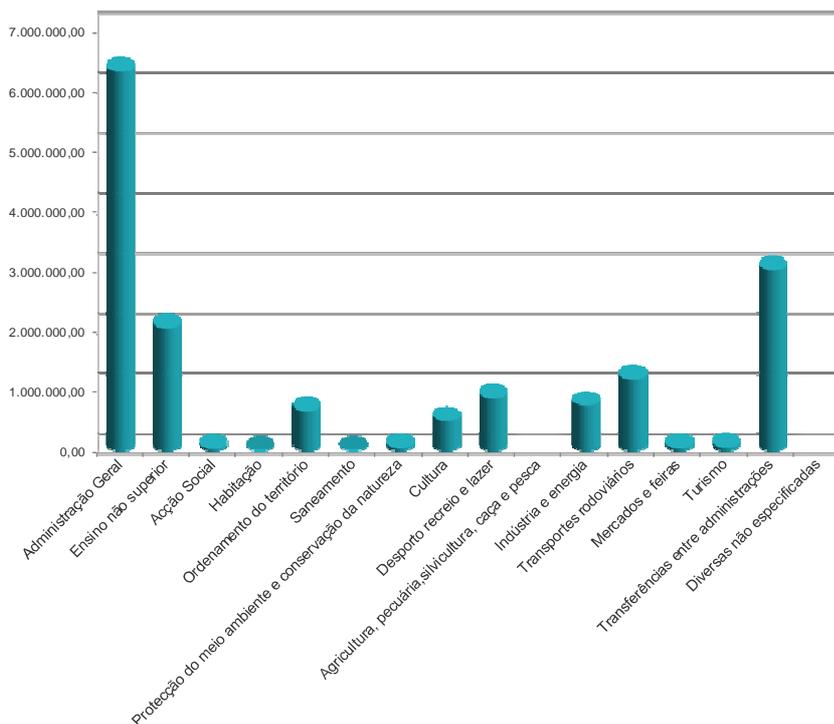
Para a prossecução destes objetivos, a contabilidade de custos deve então assegurar o seguinte:

- ✓ Calcular os resultados das diferentes atividades autárquicas, dentro das funções económicas;
- ✓ Obter os custos subjacentes às tarifas/taxas e preços dos bens e serviços públicos realizados pelas funções sociais;
- ✓ Apurar os custos completos totais por funções;
- ✓ Proceder ao controlo orçamental por funções;
- ✓ Analisar e controlar os desvios entre os custos preestabelecidos com os reais;
- ✓ Verificar o custo das obras executadas por administração direta;
- ✓ Fazer a ligação com a contabilidade patrimonial e seu controlo;
- ✓ Determinar os custos por funções e por natureza;
- ✓ Determinar os resultados por atividades das funções económicas;
- ✓ Manter devidamente organizado o ficheiro de preços de materiais, mão-de-obra e custo de máquina necessários à discriminação dos custos de obra/ação e colaborar com todos os serviços, tendo em vista o regular funcionamento do circuito classificativo das obras/ações do Plano.

QUADRO 61

Custos por funções, com repartição da função 111

		Custos por função	%	Custos por função com distribuição da função 111	%
1	Funções Gerais	6.304.830,84	40,55%		
111	Administração Geral	6.304.830,84	40,55%	0,00	
2	Funções sociais	4.179.656,68	26,88%		45%
211	Ensino não superior	2.048.494,98	13,17%	3.445.510,46	22%
232	Ação Social	38.428,15	0,25%	64.635,06	0%
241	Habituação	1.299,90	0,01%	2.186,39	0%
242	Ordenamento do território	666.629,54	4,29%	1.121.251,98	7%
243	Saneamento	0,00	0,00%	0,00	0%
246	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	50.528,21	0,32%	84.987,02	1%
251	Cultura	496.781,39	3,19%	835.572,21	5%
252	Desporto recreio e lazer	877.494,51	5,64%	1.475.920,88	9%
3	Funções económicas	2.059.126,64	13,24%		22%
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca		0,00%	0,00	0%
320	Indústria e energia	755.952,81	4,86%	1.271.491,19	8%
331	Transportes rodoviários	1.194.688,71	7,68%	2.009.432,53	13%
341	Mercados e feiras	47.936,28	0,31%	80.627,46	1%
342	Turismo	60.548,84	0,39%	101.841,43	1%
4	Outras funções	3.006.221,13	19,33%		33%
420	Transferências entre administrações	3.006.221,13	19,33%	5.056.378,68	33%
430	Diversas não especificadas		0,00%	0,00	0%
TOTAL GERAL		15.549.835,29	100,00%	15.549.835,29	100,00%



O quadro n.º 61 demonstra a repartição dos custos incorridos pelo Município pelas diversas funções e mostra o peso de cada uma delas nos custos totais da autarquia. Distribuiu-se a Função 111 – Administração Geral pelas outras, dado que, pela sua natureza, ela funciona como apoio às restantes.

À semelhança do que aconteceu em 2011, a Administração Geral tem um peso de 40,55% nos custos totais. Das restantes, constata-se que as mais relevantes foram as Funções Sociais, com um peso de 26,88% nos custos totais, seguindo-se as Funções Económicas, com 13,24%, neste caso com especial incidência nos transportes rodoviários, com 7,68%.

Os custos reflectidos nesta contabilidade totalizaram 15.549.835,29 euros e foram imputados, de forma direta ou indireta, a cada uma das funções. Importante referir que estes custos não são comparáveis com os apurados pela contabilidade patrimonial, uma vez que os valores obtidos pelo sistema de contabilidade analítica, ou de custo, refletem-se também como custos de toda a faturação classificada na contabilidade patrimonial como bens de imobilizado, ou seja, classificados diretamente na classe 4 e não na classe 6.

VIII - Proposta de Aplicação dos Resultados

O POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, dispõe no ponto 2.7.3. que a aplicação do resultado líquido do exercício deverá merecer a aprovação do órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do órgão executivo, quando o saldo apurado na conta 59 (resultados transitados) se revelar positivo, podendo o seu montante ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas.

É pois nesse sentido e de acordo com o estabelecido no diploma legal antes mencionado que se solicita à Assembleia Municipal que aprove o resultado líquido do exercício de 2011, no montante de 1.735.254,30 euros, e que a sua aplicação seja feita nos seguintes termos:

- ✓ 197.412,19 euros deverão permanecer na rubrica de resultados transitados de modo a compensar os resultados negativos apurados em anos anteriores e
- ✓ 1.537.842,11 euros para reservas livres.

IX – Certificação legal das contas e Parecer sobre as contas